

idealista A maneira certa de encontrar casa

Edição Lisboa • Ano XXX • n.º 10.678 • 1,30€ • Quinta-feira, 18 de Julho de 2019 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Este padre DJ passa o Verão aos comandos de uma mesa de mistura

P2 Verão



Evolução humana
Mães australopitecas já amamentavam as crias no primeiro ano de vida

Ciência, 30

Joaquim Miranda Sarmento
“O PS quer gastar no Estado, nós queremos reduzir impostos”

Economia, 18/19

Chefe das Forças Armadas diz que a situação “é insustentável”

Almirante Silva Ribeiro, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, considera que a instituição necessita de mais seis mil efectivos para resolver os “graves” problemas de recursos humanos **Política, 8/9**

Exames nacionais
Maioria dos alunos baixa as notas na 2.ª fase. Provas começam hoje

Governo lança campanha para reduzir peso das mochilas

p2/3 e 15



DANIEL ROCHA

Costa desafia Justiça a tirar mais dinheiro a corruptos

A Justiça portuguesa declarou, em 2018, 3,4 milhões de euros perdidos a favor do Estado **p12**

HOJE Coleção
Novela Gráfica V
Vol. 3 - A Febre de Urbicanda

Por +
10,90€



euromilhões



Esta sexta-feira

TCHARAN 108 MILHÕES

JOGOS SANTACASA

18 Proibido jogar a menores de 18 anos

Os prémios atribuídos de valor superior a € 5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

jogossantacasa.pt

DESTAQUE

ENSINO SECUNDÁRIO

Um em cada quatro exames é feito na 2.ª fase. E a maioria baixa a nota

No ano passado, realizaram-se mais de 100 mil exames na 2.ª fase. Geometria Descritiva e Inglês foram das poucas disciplinas em que as médias aumentaram após segunda oportunidade

Rita Marques Costa

Ir de férias mais tarde, estudar durante mais tempo, ter menos opções no ensino superior e entrar para a faculdade duas a três semanas depois dos outros colegas. Fazer exames na 2.ª fase – a deste ano arranca hoje – não é o cenário ideal para quem quer seguir para o ensino superior. Mas quando a 1.ª fase não corre bem, não há outra opção.

Foi isso que aconteceu a Ana Teixeira, 21 anos, quando “há quase quatro anos” se preparava para ingressar na universidade. O objectivo era entrar em Ciências da Comunicação, na Universidade do Porto. Os exames na 1.ª fase correram bem. Por isso, lembra, quando saíram as notas das provas – Português e História – “foi um balde de água fria”. A solução foi repetir o exame de Português, que foi o que correu pior e sem o qual seria

impossível entrar na instituição do Porto que pretendia.

Na 1.ª fase de candidaturas de acesso ao ensino superior (este ano as colocações são conhecidos a 9 de Setembro), Ana ainda tentou a sorte, mas só entrou na Universidade de Coimbra. Só na 2.ª fase é que acabou por conquistar um lugar no curso que realmente desejava. Este ano, os resultados da 2.ª fase do concurso de acesso saem a 26 de Setembro.

Ana Teixeira está longe de ser a única. Só no ano passado realizaram-se mais de 100 mil provas na 2.ª fase dos exames nacionais – o número representa 26% do total de exames feitos em 2018. Este ano, ainda não se sabe quantos vão repetir e quantas provas vão fazer (as notas da 1.ª fase foram divulgadas na sexta-feira).

Melhorar a classificação e conseguir aprovação à disciplina são as principais razões que levam os alunos a ir à 2.ª fase – desde 2012, salvo raras excepções, têm todos, obrigatoriamente,

de prestar provas na 1.ª fase para depois os repetirem. Mais de metade dos exames (67.459) realizados neste período, em 2018, tinham como objectivo a melhoria de notas. E 28.257 tinham como objectivo a aprovação à disciplina.

Foi um infeliz acaso que colocou Dinis Silva, 23 anos, entre os que, em 2014, tiveram negativa no exame da 1.ª fase e foram obrigados a tentar de novo. “Tive uma pericardite” (inflamação da membrana que envolve o coração), recorda. E, apesar de estar “preparadíssimo”, a prova não correu bem e teve de ir à 2.ª fase. Acabou por entrar no curso que queria: Química, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP).

As provas que melhoram

No ano passado, mais de metade dos alunos que fizeram o exame de Matemática repetiram-no. A proporção de repetições também foi elevada a Biologia e Geologia (44,8%), Física



GONCALO DIAS



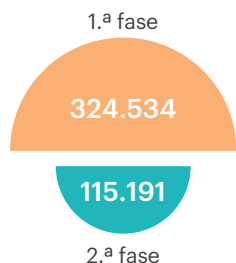
PAULO PIMENTA



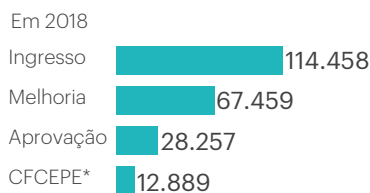
GONCALO DIAS

Joana Guimarães, Ana Teixeira e Dinis Silva são hoje estudantes do ensino superior, no Porto. Todos passaram pela experiência de fazer exames na 2.ª fase e, por isso, chegar mais tarde à faculdade

26% dos exames são realizados na 2.ª fase Em 2018

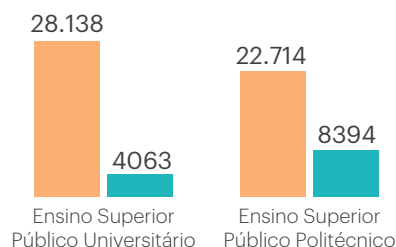


Porque é que os alunos fazem exames na 2.ª fase?



Nota: Cada exame pode corresponder a mais do que uma destas categorias.
* Classificação Final de Curso para Efeitos de Proseguimento de Estudos (aplica-se a alunos do ensino profissional e artístico)

As vagas disponíveis no ensino superior diminuem muito na 2.ª fase



Na 2.ª fase, a média do exame de Geometria Descritiva aumentou quase dois valores

Em 2018

	1.ª FASE	2.ª FASE	
Geometria Descritiva A	9,83	11,52	▲ 1,69
História da Cultura e das Artes	9,04	10,53	▲ 1,48
Inglês	11,82	12,49	▲ 0,67
Matemática B	8,46	9,01	▲ 0,55
Desenho A	13,14	13,69	▲ 0,54
Física e Química A	10,19	10,70	▲ 0,51
Matemática A	9,55	9,27	▼ -0,29
Economia A	10,07	9,66	▼ -0,41
Filosofia	10,62	10,18	▼ -0,44
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	9,28	8,82	▼ -0,46
Alemão	13,92	13,39	▼ -0,53
Português	10,23	9,39	▼ -0,84
História B	11,57	10,62	▼ -0,96
Espanhol	12,92	11,91	▼ -1,01
História A	9,15	8,11	▼ -1,05
Geografia A	11,27	10,06	▼ -1,21
Biologia e Geologia	10,28	9,01	▼ -1,28
Literatura Portuguesa	9,96	8,68	▼ -1,28
Latim A	11,85	9,92	▼ -1,93
Português Língua Segunda	10,57	8,39	▼ -2,18
Francês	11,78	9,25	▼ -2,53
Português Língua não Materna	13,98	10,86	▼ -3,12

Matemática, Física e Química e Biologia são os exames mais concorridos na 2.ª fase

Em 2018 (%)

	1.ª FASE	2.ª FASE
Matemática A	66,1	33,9
Física e Química A	67,6	32,4
Biologia e Geologia	69,1	30,9
Matemática B	71,6	28,4
Geometria Descritiva A	72,4	27,6
Economia A	73,4	26,6
Mat. Aplicada às Ciênc. Sociais	77,4	22,6
Português	77,5	22,5
História A	77,8	22,2
História da Cultura e das Artes	79,3	20,7
História B	80,0	20,0
Inglês	82,3	17,7
Literatura Portuguesa	82,3	17,7
Desenho A	82,8	17,2
Português Língua Segunda	83,3	16,7
Filosofia	83,5	16,5
Geografia A	84,5	15,5
Latim A	87,8	12,2
Espanhol	90,2	9,8
Francês	90,9	9,1
Português Língua não Materna	95,1	4,9
Alemão	95,4	4,6

Fonte: PÚBLICO através da base de dados Enes do Júri Nacional de Exames; Direcção-Geral do Ensino Superior

PÚBLICO

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Todos os alunos podem ir à 2.ª fase?

O Ministério da Educação (ME) explica que a "1.ª fase é obrigatória para todos os alunos que pretendam realizar exames finais nacionais" — é assim desde 2012. A 2.ª fase é considerada de recurso. Destina-se apenas aos alunos que se inscreveram e realizaram exames na 1.ª fase e que reúnem as seguintes condições: chumbaram na primeira tentativa; querem melhorar a classificação nos exames; querem repetir os exames exclusivamente como prova de ingresso no ensino superior; ou querem melhorar a classificação nas disciplinas do 11.º e 12.º. Os alunos excluídos por faltas só podem ir à 2.ª fase.

Vão como autopropostos e a nota com que ficam é apenas a obtida nos exames. "Em situações excepcionais e devidamente comprovadas, o presidente do JNE [Júri Nacional de Exames] pode autorizar a realização de exames apenas na 2.ª fase", diz o ME.

Quem vai à 2.ª fase é obrigado a usar essas notas para na 2.ª fase do concurso nacional de acesso ao superior?

Não. É possível usar as notas dos exames da 1.ª fase.

Qual o número de vagas disponível?

O número de vagas na 2.ª fase do concurso de acesso depende sempre daquelas que ficam por preencher na 1.ª fase de colocações. No ano passado, no

caso do ensino universitário, das 28.138 vagas na 1.ª fase sobraram 4063 para a 2.ª fase. No politécnico, de 22.714, mais de oito mil ficaram por preencher.

Só os cursos que não são preenchidos pelos candidatos da 1.ª fase é que abrem vagas para a fase seguinte?

Há várias formas de sobragem de vagas para a 2.ª fase: sobras da 1.ª fase; vagas adicionais; alunos que entraram mas não se matricularam e vagas libertadas/consumidas no processo de reclamação. No caso do curso de Medicina da Universidade do Porto, por exemplo, as vagas que sobraram em 2018 (2) eram relativas a alunos que foram colocadas, mas não se matricularam.



A nota de Português foi ainda pior [na 2.ª fase dos exames]

Joana Guimarães
Estudante

la com muito medo [de chegar à faculdade depois dos colegas que tinham entrado na 1.ª fase], mas nunca me senti posta de parte

Ana Teixeira
Estudante

Num intervalo de duas semanas, já havia muita matéria para trás

Dinis Silva
Estudante

Química (48%) e Geometria Descritiva (38%). As três primeiras estão entre as disciplinas com mais alunos e mais chumbos.

João Jaime, director da Escola Secundária de Camões, em Lisboa, estima que, normalmente, "um terço dos alunos vai à 2.ª fase". Este ano, admite que as médias nacionais na 1.ª fase — só a Filosofia é que a média foi negativa — podem alterar esse número. "Em geral, [no final desta fase] os alunos têm quase todos o ensino secundário completo."

De todas as disciplinas com exame (são 22), as médias nacionais só melhoraram na 2.ª fase a Inglês (mais 0,67 valores), Desenho (mais 0,54), Geometria Descritiva (mais 1,69), Física e Química (mais 0,51), História e Cultura das Artes (mais 1,48) e Matemática B (mais 0,55). Ir à 2.ª fase não garante mesmo melhores notas. "Ultimamente, acho que o Instituto de Avaliação Educativa tem vindo a harmonizar as provas. Claro que há algu-

ma variação, mas não há aquela expectativa de que o exame vai ser mais fácil", diz João Jaime.

Em 2015, a estudante Joana Guimarães, 21 anos, fez a prova na 2.ª fase, mas o esforço revelou-se infrutífero. À primeira tentativa, o exame de Português — de que precisava para entrar em Ciências da Comunicação na Universidade do Porto —, não correu muito mal e dava-lhe uma nota de ingresso próxima da do último colocado no ano anterior. Mesmo assim, optou por repetir a prova, mas "foi ainda pior". Acabou por não entrar na 1.ª fase no curso que desejava, mas usou essas notas para candidatura à 2.ª fase de acesso ao ensino superior e foi bem sucedida.

Uma das dificuldades no acesso ao ensino superior na 2.ª fase é que o número de vagas nas universidades e politécnicos fica substancialmente reduzido, principalmente nos cursos mais concorridos e com médias mais altas. Em 2018, por exemplo, no caso do ensino universitário, das 28.138 vagas na 1.ª fase sobraram 4063 para a 2.ª fase. No caso do politécnico, restaram muitas mais: de 22.714, mais de oito mil ficaram por preencher.

E depois de entrar coloca-se outro desafio: a adaptação. Antes de ingressar na Faculdade de Letras do Porto, Joana Guimarães matriculou-se na Universidade do Minho. Quando chegou à Universidade do Porto, duas semanas depois da entrada dos colegas que tinham sido colocados na 1.ª fase, ainda "demorou bastante até sentir que estava integrada", recorda. Ana Teixeira também diz que "ia com muito medo", mas garante que os seus receios não se concretizaram. "Nunca me senti posta de parte."

Para tentar mitigar essa situação, Dinis Silva optou por uma estratégia diferente: como sabia que não ia entrar no curso de Química na FCUP à primeira, candidatou-se a Ciências e Tecnologias do Ambiente, na mesma faculdade, e entrou. Assim, como já estava dentro da faculdade, "a adaptação foi muito fácil". "Tínhamos muitas aulas em conjunto", o que facilitou o processo.

A crítica do estudante, que por esta altura está a terminar o mestrado, recai sobre a matéria que se perde neste intervalo. "Num intervalo de duas semanas, já havia muita matéria para trás."

rita.costa@publico.pt

ESPAÇO PÚBLICO



Nancy Pelosi



A Câmara dos Representantes dos EUA condenou, pela primeira vez desde 1912, um Presidente dos EUA em exercício. O Partido Democrata apresentou uma moção que censurava Trump por comentários racistas dirigidos a quatro congressistas, a quem aconselhou a voltarem para casa, sendo todas elas mulheres de cor. A Câmara dos Representantes, presidida por Nancy Pelosi, fez o que tinha a fazer: censurar o teor racista das declarações de Trump. (Pág. 22) **A.C.**



António Costa



António Costa desafiou os magistrados a irem mais aos bolsos dos corruptos. É um desafio interessante e justo. E no ano passado a Justiça até declarou perdidos a favor do Estado 3,4 milhões de euros. Costa lamenta que este mecanismo não seja usado com mais frequência. Vários magistrados e especialistas dizem que a questão não pode ser colocada de forma tão linear, mas concordam que há muito a fazer para maximizar a recuperação de dinheiro e bens. (Pág. 12) **P.S.D.**

O duro dilema do segredo bancário



Manuel Carvalho
Editorial

É natural que os cidadãos queiram saber o nome dos titulares dos empréstimos que entre 2007 e meados do ano passado obrigaram o Estado, ou, por outras palavras, os contribuintes, a injectar na banca 23.800 milhões de euros. E a normalidade desse desejo justifica-se ainda mais quando sabemos que muitos desses empréstimos foram feitos ao sabor de favores políticos ou de guerras de poder completamente despidas de qualquer racionalidade económica e financeira. Tornar público

o nome e o rosto dos autores seria, assim, uma forma de expor comportamentos danosos e de exhibir publicamente responsabilidades.

Para lá deste impulso, porém, há uma série de cautelas e de protecções legalmente consagradas que nos obrigam a considerar o impacte da violação do sigilo bancário. Sob o legítimo sentimento de que neste problema arriscamo-nos a fomentar a impunidade e o abuso dos devedores há um limiar de racionalidade que recomenda a resposta a uma singela pergunta: o que ficaria o país a ganhar ou a perder, se os responsáveis pelos créditos perdidos fossem expostos na praça pública? Para lá do afago à boa consciência, talvez as perdas sejam maiores do que os ganhos.

Para começar, já sabemos quase tudo sobre quem foram os bancos, os

seus gestores e os destinatários dos créditos delirantes concedidos nesses anos em que uma clique do poder político tentou tomar de assalto o poder financeiro. Depois de vários processos judiciais ou de comissões parlamentares de inquérito, o essencial é público e alcançável pelo escrutínio e julgamento dos cidadãos. Sabemos também que as dívidas tituladas por personalidades dessa clique estão longe de representar a maioria do dinheiro aplicado pelo Estado no salvamento da banca.

Uma grande parte dessa dívida incobrável foi contraída por cidadãos comuns ou por empresas respeitáveis que ousaram investir e foram apanhadas no turbilhão da crise. Cá, como em todos os países da Europa, a banca sofreu não tanto porque os seus clientes são burlões encartados

ou oportunistas militantes, mas porque emprestou sem poder prever a possível devastação das falências ou do desemprego. Revelar o nome dos grandes devedores alimentados pela influência política e proteger os cidadãos que falharam, perdendo por vezes fortuna pessoal, implica a definição de uma fronteira muito volátil. E expor na praça pública quem investiu em contraciclo seria também um forte desincentivo para quem pede dinheiro à banca para comprar casa ou melhorar a sua empresa. Por isso, mesmo que haja muita gente que merecesse ver a sua responsabilidade revelada, a sensibilidade das consequências talvez recomende calma em nome do interesse da economia e do país.

manuel.carvalho@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

“Podemos? Não, não podemos”

Estou admiradíssimo com as ondas de choque que o artigo da historiadora Fátima Bonifácio, intitulado “Podemos? Não, não podemos”, provocou nas peregrinas consciências do PÚBLICO, para além das várias cartas dirigidas ao jornal a censurarem asperamente a senhora. Não li nem uma carta que viesse em sua “defesa”. A senhora disse em voz alta, para que se pudesse ouvir, o que muitos e muitos pensam em surdina. Não sejamos hipócritas. Esta é a realidade. Nem os putativos “seguidores” do pensamento de Fátima Bonifácio deixaram de pensar como pensam, nem os indignados e exaltados críticos da historiadora alcançaram o fastígio com as suas diatribes.

António Cândido Miguéis, Vila Real

A tripla vitória

Ursula von der Leyen venceu e convenceu. Venceu, ao obter a maioria absoluta para liderar a Comissão Europeia, sobrecarregada de novos partidos, um universo de tendências e projectos diferentes, muitos antagónicos entre si, um pequeno mundo eivado de contradições difíceis de ultrapassar. Venceu igualmente por ter feito um discurso consentâneo com o cargo que vai assumir, discurso claro, inteligente e conciliador. Venceu igualmente por ser a primeira mulher a ocupar um dos cargos mais importantes da Europa, quebrando um tabu já muito envelhecido e necessitado de mudança. A esquerda perdeu em toda a linha, basta observarmos por cá os comentários do BE e afins, não conseguindo esconder a sua fúria e desalento. Rui Tavares,

dirigente do Livre, que conseguiu uns estratosféricos dois por cento nas últimas eleições europeias, manteve a sua habitual crónica com comentários depreciativos sobre a eleição de Úrsula, persistindo numa cruzada contra tudo o que venha da ala moderada do centro-direita. Para Rui Tavares não há diferenças de opinião, só existe a verdade absoluta, a dele, os outros estão sempre errados. Lamento, mas democracia é respeitar quem é diferente e sobretudo aceitar o veredicto final.

José Alberto Mesquita, Lisboa

A EMEL

O PÚBLICO noticiou, e bem, que a EMEL tem como preocupação criar de zonas de estacionamento o mais caras possível, para depois multar os municípios. Quanto mais multas, melhor. Lugares de

estacionamento é que não! Sou morador do bairro circundante ao Hospital da Cruz Vermelha. É um bairro onde não existem estacionamentos subterrâneos em cada prédio, pelo só a rua serve para estacionar. Veio a EMEL e transformou terrenos de terra batida em estacionamentos alcatroados, com canteiros e tudo. Encheu as ruas de riscos para delimitar zonas de estacionamento. Fez um trabalho do qual resultou que o número de lugares de estacionamento autorizado diminuiu.

Os moradores passaram a ter direito a estacionamento gratuito para um carro por família, sendo o conceito de gratuito um imposto de selo de 14 euros.

Temos da EMEL um tratamento de que a Polícia Municipal já tinha abdicado.

Carlos Anjos, Lisboa

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores



Matteo Salvini



O homem que vai fechando as portas de Itália aos imigrantes salvos no Mediterrâneo quer também expulsar os ciganos que não têm cidadania italiana (Itália tem uma das menores percentagens de ciganos na Europa). O ministro do Interior, que está a ser criticado pela medida considerada discriminatória, até estes gostaria de expulsar, como deu a entender quando disse: “Os que são italianos, talvez tenhamos de ficar com eles”. (Pág. 23) **J.J.M.**



Annegret Kramp-Karrenbauer



Annegret Kramp-Karrenbauer já tinha sucedido a Angela Merkel na liderança da CDU. Coube-lhe agora suceder a Ursula von der Leyen no Ministério da Defesa alemão. Não era expectável, até porque a própria disse que preferia focar-se na liderança do partido. “A.K.K.”, como é conhecida, está a sentir dificuldades de afirmação e os resultados que obteve nas eleições europeias não foram brilhantes. A eterna sucessora é cada vez mais uma potencial sucessora. (Pág. 23) **A.C.**



ESCRITONAPEDRA

Nós somos todos loucos, toda esta raça maldita. Estamos envolvidos em ilusões, delírios, confusões, estamos todos loucos e em confinamento solitário
William Golding (1911-1993) Nobel da Literatura

SEM COMENTÁRIOS SUÍÇA



LAURENT GILLERON/EPA

Água por água



Miguel Esteves Cardoso Ainda ontem

O hegam duas mulheres ao restaurante. A mais nova diz: “Posso comprar uma água para a minha mãe usar a casa de banho?” “Que estranho”, disse eu à Maria João. Ela diz que não é estranho, que é o que toda a gente faz. Assim acontece que à porta dos meus 65 anos aprendo que me tenho portado mal toda a vida.

A minha prática é pedir plangentemente licença para usar a casa de banho para se perceber que estou *in extremis*.

Um breve inquérito entre as gentes estabeleceu que a forma correcta de pedir para usar uma casa de banho é dizer: “Dá-me licença que use a casa de banho que eu já venho beber um café/uma água/uma imperial? É que estou aflito.” É um *quid pro quo*: eu compro-lhe uma água para pensar a água do autoclismo (e da limpeza) que lhe vou gastar.

A parte bonita – que logo observei no caso das duas mulheres – é que o autorizador depois liberta o utente da casa de banho da obrigação de comprar uma água.

Esta cordialidade existe, porque ainda são muitas as bestas que entram pelos cafés e pelas pastelarias adentro e vão directos à casa de banho, sem pedir licença ou dizer “boa tarde”. Será por esta razão que antigamente as casas de banho tinham uma chave que era preciso pedir? Pensava eu que era para desmotivar os heroinómanos, mas, na volta, era para as pessoas terem um mínimo de respeito.

Infelizmente há cada vez menos casas de banho públicas, mas, pelos vistos, há maneiras civilizadas de lidar com a transferência dessa responsabilidade para as pessoas que não têm nada que ver com isso: os pobres proprietários dos cafés e dos restaurantes.

EMPUBLICO.PT

A estrada portuguesa que delicia os condutores europeus

‘Superfície perfeita’, ‘curvas bem ritmadas’ e ‘vistas incríveis’. Ford anda a experimentar estradas europeias é a Nacional 304 que tem a pontuação máxima publico.pt/fugas

Os “soldados invisíveis” do lixo

A capital do Camboja produz até 3000 toneladas de lixo por dia. Mas as ruas estão limpas. Miguel Jerónimo fotografou os homens e mulheres que lutam pelo ambiente publico.pt/p3

O lago de Bali que só existe no Instagram (e outros truques)

O lago no Templo de Lempuyang é uma ilusão que engana turistas. A Fugas falou com duas viajantes portuguesas que revelaram mais truques da rede social publico.pt/fugas

Racismo em contexto português

Francisco Bethencourt

É esta tarefa que nos deveria motivar: promover a mobilidade e a integração social na perspectiva da desracionalização

A iniciativa do grupo parlamentar do PS sobre a discriminação positiva de minorias étnicas gerou um debate útil.

António Barreto lançou a primeira salva sobre o problema da reparação do colonialismo. Considerou absurdo qualquer sentimento de culpa relativo ao que se passou há 100 ou 200 anos. Advogou a reabilitação de bairros miseráveis por uma questão de igualdade, sem ter em conta quantos africanos. Considerou inúteis perguntas sobre racismo na sociedade portuguesa ou a pertinência de devolver objectos artísticos indevidamente trazidos das colónias.

Mas será assim tão fácil libertar-nos do passado colonial? Está demonstrado que o império português contribuiu com 20% do rendimento nacional entre 1500 e 1800. Portugal beneficiou economicamente com a experiência colonial, definida por tráfico de escravos (mais de quatro milhões transportados por portugueses para as Américas), uso compulsivo de trabalho nativo e exploração de recursos naturais. Reparação é uma questão política em aberto: não é fácil estimar montantes, formas de pagamento e mediadores. Mas existe um dever de compensação face a minorias de imigrantes e cidadãos oriundos das ex-colónias numa espiral de pobreza resultante de condições de exploração estruturais.

A devolução do património móvel trazido das ex-colónias não pode ser rejeitada como tonteria. Os povos dos novos países independentes têm direito ao seu património e à construção de uma memória coletiva baseada nos objetos das suas culturas. Existem normas internacionais sobre a legalidade de processos de aquisições para evitar a pilhagem que definiu o passado colonial. Os objectos que se encontram em museus deverão ser inventariados com a ajuda de pesquisadores dos novos países independentes para se encontrar uma base de identificação de origem e de aquisição. A devolução faz parte do direito internacional respeitante ao património.



Fátima Bonifácio declarou-se contra a discriminação positiva de minorias étnicas porque não se pode mudar por decreto a sociedade. Não? E a discriminação existente resultou de quê? O Estado colonial sempre actuou como um Estado racial, definindo condições de exploração, acesso e exclusão. A sociedade que temos foi moldada por sucessiva legislação ao longo de séculos. A utilização sistemática do sistema jurídico pelas elites para se reproduzirem é ignorada para bloquear correção de assimetrias.

Bonifácio atraiu todos os protestos quando declarou que africanos e ciganos (Roma) estão fora da civilização ocidental cristã, sendo os últimos inassimiláveis. O insulto é ampliado pela ignorância histórica sobre a expansão da religião cristã. A ideia que esses povos não descendem da Declaração Universal dos Direitos Humanos sugere uma visão genética de incapacidade, esquecendo a dificuldade de introdução desses direitos em Portugal durante mais de 200 anos.

A visão essencialista de Bonifácio traduz-se na ideia que a xenofobia e racismo são fenómenos universais, enquanto as minorias exóticas

nunca se dissolverão na comunidade autóctona. Xenofobia em Portugal manifestou-se em relação aos pobres, raramente em relação aos ricos. Racismo não é universal; os preconceitos em relação a descendência étnica combinados com ação discriminatória são mobilizados em certos momentos históricos por grupos de interesses para a monopolização de recursos económicos e sociais. A fantasia da comunidade autóctona, já destruída por Marcel Detienne, torna-se patética num país com milhões de emigrantes. A ideia de minorias exóticas completa um quadro de linguagem do século XIX.

Ribeiro e Castro conseguiu dar um ar de modernidade ao falar de lusotropicalismo. Chamou a atenção para o arcaísmo da supremacia branca defendida por Bonifácio, ideologia anterior a Gilberto Freyre. O lusotropicalismo de Freyre, que sublinhava o mérito da mistura racial, nomeadamente na sociedade brasileira, representou um corte com o ideal de supremacia branca nos anos de 1930, embora escondesse a perpetuação de discriminação racial de populações de origem africana.

Outro interveniente neste debate, Gabriel Mithá Ribeiro, elogiou Bonifácio por defender a raça branca e condenou o paternalismo da esquerda por se intrometer na desigualdade social e na identidade racial. Na sua opinião, a intervenção da esquerda (que esquerda?) teria produzido miséria; declarou que a discriminação positiva apenas serviria para criar esquerdistas (com os praxistas nas universidades?). O anti-racismo da esquerda branca (mas há muitos anti-racistas de direita) é o estranho alvo de Gabriel Ribeiro, quando foram as revoltas de escravos dos séculos XVIII e XIX que suscitaram o

problema político da escravatura e do racismo, culminando no movimento cívico dos afro-americanos dos anos de 1960. Olaudah Equiano, Frederick Douglass, William Dubois, Aimé Césaire e Franz Fanon são alguns dos autores de referência do movimento anti-racista, nenhum deles branco.

A visão compartimentada de grupos étnicos e sociais é a pedra angular do pensamento conservador. A sua separação é uma garantia de preservação de hierarquias. A suposta divisão entre brancos e não brancos é problemática, primeiro pela definição do que é branco, em seguida porque não acolhe diferentes dinâmicas de grupos e conflitos internos. A promoção individual entre populações subordinadas depende em larga medida do quadro de possibilidades definido pelas posições de grupo.

O problema da superioridade das raças foi abordado de forma elegante por João Miguel Tavares: declarou que os africanos nunca poderiam ter produzido um Shakespeare, não porque não tivessem inteligência para isso, mas porque não tinham instituições que o permitissem. Está bem informado sobre a *new institutional economics*, mas o problema histórico é mais profundo: qual o impacto em África do tráfico de escravos, para a América e para o Médio Oriente, que significou estagnação demográfica? E que dizer de períodos históricos em que o Médio Oriente foi decisivo, particularmente na transição para o neolítico, ou em que a China se mostrou mais desenvolvida do que a Europa, sobretudo durante a Idade Média e parte da Idade Moderna? Não estaremos agora numa fase de transição para um mundo em que o “Ocidente” deixa de ter uma posição predominante? Não seria melhor falarmos em períodos com diferentes protagonistas e diferentes configurações institucionais?

Voltando ao problema do início deste artigo: a discriminação positiva pode ser um projecto interessante para estimular mobilidade e integração social. A meu ver, deveria ser alargada a outras minorias não étnicas mas sociais, de maneira a compreender populações afectadas pela pobreza e evitar a manipulação política das “raças”. Para o historiador Pap Ndiaye, que tem insistido no reconhecimento da condição negra em França, a desracionalização é importante. Diria que em Portugal é esta tarefa que nos deveria motivar, promover a mobilidade e a integração social na perspectiva da desracionalização.

Professor no King's College de Londres. Autor de Racismos das cruzadas ao século XX (Lisboa: Círculo de Leitores, 2015)

“A visão compartimentada de grupos étnicos e sociais é a pedra angular do pensamento conservador”



Descolonizar o saber e o poder

Boaventura Sousa Santos

O que está em jogo é muito e o pragmatismo impõe-se. A resposta à extrema-direita racista tem de ser política, jurídica e judicial

Os conflitos sociais têm ritmos e intensidades que variam consoante as conjunturas. Muitas vezes acirram-se para atingir objectivos que permanecem ocultos ou implícitos nos debates que suscitam. Num período pré-eleitoral em que as opções políticas sejam de espectro limitado, os conflitos estruturais são o modo de dramatizar o indramatizável.

Os conflitos estruturais do nosso tempo decorrem da articulação desigual e combinada dos três modos principais de desigualdade estrutural nas sociedades modernas. São eles capitalismo, colonialismo e patriarcado, ou, mais precisamente, heteropatriarcado. Esta caracterização surpreenderá aqueles que pensam que o colonialismo é coisa de passado, tendo terminado com os processos de independência. Realmente, o que terminou foi uma forma específica de colonialismo – o colonialismo histórico com ocupação territorial estrangeira. Mas o colonialismo continuou até aos nossos dias sob muitas outras formas, entre elas, o neocolonialismo, as guerras imperiais, o racismo, a xenofobia, a islamofobia, etc..

Todas estas formas têm em comum implicarem a degradação humana de quem é vítima da dominação colonial. A diferença principal entre os três modos de dominação é que, enquanto o capitalismo pressupõe a igualdade abstracta de todos os seres humanos, o colonialismo e o patriarcado pressupõem que as vítimas deles são seres sem plena dignidade humana, seres sub-humanos. Estes três modos de dominação têm actuado sempre de modo articulado ao longo dos últimos cinco séculos e as variações são tão significativas quanto a permanência subjacente. A razão fundante da articulação é que o trabalho livre entre seres humanos iguais, pressuposto pelo capitalismo, não pode garantir a sobrevivência deste sem a existência paralela de trabalho análogo ao trabalho escravo, trabalho socialmente desvalorizado e mesmo não pago. Para serem socialmente aceitáveis, estes tipos de trabalho têm de ser socialmente vistos como sendo produzidos por seres humanos desqualificados. Essa

desqualificação é fornecida pelo colonialismo e patriarcado. Esta articulação faz com que as pessoas que acham desejável a desigualdade social do capitalismo tendam a desejar também a continuação do colonialismo e do patriarcado, e sejam, por isso, racistas e sexistas, mesmo que jurem não sê-lo. Esta é a verdadeira natureza dos grupos políticos de direita e de extrema-direita. Se, numa dada conjuntura, as preferências racistas e sexistas vêm ao de cima, é quase sempre para expressarem a oposição ao Governo do dia, sobretudo quando este é menos pró-capitalista que o desejado por tais grupos.

O drama do nosso tempo é que, enquanto os três modos de dominação moderna actuam articuladamente, a resistência contra eles é fragmentada. Muitos movimentos anticapitalistas têm sido muitas vezes racistas e sexistas, movimentos anti-racistas têm sido frequentemente pró-capitalistas e sexistas e movimentos feministas têm sido muitas vezes pró-capitalistas e racistas. Enquanto a dominação agir articuladamente e a resistência a ela agir fragmentadamente, dificilmente deixaremos de viver em sociedades capitalistas, colonialistas e homofóbico-patriarcais. Talvez por isso, e como se tem visto ultimamente, aos jovens de muitos países seja hoje mais fácil imaginar o fim do mundo (pelo agravamento da crise ambiental) do que o fim do capitalismo. A assimetria entre a dominação articulada e a resistência fragmentada é a razão última da tendência das forças de esquerda para se dividirem em guetos sectários e das forças de direita para se promiscuírem em amálgamas ideológicas na mesma cama do poder.

A continuidade da dominação segrega um senso comum capitalista, racista e sexista que serve as forças de direita, até porque é reproduzido incessantemente por grande parte da opinião publicada e pelas redes sociais. Porque age na corrente, a direita pode dar-se ao luxo de ser indolente e transmitir a ideia de “estar ao corrente” e, quando tal não funciona, acciona a sua asa de extrema-direita (tão presa ao seu tronco quanto a asa de direita moderada) para dramatizar o discurso e provocar novas divisões nas esquerdas, sobretudo se estas ocupam o poder de governo e estamos em período pré-eleitoral e a ausência de alternativas credíveis salta aos olhos. Pelo contrário, as forças de esquerda estão sempre à beira do abismo da fragmentação por terem sido treinadas no mundo eurocêntrico para desconhecer ou descartar as articulações entre os três modos de dominação. As dificuldades são ainda maiores por terem de agir contra a corrente do senso comum reaccionário.

Identifico duas tarefas urgentes para superar tais dificuldades. A primeira é de curto prazo e tem um nome: pragmatismo. Se a agressividade do pensamento reaccionário,



MANUEL ALMEIDA/LUSA

explicitamente racista e encobertamente hipercapitalista e patriarcal, é a que se observa e ocorre num país cujos cidadãos ainda há 50 anos eram vítimas de racismo por toda a Europa dita desenvolvida e antes disso tinham sido ostracizados como brancos escuros – ou *portygyes* nas Caraíbas, Havai e EUA –, se tudo isto ocorre num país cujo poder de governo é ocupado por forças de esquerda, é fácil imaginar o que será quando voltarmos (se voltarmos) a ser governados pela direita.

O entendimento entre as forças de esquerda tem contra si forças imensas, nacionais e internacionais: capitalismo financeiro global, privatarias



O longo ciclo colonial está inscrito na carne do país até ao mais íntimo tutano



público-privadas, Comissão Europeia, embaixadas norte-americana e de muitos países europeus, agências da sociedade civil supostamente promotoras da democracia, Igrejas conservadoras, a razão indolente da direita infiltrada há muito no PS português contra a militância corajosa do último Mário Soares, a razão indolente do sectarismo de pequenos grupos de

esquerda radical que têm sempre os dois pés no mesmo sítio para acreditarem que são firmes em vez de estáticos.

Mas o que está em jogo é muito e o pragmatismo impõe-se. Quando a direita começa a defender transportes públicos e saúde pública, a esquerda no Governo deve lembrar-se do que está a esquecer. A resposta à extrema-direita racista tem de ser tanto política como jurídica e judicial. Defendo há muito que as lutas jurídicas contra o senso comum reaccionário só devem ocorrer depois de tais lutas terem adquirido forte densidade política. É, pois, imprudente determinar em abstracto a validade da via jurídico-judicial ou da via política.

A segunda tarefa é de longo prazo e consiste em descolonizar o saber científico e popular e o poder, tanto social como cultural e político. Esta tarefa é particularmente difícil em Portugal, por duas razões. Em primeiro lugar, a última fase da descolonização do colonialismo português ocorreu há muito pouco tempo (1961-1975). As feridas coloniais estão ainda tão abertas e fundas que, tal como as crateras produzidas pela mineração a céu aberto, parecem parte integrante da paisagem. O longo ciclo colonial está inscrito na carne do país até ao mais íntimo tutano. Um país com tanta falsa esperança histórica sente-se agora dominado por tanto falso medo de ser menos europeu que a Europa desenvolvida que sempre recolonizou o colonialismo português para maior benefício dela. Por sua vez, os países que nasceram da luta anticolonial contra Portugal tiveram o privilégio de sofrer o menor ónus neocolonial. Todos sem excepção se afirmaram orgulhosamente socialistas e não apenas independentes. Foram, porém, rapidamente postos na ordem pelo capitalismo financeiro global. Sucederam-se lideranças que querem esquecer a violência e rapina colonialistas para melhor ocultarem a violência e a rapina que elas próprias vão exercendo contra as suas populações.

A segunda decorre do facto de os processos de independência terem ocorrido como uma dupla revolução: nas então colónias, a revolução da independência, e em Portugal, a revolução da democracia do 25 de Abril de 1974. Os mesmos militares que sustentaram o regime colonial no seu último período, participaram na guerra dita de pacificação e certamente cometeram as atrocidades correspondentes são também os heróis de que muito nos orgulhamos por terem aberto o caminho às independências sem peias neocoloniais e pela democracia que nos devolveram em Portugal. Passará ainda algum tempo para que as feridas se exponham, e assim possam ser eficazmente curadas.

Director emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Situação das Forças Armadas

Almirante Silva Ribeiro Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas reconhece que o problema “mais grave” com que se debate é “a falta de recursos humanos”

Hora da Verdade
Nuno Ribeiro e Ana Rodrigues (Renascença)

Em 34 minutos de entrevista – que será emitida pela Rádio Renascença hoje às 13h –, não é fácil passar em revista a situação das Forças Armadas (FA). Há pouco mais de um ano como Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), o almirante Silva Ribeiro destaca o comportamento extraordinário dos seus militares, num cenário de penúria. Há aspectos positivos, a comunicação de uma imagem que não se fica pelo trágico, sejam as mortes de comandos em treino ou o furto dos paíóis de Tancos. No discurso do CEMGFA desfila a falta de recursos humanos, de adesão e retenção à carreira, as discrepâncias entre os salários dos militares e da PSP e GNR que levam as praças a desertar das fileiras a cada concurso da polícia e da Guarda. Na falta de vocações, com pouco mais de 26 mil dos 32 mil efectivos previstos, a constatação é simples. A situação das Forças Armadas é insustentável.

Assumi o cargo há pouco mais de um ano, após as mortes nos comandos e o furto de Tancos. Como geriu este desgaste?

Essas e outras questões, às vezes menos mediatizadas, são complexas e inaceitáveis para as FA que levaram a uma reflexão e a medidas para evitar esses problemas. Estamos a criar condições para que não se repitam e a focalizar os militares no cumprimento das suas missões. Existimos para servir os portugueses. Tem sido essa a nossa grande medida que teve como consequência a recuperação da imagem das FA conseguida pelo extraordinário desempenho dos nossos militares.

Tancos revelou a fragilidade das

FA em meios e recursos...

Revelou o principal problema: a falta de recursos humanos. Claro que em Tancos há coisas além disso, mas as FA vivem com um défice muito elevado: no Exército, faltam 4100 praças, na Marinha 535 e na Força Aérea cerca de 950. São essencialmente praças pela falta de atractividade da carreira, o que impede de assegurar todas as missões e serviços com o nível de eficácia que gostaríamos. Por isso, estamos num grande esforço de abertura à sociedade e de repor condições para atrair/reter jovens.

Os números não melhoraram... Até pioraram...

Qual é o défice fundamental? A aproximação das FA à sociedade civil, a abertura da sociedade aos militares?

É tudo isso. Desde que sou CEMGFA lancei, com os chefes militares, iniciativas de abertura à sociedade. Fizemos o 4 de Novembro para assinalar os 100 anos do Armistício, temos três programas – “Alista-te por um dia”, para os jovens da escola primária; “Cidadania e Forças Armadas”, para os estudantes do secundário; e “Portugal e Forças Armadas”, para os do ensino superior –, iniciámos a abertura das unidades militares aos cidadãos. Os chefes militares, sobretudo eu, têm divulgado as FA, as operações. Temos explicado o extraordinário trabalho que os militares fazem no nosso território e no estrangeiro, na NATO, ONU e União Europeia.

Além do recrutamento, há a retenção...

É preciso condições para que os jovens tenham carreiras no Exército e na Força Aérea, que não têm quadros permanentes de praças. Na Marinha há a carreira de praças e, mesmo assim, tem 535 faltas. É preciso rever os vencimentos, a discrepância entre o de uma praça do quadro permanente e um agente da PSP ou



Os comandos têm 156 praças na República Centro-Africana e no regimento de comandos só têm mais 60

guarda da GNR é, na mesma categoria, quase de 400 euros. Por isso, este ano o Exército já perdeu 800 praças, porque quando abre concurso na PSP e na GNR as praças concorrem.

Tem garantias de que vai resolver-se?

Estamos a trabalhar com o Governo, os assuntos estão a ser colocados à tutela. Há que resolver a discrepância entre corpos do Estado com funções equivalentes. O assunto está a ser trabalhado com o ministro da Defesa. Agora não é a época adequada para

propostas, temos a campanha eleitoral. Além disso, há outras questões, as infra-estruturas, os alojamentos, estão degradados e os jovens não estão dispostos a viver em instalações daquelas.

Um serviço cívico e militar resolveria a falta de efectivos?

Não consideramos que seja a forma de resolver. Um serviço cívico como existe em França deve levar a uma reflexão. Porque é que estes países estão a criar condições para que os jovens prestem este serviço, parte dele nas Forças Armadas? As FA podem contribuir bastante para

Forças Armadas “é insustentável”



DANIEL ROCHA

a formação técnica, ética, moral, social e cívica...
E o Serviço Militar Obrigatório?
 É uma questão política. As FA encararão de acordo com o que for decidido do ponto de vista político. Daremos contributos, mas quero deixar bem claro que as Forças Armadas não são o local para resolver problemas de desinserção familiar, educação e formação cívica que devem ser resolvidos nas escolas. As FA podem dar um contributo, mas antes existem as famílias e as escolas.
O combate aos incêndios

aumentaria a visibilidade, mas há militares que o consideram como menorização.
 Acredito que haja quem pense assim, mas não é o caso dos chefes militares. O apoio à protecção civil é uma missão que foi atribuída pelo Governo e está instituída por lei, as FA cumprem-na com tanta vontade e empenho como qualquer outra. Quem faz esse tipo de comentário está preocupado com o facto de as FA perderem capacidades militares e de só virem a receber meios relacionados com a protecção civil. Mas isso não vai acontecer porque

a grande vantagem das FA é a sua natureza militar de cumprir missões, a possibilidade de utilizar meios militares em tarefas civis. Em Pedrógão, em 2017, [as FA] foram activadas ao meio-dia e às oito da noite já estavam a servir alimentação aos bombeiros, depois estiveram nas comunicações, no rescaldo, na vigilância das matas, no que era necessário. São os bombeiros que sabem combater os incêndios, não os militares. Estes podem, fruto das suas capacidades, criar condições para quem tem de acorrer a emergências civis.

Também vai haver missões com as forças de segurança...

Há acordo entre a secretária-geral do Sistema de Segurança Interna (SSI) e o CEMGFA, entreguei na segunda-feira ao senhor ministro o documento e esperamos a aprovação. Dentro de dias, se politicamente o documento for considerado aceitável, será assinado. Demorámos mais de um ano, porque havia preconceitos de parte a parte. Os militares tinham receio de serem comandados por polícias, os polícias – que durante muito tempo foram comandados por militares – temiam que estes, chegados ao terreno, quisessem comandar as operações. Desconfianças de décadas foram ultrapassadas, por relacionamentos pessoais e institucionais entre a PSP e a GNR e os mais altos cargos das FA.

Em que condições é implementada a cooperação?

Quando as forças de segurança não tenham capacidade de cumprir as suas missões, seguindo uma cadeia de decisão política, com certeza. As forças de segurança, através do SSI, solicitam ao CEMGFA o empenho das FA através de oficiais de ligação com base nas regras de empenhamento. É em condições extremas, que não têm a ver com o estado de sítio e o estado de emergência. Por exemplo, num atentado terrorista como ocorre em Bruxelas, Paris, nos EUA.

O acidente do soldado Aliu Camará na República Centro-Africana (RCA) impressionou o país. Ele vai ser integrado no quadro permanente para garantir o seu futuro?

Vai, esse e outros. O conselho de chefes está a rever a legislação para que os militares nestas circunstâncias que não sejam do quadro permanente em regime de contrato transitem para o quadro permanente e tenham uma carreira devidamente protegidos. Aliu Camará tem mais três anos de contrato ao fim dos quais ficaria num profundo desamparo com uma pensão reduzidíssima de deficiente das FA. Esperamos até ao fim do ano ter isto resolvido, o senhor ministro está muito empenhado e até gostaria que fosse nos próximos dois meses. Vamos ver se é possível porque é preciso alterar legislação complexa.

Além da RCA, temos militares no Afeganistão, Iraque e Mali. São missões para continuar?

Sim, recebemos orientações políticas do Governo para as Forças Nacionais Destacadas para 2020 idênticas às de 2019. Na RCA fizemos a diferença, foram as intervenções competentes e robustas dos nossos militares que contribuíram para que os grupos armados se sentassem à mesa das negociações.

Há capacidade para tantas missões?

É a grande preocupação que tenho como comandante operacional. Os comandos têm 156 praças na RCA e no regimento de comandos só têm mais 60. O problema mais grave das FA é a falta de recursos humanos, com os que temos vamos cumprindo as missões, só que isto leva a um esforço tremendo. Não temos os 32 mil efectivos que devíamos, só 26 mil, e os que temos têm de repetir muitas vezes as

missões. Já era a segunda vez que Aliu Camará estava na RCA. Em combate, o stress psicológico é tremendo e tem de se dar mais que um ano de intervalo.

Nestas missões, os militares recebem mais dinheiro, e há a expressão de que “vamos cumprindo”. Até quando?

Isto é insustentável. Temos alertado o Governo de que esta situação tem de ser parada, estamos em risco de desequilíbrio entre as missões e os meios humanos. A realidade dos efectivos é absolutamente insuficiente. Não tem a ver com as forças destacadas, mas com o conjunto de missões. Recentemente recusámos um pedido da protecção civil de mais militares para patrulhas de vigilância. Esta situação é insustentável. É o problema mais premente das FA que os chefes militares e os responsáveis políticos estão empenhados em reverter. É uma situação que tem vindo a degradar-se há anos.

Como está a questão do Hospital das Forças Armadas (HFAR)?

Está a ser resolvida. A reforma da saúde militar de 2011 sofreu atrasos, levou à fusão dos três hospitais, o plano funcional do HFAR não foi completado, e temos um problema de sustentação financeira. Esta semana vou apresentar ao senhor ministro da Defesa um plano de financiamento do hospital, que envolve o Instituto de Apoio Social das Forças Armadas e a Assistência na Doença aos Militares, no qual está tipificado quem sustenta as despesas de saúde dos militares.

Mantém o apoio à directora do HFAR?

A dr.^a Regina tem exercido o cargo com grande esforço e com imensos problemas porque a situação é muito difícil. O grande problema com que tem lidado tem de ser resolvido, o HFAR tem de ter competências de gestão, de administração hospitalar. Defendo que o hospital tenha um conselho de administração e gente, civil ou militar, com competências de gestão. A brigadeiro Regina já mandou médicos tirar o curso de administração hospitalar e eu também o solicitei aos ramos.

nuno.ribeiro@publico.pt



Este ano, o Exército já perdeu 800 praças, porque quando abre concurso na PSP e na GNR as praças concorrem

POLÍTICA

Funcionário da embaixada em Teerão atingido a tiro levou a suspensão de vistos

Diplomacia

Luciano Alvarez e São José Almeida

Incidente com funcionário iraniano da embaixada portuguesa atingido a tiro em Março foi considerado uma “quebra de segurança”

O facto de um funcionário iraniano da embaixada portuguesa em Teerão ter sido atingido a tiro nos arredores da instalação diplomática em Março foi a razão que levou à suspensão de vistos a cidadãos do Irão e de todas as actividades da secção consular.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, revelou anteontem, no Parlamento, que a atribuição de vistos a cidadãos iranianos tinha sido suspensa por questões de segurança, sem avançar mais pormenores. Mas a principal razão, apurou o PÚBLICO, prende-se com o incidente de Março, que foi considerado como uma quebra de segurança nas instalações diplomáticas.

O incidente com o funcionário iraniano aconteceu a 12 de Março e foi confirmado na altura por Santos Silva e pelo porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Irão, Bahram Qasemi, que, em declarações à agência de notícias iraniana IRNA, afirmou que o ataque ocorreu ao norte de Teerão motivado por “questões pessoais”, de acordo com as investigações iniciais.

O ministro dos Negócios Estrangeiros português esclareceu, na altura, que o funcionário iraniano que trabalha na embaixada de Portugal, ao sair da instalação diplomática, “foi vítima de uma emboscada”. “Foi atingido provavelmente a tiro por uma pessoa que circulava numa motorizada. Felizmente, o funcionário já se encontra em casa e, portanto, os ferimentos não foram graves”, sublinhou o ministro.

Ao final da tarde de anteontem, em comunicado, Augusto Santos Silva assegurou que a suspensão de vistos a cidadãos iranianos se devia às “condições de funcionamento da secção consular” em Teerão e nada teria a ver com questões de segurança naquele país. O chefe da diplomacia portuguesa justificou que avançou com o comunicado “para que não haja interpretações erróneas”

do que tinha dito na comissão parlamentar dos Negócios Estrangeiros.

Santos Silva disse ainda que “as razões de segurança prendem-se com as condições de funcionamento da secção consular” da Embaixada de Portugal em Teerão que “estão a ser identificadas e corrigidas” e, uma vez ultrapassadas, “possibilitarão a retoma do seu funcionamento, tão brevemente quanto possível”.

“A suspensão das actividades da secção consular compreende todas as actividades, não se dirigindo especificamente à emissão de vistos para cidadãos iranianos (ou dos outros países cobertos pelo posto) em viagem para Portugal”, refere ainda.

A nota salientava também que “a suspensão é uma decisão cautelar das autoridades portuguesas, para melhorar a segurança do seu posto consular e em nada resulta de uma avaliação sobre as condições gerais de segurança na República do Irão, ou de qualquer outro aspecto de natureza institucional ou política”.

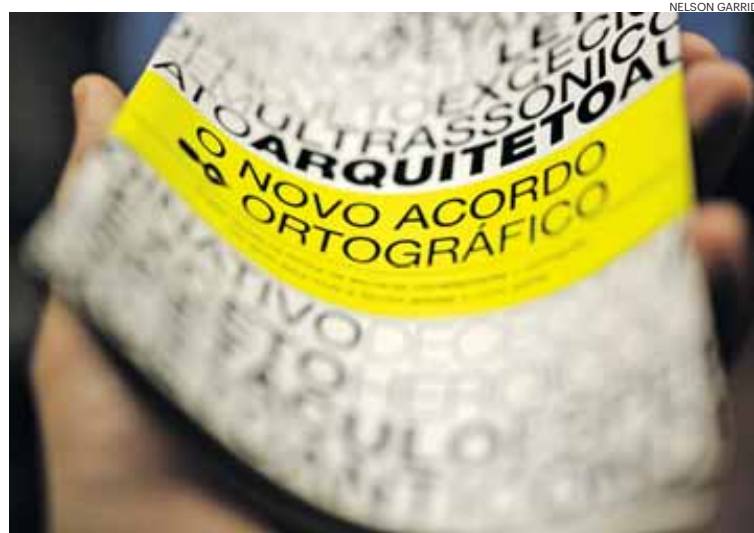
“A suspensão é temporária, pelo mais breve prazo possível, e, enquanto durar, procurar-se-ão meios alternativos para a emissão dos documentos indispensáveis à circulação de pessoas”, acrescentou.

O PÚBLICO enviou por *email* um conjunto de perguntas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre este assunto. O MNE enviou a seguinte resposta: “Neste momento o que temos a dizer consta do comunicado de ontem [terça-feira].”

lavarez@publico.pt



Augusto Santos Silva falou em “questões de segurança”



Grupo de trabalho sobre acordo ortográfico ouviu 16 entidades

AR não se entende sobre o que fazer ao acordo ortográfico

Cultura
Maria Lopes

Relatório recomenda negociação com os países da CPLP para aferir do interesse de alterar o acordo em vigor

Passaram quase dois anos e meio, foram ouvidas 16 entidades e recebidos vinte contributos escritos, houve uma petição, um projecto de resolução chumbado e uma iniciativa legislativa de cidadãos que segue para a próxima legislatura. E a Assembleia da República continua no mesmo ponto em que estava há quatro anos: os deputados não se entendem sobre o que fazer ao acordo ortográfico.

A prova está no relatório do grupo de trabalho para a avaliação do impacto da aplicação do acordo ortográfico de 1990, que desde Março de 2017 voltou a ouvir quem está contra e a favor. Os deputados do grupo de trabalho (GT) criticaram duramente o facto de o documento, elaborado pelo coordenador, o deputado do PSD José Carlos Barros, incluir um capítulo com recomendações quando estas nunca foram discutidas no grupo. À esquerda, PS, BE e PCP não se reviam nas conclusões e recomendações, à direita PSD e CDS reviam-se mas entendiam que o coordenador não teria o poder de fazer recomendações que o grupo de trabalho não discutiu.

Numa primeira versão, o relatório recomendava que “o Governo dê

início a uma negociação político-diplomática entre as autoridades dos diversos Estados-membros da CPLP, com vista à discussão da situação actual da aplicação do acordo ortográfico de 1990 e a ponderação das decisões mais adequadas neste domínio, incluindo a possibilidade e o interesse de se dar início a um processo de alteração ou aperfeiçoamento do actual acordo ou à negociação de um novo acordo ortográfico”. José Carlos Barros propôs depois que se recomendasse, de uma forma mais geral, a “criação de condições” para essa discussão, sem que fosse uma incumbência ao Governo.

O relatório tinha de ser votado ontem no GT para poder ser analisado e ratificado na comissão de Cultura a tempo do último plenário, amanhã. Apesar das várias alternativas discutidas para tentar ultrapassar as dificuldades de se estar a chegar ao fim do prazo dos trabalhos, o PS pediu o adiamento potestativo da votação, pondo em risco até a existência de um relatório.

José Carlos Barros disponibilizou-se para retirar o conteúdo mais directo das recomendações, mas perante a recusa dos deputados, propôs transformar essas recomendações apenas na opinião do relator, não vinculando os restantes deputados. Mas o PS manteve-se irredutível no adiamento. O assunto do relatório poderá ser resolvido numa reunião da comissão de Cultura amanhã, às 8h da manhã – o último plenário da legislatura começa às 9h.

maria.lopes@publico.pt

Cabrita promete novas autarquias

Áreas metropolitanas
São José Almeida

Ministro assume que se o PS for Governo, as áreas metropolitanas existentes passarão a ser eleitas como autarquias em 2021

Numa altura em que o PS vem divulgando pormenores sobre o seu programa eleitoral, o ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, afirmou ao PÚBLICO que o Partido Socialista assume o “compromisso de, após as legislativas, ser atribuída às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto a gestão do ordenamento do território e a gestão dos fundos europeus”, com vista à sua “eleição como autarquia em 2021”.

Ainda olhando para o futuro, e no âmbito da descentralização – dossier em relação ao qual o ministro faz um balanço “bastante positivo” –, Cabrita garante que o PS se compromete a “estabelecer quais as novas áreas de competências a alargar aos municípios”. O governante salientou a aprovação de 22 diplomas, mas admitiu que “há ainda dificuldades em vários municípios”. Este “é um processo gradualista” que se prolongará até ao final de 2021, frisou.

A relação do Ministério da Administração Interna com o poder local nas áreas da segurança interna, da protecção civil e da descentralização, já implicou, contudo, 23 reuniões de mais de quatro horas com as 21 Comunidades Intermunicipais, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, envolvendo 278 presidentes de câmara.

No plano da segurança interna, o ministro salientou que na recta final da legislatura há “oitenta obras em curso” para instalações das forças de segurança, que estão a ser feitas de acordo com “um novo critério” que se insere na assunção de que a “segurança pública é coordenada entre o ministério e as autarquias. Assim “sempre que se abrem ou fecham instalações das forças de segurança isso é decidido em conjunto, sublinha Cabrita e concretiza: “O ministério decide a obra, mas os municípios é que são o dono de obra e abrem o concurso.”

sao.jose.almeida@publico.pt

BE volta à despenalização da morte assistida no programa eleitoral

Legislativas
Maria João Lopes

José Manuel Pureza mostra-se confiante em relação à possibilidade de a proposta passar na próxima legislatura.

No programa que apresenta às eleições legislativas, o Bloco de Esquerda volta a propor a despenalização da morte assistida. Trata-se, como afirmou ao PÚBLICO o deputado José Manuel Pureza, de um tema prioritário.

“O Bloco assume o compromisso de apresentar na próxima legislatura uma proposta de despenalização da morte assistida nos mesmos termos da que apresentou em 2018. Essa proposta despenalizará a actuação de quem, face a um pedido reiterado de alguém com doença fatal e irreversível e com um sofrimento insuportável, comprovados por dois médicos, colabore na concretização da antecipação da morte pedida por essa pessoa”, lê-se numa das secções do programa à qual o PÚBLICO teve acesso.

“O Bloco assume esta proposta e coloca-a no seu programa, mostrando que lhe dá uma importância grande nas prioridades para os direitos das pessoas. Foi assim que a encaramos nesta legislatura, é assim que partimos para a próxima legislatura e é assim que assinalamos um ano sobre a morte de João Semedo que abraçou esta luta. É uma proposta muito importante”, disse José Manuel Pureza ao PÚBLICO, antes de a coordenadora do partido, Catarina Martins, a apresentar no jantar de homenagem a João Semedo, que aconteceu ontem em Lisboa, e que juntou vários rostos ligados à saúde e à política, entre os quais Manuel Alegre, por exemplo.

Pureza lembra que foi por pouco que o tema não foi aprovado no ano passado e mostra-se confiante quanto à possibilidade de passar na próxima legislatura: “O debate mostrou que o espaço do preconceito é frágil e que não resiste à questão essencial que é a questão da tolerância na sociedade portuguesa. Fica claramente a ideia de que mais cedo do que tarde, como disse João Semedo, há todas as condições para que haja

um grande consenso no sentido de não obrigar nada a ninguém, mas no sentido de que todas as pessoas tenham as escolhas respeitadas no final de vida”, afirmou, “confiante” que haverá “bom senso e espírito de tolerância” para criar um “consenso” que “consagre aquela possibilidade no direito português”. Além de voltar a agitar a bandeira da despenalização da morte assistida, o BE apresentou como candidato pelo Porto, em quinto lugar, o neurologista Bruno Maia, membro do Movimento Direito a Morrer com Dignidade.

No programa, os bloquistas consideram que, “por puro preconceito, as pessoas em fim de vida estão privadas de escolher uma morte em que a diminuição do sofrimento não signifique perda de capacidade relacional e adormecimento físico e psíquico”. Contestam que o Código Penal continue “a punir com pena de prisão todos quantos, por convicção ou por simples compaixão, decidam dizer ‘sim’ ao pedido de ajuda de alguém que, em sofrimento atroz e irreversível, entende que a antecipação da sua morte é a única forma de preservar até ao fim a dignidade que se impôs ao longo de toda a vida”. Para os bloquistas, “despenalizar a morte assistida não obriga ninguém a adoptar um modelo de fim de vida”. Pelo contrário, argumentam:



Para o BE, a proposta é de “uma importância grande nas prioridades para os direitos das pessoas”

“Isso é o que acontece hoje com a punição consagrada no Código Penal. Trata-se, portanto, de uma decisão que alarga o espaço da liberdade, dos direitos e da tolerância na sociedade portuguesa.”

Um dos rostos da luta pela despenalização da morte assistida foi o médico João Semedo, que morreu há um ano. O médico foi também, em conjunto com o socialista António Arnaut, autor da proposta de uma nova Lei de Bases da Saúde – um processo conturbado que esteve perto de falhar um entendimento à esquerda, o que só foi alcançado na semana passada.

mjlopes@publico.pt



Fernando Negrão confirmou voto contra da sua bancada

PSD chumba lei do lobbying do PS e CDS

Parlamento
Maria Lopes

Sociais-democratas defendem que assunto merece “ponderação” e deve ser o Parlamento que se segue a decidir sobre ele

No sábado, Rui Rio tinha aberto a porta ao chumbo e o PSD vai confirmá-lo amanhã: os sociais-democratas vão votar contra as alterações que PS e CDS vão propor à lei do lobbying vetada pelo Presidente da República. A garantia foi dada ao PÚBLICO pelo líder parlamentar do PSD: “Trata-se de matéria muito sensível que merece tempo e ponderação. Nestas circunstâncias, o PSD não apresentará propostas de alteração e votará contra”, disse Fernando Negrão.

A mudança do PSD do sentido de voto de abstenção – que permitiu a aprovação do diploma há um mês no Parlamento – para voto contra mata o novo regime do lobby, uma vez que o Bloco e o PCP também se vão opor (tal como fizeram em comissão).

O presidente do PSD, Rui Rio, defendeu no fim-de-semana que “legislar [sobre este tema] em cima das eleições é demagogia”. O líder social-democrata disse ser “muito mais prudente esperar-se pelas eleições e então a próxima Assembleia da República (AR), com toda a calma e ponderação, se assim entender, fazer uma lei”.

A regulamentação da representa-

ção legítima de interesses junto de entidades públicas – lobbying – e a obrigação de um registo de transparência na AR foi uma das matérias discutidas nos últimos três anos na Comissão da Transparência.

Depois do veto de Marcelo na passada semana, apontando três lacunas essenciais à lei, PS e CDS disponibilizaram-se para fazer alterações ao texto incorporando as sugestões do Presidente. Era apenas preciso ultrapassar as regras de funcionamento do Parlamento que estipulam que entre a leitura do veto e discussão e votação de alterações a um diploma devem decorrer 15 dias. A conferência de líderes, por acordo de todos os partidos, decidiu que se poderia concentrar esse processo no último plenário da legislatura – amanhã.

Lei dos primos deverá passar

Noutra matéria pendente, ninguém parece querer ficar com o ónus de votar contra uma lei que (pelo menos) tenta trazer alguma transparência e responsabilização às nomeações para gabinetes. A proposta do PS, que partiu da polémica do *familygate*, deverá ser aprovada amanhã. O Bloco confirmou ao PÚBLICO o seu voto a favor, o CDS e o PCP estão praticamente decididos a abster-se, e o PSD, que começou por criticar o teor da primeira proposta socialista e passou a aliado ao ajudar o PS a reescrevê-la, disse há dias que “não pode acompanhar” o texto entregue na comissão.

Porém, mesmo que o PSD se abstenha, os votos favoráveis do PS e BE e a abstenção do CDS e PCP chegam para que resulte numa aprovação.



Breves

Cuidados primários
PS remete fim das taxas moderadoras para futuro Governo

Foi uma reviravolta na comissão de saúde a propósito do fim das taxas moderadoras nos cuidados primários. O PS fez passar uma alteração ao projecto do BE que remete a questão para o diploma de execução orçamental do próximo Orçamento do Estado. Na prática, o fim daquelas taxas moderadoras – que tinha sido aprovado na generalidade – é atirado para a próxima legislatura.

Legislativas

Pedro Nuno Santos volta a ser número um do PS em Aveiro

Pedro Nuno Santos, ministro das Infra-Estruturas e da Habitação, volta a ser o cabeça de lista do PS às legislativas pelo círculo eleitoral de Aveiro. No círculo de Leiria, o primeiro nome da lista do PS é Raul Castro, presidente da câmara da capital do distrito. Recentemente, foram anunciadas Alexandra Leitão em Santarém e Ana Mendes Godinho na Guarda.

Maçonaria

GOL no Parlamento durante votação da Lei de Bases da Saúde

O grão-mestre do Grande Oriente Lusitano vai estar, amanhã, a assistir à votação da Lei de bases da Saúde nas galerias do Parlamento. Ao marcar presença na votação, Fernando Lima pretende vincar o papel da Maçonaria na implementação do SNS, aproveitando para prestar homenagem a António Arnaut.

SOCIEDADE

Costa desafia magistrados a irem mais aos bolsos dos corruptos

No ano passado a Justiça portuguesa declarou perdidos a favor do Estado 3,4 milhões de euros. Gabinete de Recuperação de Activos será reforçado com mais duas pessoas

Justiça
Ana Henriques

A questão foi levantada por António Costa durante a sua aparição no programa televisivo da TVI Circulatura do Quadrado, na passada semana. Questionado pelos comentadores residentes Pacheco Pereira e Lobo Xavier sobre a forma demasiado ligeira como os políticos lidam com a corrupção quando ela atinge membros dos partidos que dirigem, o primeiro-ministro puxou dos galões para dizer que, graças a si, existe desde 2002 em Portugal um importante instrumento para recuperar lucros provenientes desta prática criminosa. Mas lamentou que não seja usado com mais frequência um mecanismo que criou quando era ministro da Justiça.

“Fiz aprovar algo muito importante em matéria de corrupção: se uma pessoa for condenada em tribunal por este crime ou por outros, como tráfico de droga ou de seres humanos, é ela quem tem de provar que os seus bens são de origem lícita. Se não o fizer há inversão do ónus da prova, presumindo-se que foram produto do crime e, portanto, são perdidos a favor do Estado”, descreveu. Depois de ouvir Pacheco Pereira observar que esse mecanismo não é aplicado, António Costa reagiu: “Também me intriga muito porque é que alguns magistrados que eu vejo a dizerem nos colóquios que é necessário criar o crime de enriquecimento ilícito se recusam a aplicar uma norma que está em vigor desde 2002.”

Mas será mesmo que se recusam? O facto de a procuradora-geral da República ter feito da recuperação de bens um dos seus cavalos-de-batalha desde que tomou posse indicia-o. E a própria ministra da Justiça disse em Maio passado que a prisão não é o pior castigo para os criminosos de colarinho branco e que é preciso “bater-lhes onde mais lhes dói”. “Às vezes, compensa ficar três ou quatro anos na cadeia, ou em casa com pulseira electrónica, para depois gozar uma reforma doumada com o dinheiro colocado lá fora”, observou a ministra. O PÚBLICO ouviu vários magistrados e outros especialistas no tema, e todos eles



Em 2018, Gabinete de Recuperação de Activos agiu em 125 casos

concordam num ponto: a questão pode não ser tão linear como a colocou António Costa, mas do lado da Justiça ainda há muito a fazer para maximizar a recuperação de dinheiro e outros bens.

É verdade que já lá vão 17 anos desde que a lei 5/2002 entrou em vigor, determinando que quando alguém é condenado por determinado tipo de crimes pode ser declarada perdida a favor do Estado a soma correspondente à diferença entre o valor do património na posse do arguido e aquilo que seja congruente com os seus rendimentos lícitos. É o velho provérbio vertido em letra de lei e já usado por dois juízes do Tribunal da Relação de Lisboa para responderem a um recurso do ex-primeiro-ministro José Sócrates: “Quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado lhe vêm.”

Porém, aquilo que o primeiro-ministro não disse foi que este diploma legal levantou dúvidas de constitucionalidade até 2015, altura em que o Constitucional declarou que ele respeitava a lei fundamental. Daí que até essa altura houvesse magistrados que não se sentiam confortáveis em recorrer a um mecanismo considerado de legalidade discutível.

“Tenho ideia de que é, de facto, um mecanismo pouco usado, embora nos últimos anos isso tenha vindo a mudar”, observa o presidente da Associação Sindical de Juizes Portugueses, Ramos Soares. É ao Ministério Público, assinala, que compete propor a perda alargada de bens nestes casos, normalmente antecedida de um arresto, para evitar que sejam vendidos ou escondidos.

Porém, à medida que a criminalidade económico-financeira foi ficando mais sofisticada encontrar o paradeiro da riqueza de origem criminosa tornou-se mais complicado. E quando não se sabe onde param também não se pode apreendê-los.

“Pode ser uma das razões pelas quais não se recorre muito à lei”, diz Ramos Soares. Em Portugal, a organização responsável por ajudar os investigadores a levar esta tarefa a bom porto, o Gabinete de Recuperação

de Activos, depende da PJ. Mas só foi criado nove anos depois do diploma de Costa entrar em vigor. Segundo dados da Procuradoria-Geral da República (PGR), em 2018 foi solicitada a intervenção do gabinete em 125 casos, na maioria das vezes em casos de tráfico de estupefacientes, infracções fiscais e branqueamento de capitais. Foram apreendidos bens e valores no montante total de 21,7 milhões. Numa portaria publicada ontem, o Ministério da Justiça autoriza a entrada de mais dois efectivos para o gabinete.

Ainda no ano passado a justiça portuguesa declarou perdidos a favor do Estado 3,4 milhões. Porém, há situações em que a lei não permite ao Ministério Público socorrer-se deste organismo para investigar a situação patrimonial e financeira dos suspeitos. “Sendo certo que muito existe ainda por fazer, o Ministério Público tem intensificado as iniciativas de recuperação das vantagens do crime”, garante a PGR. No gabinete da procuradora-geral, cabe a Hélio Rodrigues levar a cabo essa tarefa, nomeadamente através das acções de formação para magistrados que irão ser promovidas até ao início de 2020, porque estes mecanismos “não são fáceis de aplicar na prática”.

“A identificação do património existente exige capacitação, treino. E muito tempo também”, diz o procurador adjunto, que duvida que neste momento existam colegas que se neguem a aplicar a chamada perda ampliada de bens. “Mas existem outros mecanismos legais para chegar ao mesmo fim”, ressalva.

Conclusão: embora a lei do ministro António Costa sofra de falta de uso, chegaram tarde as condições que permitiram torná-la eficaz. Além disso, segundo um especialista na matéria existe entre os magistrados uma cultura muito mais virada para prender quem cometeu o crime do que em ir aos bolsos dos criminosos. “Mas este não é um problema especificamente português”, assegura a mesma fonte de informação, segundo a qual o mecanismo criado por António Costa, e decalcado da lei italiana, foi, de facto, pioneiro.



ana.henriques@publico.pt

Fundação para a Saúde sugere donativos cívicos para o SNS e “facturas virtuais” para utentes

Saúde
Patrícia Carvalho

Fundação marca abertura das comemorações do 40.º aniversário do SNS com obra que traça linhas gerais para o futuro deste serviço

A relação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com “as entidades e organizações mercantis que laboram” nessa área requer “uma cuidadosa e sofisticada regulação”. Deve ser estudado um modelo que permita combinar diferentes modalidades de pagamento e incentivos aos serviços e equipas do SNS, que considere os resultados e estimule “o brio, o profissionalismo, o trabalho em equipa”. É “pertinente” permitir donativos cívicos ao SNS, que devem ser estimulados, garantindo “transparência e rigor”. Estas são algumas das linhas sugeridas pela Fundação para a Saúde – SNS num livro apresentado na tarde de hoje, numa cerimónia que marca a abertura das comemorações dos 40 anos do SNS.

A fundação promete que até ao final deste ano irá apresentar, “para debate público, um conjunto de propostas concretas”, associadas às linhas enunciadas na obra *Serviço Nacional de Saúde – Breve Interpretação e Propostas para a Sua Transformação*, da Fundação para a Saúde, que é apresentado hoje no Auditório Coriolano Ferreira da Escola Nacional de Saúde Pública, em Lisboa. Mas várias sugestões são já deixadas nos capítulos dedicados aos três grandes eixos enunciados na obra: o SNS como instrumento para o desenvolvimento e coesão social – investimento para criar valor; as pessoas (cidadãos e profissionais que nele trabalham); identidade, governação e mudança organizacional do SNS para garantir melhores respostas.

Desde logo, uma coisa fica clara no livro que traça também uma breve história do SNS desde a sua criação: “Não podem existir relações concorrenciais saudáveis entre o SNS e as entidades e organizações mercantis que laboram na área da saúde. Estas procurarão, naturalmente, maximizar os seus lucros e os dividendos reclamados pelos accionistas”, lê-se.



A fundação é presidida pela ex-ministra Maria de Belém Roseira

“
Não podem existir relações concorrenciais saudáveis entre o SNS e as entidades e organizações mercantis que laboram na área da saúde

Serviço Nacional de Saúde – Breve Interpretação e Propostas para a Sua Transformação

Numa altura em que o PS, o PCP e o Bloco de Esquerda chegaram a acordo sobre a nova Lei de Bases da Saúde, que deverá ser votada esta semana na Assembleia da República, a obra da fundação presidida pela anterior ministra da Saúde socialista Maria de Belém Roseira defende que é “indispensável regular as relações do SNS com instituições dos sectores social, cooperativo e privado com fins lucrativos, garantindo uma clara separação de sectores”. O SNS, defende-se ali, “deve poder recorrer ao contributo daqueles sectores, a título supletivo, para responder a necessidades de saúde identificadas e para resolver iniquidades entre cidadãos, mas não faz sentido que haja uma relação

concorrencial entre entidades com natureza, valores, princípios e finalidades tão distintos”.

Porque no centro do SNS devem estar as pessoas e, nesse sentido, uma das sugestões deixadas no livro é que exista uma maior “literacia em saúde”. Ou seja, o acesso a informação que permita aos cidadãos envolverem-se nas decisões sobre o SNS e, ao mesmo tempo, valorizarem mais a sua existência e o trabalho ali desenvolvido. Para que isso seja potenciado, outra das sugestões deixadas no livro é que os cidadãos passem a receber uma “factura virtual”, que explicita a despesa/investimento que foi feito no tratamento do seu caso específico.

No último capítulo, dedicado à governação e organização do SNS, critica-se o facto de ele ter sido, até à data, “excessivamente governamentalizado”, realçando-se a necessidade de ele passar a ser dotado “de um estatuto organizacional público específico, que consagre um quadro de autonomia com responsabilidade e administração bem definidas”.

Uma visão “estratégica estável” – e que não mude de cada vez que se altera o ciclo governativo – e que olhe para o SNS “como um todo”, em vez de “reformas parcelares”, são outras das pistas deixadas na obra.

Os três grandes eixos do livro vão ser os temas do debate agendado para a tarde de hoje, numa sessão que contará, na abertura, com a presença da ministra da Saúde, Marta Temido.

patricia.carvalho@publico.pt

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE DOUTORADO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 57/2016, DE 29 DE AGOSTO

Por Despacho da Reitora da Universidade Católica Portuguesa, Prof. Doutora Isabel Capelo Gil, foi deliberado abrir concurso de seleção internacional para **1 lugar de investigador doutorado**, para o exercício de atividades de investigação científica microbiologia, no âmbito do projeto N.º 028761 - **PHYTOENERGY**: Análise do potencial de valorização energético de biomassa resultante de aplicações de fitorremediação de solos contaminados, projeto financiado pelo Portugal 2020, no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT,IP) na sua componente OE.

Prazo de candidaturas: **18 a 31 de julho de 2019**

Poderá obter informações detalhadas sobre estes concursos no site: www.cbqf.esb.ucp.pt



U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

Anúncio venda de imóveis propriedade da Universidade de Lisboa



Fração A do imóvel sito Rua Rainha D. Luísa de Gusmão, n.ºs 12, 12 A, 12 - B e 12 - C, em Lisboa, freguesia do Lumiar, Concelho de Lisboa, com área de terreno de 297m².

Fração A do prédio urbano sito na Quinta da Cabaça, em Odivelas, União das Freguesias de Pontinha e Famões, Concelho de Odivelas.

As candidaturas e propostas devem dar entrada até às 12h do dia 26 de setembro de 2019.

Todas as peças respeitantes ao procedimento estão disponíveis em: www.ulisboa.pt

loja P

CONHEÇA A NOSSA SELECÇÃO DE VINHOS E PRODUTOS GOURMET



MAIS INFORMAÇÕES: loja.publico.pt | 210 111 010

SOCIEDADE

Há 20 novos cursos no ensino superior e mais de um terço são de Engenharia

Entre os novos cursos, a Universidade do Porto criou o de Engenharia Geoespacial e o Politécnico do Cávado e do Ave o de Engenharia Informática Médica. ISCTE abre o curso de Ciência de Dados

Universidades
Samuel Silva

Oito dos 20 novos cursos superiores que vão abrir no próximo ano lectivo são Engenharias. Esta era já a área de estudos com mais vagas no concurso nacional de acesso, mas as instituições decidiram reforçar a sua aposta. No total, há quase 9400 lugares para quem pretende ser engenheiro.

Estas novas formações no ensino superior totalizam 505 vagas no concurso nacional de acesso. Há dois novos cursos de Engenharia em institutos politécnicos: o do Cávado e do Ave, em Barcelos, criou um curso de Engenharia Informática Médica, ao passo que o Politécnico de Viseu tem agora oferta de Engenharia Alimentar.

Nas universidades, há novas formações em Engenharia Electrónica e Telecomunicações e Engenharia Civil (Universidade da Madeira), Engenharia e Gestão Industrial (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e Bioengenharia e Engenharia Alimentar (Universidade do Algarve). Já a Universidade do Porto criou um novo curso de Engenharia Geoespacial.

A área de estudos de Engenharia e Técnicas Afins tem sido, ao longo dos últimos anos, aquela em que são disponibilizadas mais vagas no concurso nacional de acesso – sempre acima dos 9000 lugares. Este ano totaliza 9382.

Os outros cursos noutras áreas que abrem vagas este ano e não abriram no ano passado são: Gestão e Planeamento em Turismo (Universidade de Aveiro), Matemática e Aplicações (Universidade da Beira Interior), Enologia (Universidade de Évora), Negócios Internacionais e Estudos Portugueses (Universidade do Minho), Finanças (Universidade de Lisboa, com aulas em inglês), Audiovisual e Multimédia (Instituto Politécnico de Beja), Desporto (Instituto Politécnico do Porto), Zootecnia (Instituto Politécnico de Santarém) e Gestão da Edificação e Obras (Instituto Politécnico de Tomar).

Entre os novos cursos, destaque também para o de Ciência de Dados



Nuno Ferreira Santos

O ministério de Manuel Heitor tinha sido avisado pelos politécnicos de que novas regras que implicavam diminuição de vagas no Porto e Lisboa iam prejudicar subsistema



criado pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Esta formação superior funciona em dois regimes (diurno e pós-laboral), totalizando 70 novos lugares a partir do próximo ano lectivo.

ISCTE é o que mais aumenta

É por via desta nova oferta que o ISCTE é a instituição de ensino superior que mais aumenta o número de vagas neste ano. São mais 66 lugares. As Ciências de Dados e as Competências Digitais são as duas áreas que mereceram tratamento excepcional do Governo no concurso deste ano.

Foram as únicas em que as instituições de Lisboa e do Porto não teriam de fazer cortes no número de vagas.

A outra instituição das duas principais cidades do país que aumentou o número de lugares foi a Universidade do Porto (mais 53 vagas). Este aumento acontece “exclusivamente em resultado do indicador de excelência”, o critério criado pelo Governo que faz aumentar o número de vagas em cursos em que o número de candidatos com média superior a 17 é superior ao total de lugares disponível, explica a vice-reitora da instituição, Maria de Lurdes Fernandes.

Aquela responsável mostra-se

satisfeita com o resultado das regras aplicadas este ano pelo Governo, em oposição ao que aconteceu no ano passado. “Como veio a provar-se, as regras do ano passado não resultaram como forma de atrair mais pessoas para o interior”, afirma.

O concurso de acesso ao superior deste ano tem um total de 50.860 vagas. Destas, 28.236 (56%) estão nas universidades, mais 98 do que no ano passado. Já os politécnicos perdem 90 lugares face a 2018. Estão agora a concurso 22.624, 44% do total – menos um ponto percentual do que no ano passado.

O presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Pedro Dominginhos, considera que os institutos politécnicos foram os “mais prejudicados” pelas novas regras para a fixação de vagas para o ensino superior.

A quebra verificada nos institutos politécnicos é sobretudo justificada pela diminuição do número de vagas nas duas maiores instituições deste subsistema, o Politécnico de Lisboa, que reduziu 55 vagas, e o Politécnico do Porto, que perde 43.

Os politécnicos “tinham avisado” o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de que este seria o resultado no seu parecer ao despacho orientador da fixação das vagas. O subsistema “acabou por perder” com a aplicação das novas regras, um resultado que “obriga a uma reflexão no próximo ano”, considera Pedro Dominginhos.

É também um politécnico a instituição de ensino superior que perde mais vagas no concurso nacional de acesso deste ano. É o Politécnico de Santarém, que terá menos 70 lugares. Trata-se de uma situação específica que se prende com o facto de a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) não ter autorizado a abertura de um novo curso nesta instituição.

Em sentido contrário, seis politécnicos aumentam vagas, sendo que as principais subidas se verificam nos politécnicos de Bragança (mais 39) e Guarda (35).

samuel.silva@publico.pt

Ministério quer pôr professores e pais a aliviar o peso das mochilas dos alunos

Educação
Clara Viana

Mais de metade dos alunos transportam peso a mais às costas. Ministério lança campanha para ajudar a mudar esta situação

O Ministério da Educação (ME) vai aconselhar as escolas e professores a atribuir a mesma sala de aulas a cada uma das turmas, de modo a que os alunos não tenham de passar parte do tempo em que estão nos estabelecimentos de ensino de mochila às costas. Esta é uma das cerca de 20 recomendações que a partir de hoje estarão disponíveis na plataforma de atribuição de manuais gratuitos (Mega), no âmbito de uma campanha de sensibilização intitulada *Mochila Leve* e que tem também como destinatários alunos e encarregados de educação.

Segundo o ME, com a disponibilização de manuais gratuitos a todos os anos da escolaridade obrigatória serão 1,2 milhões os alunos beneficiários desta medida no próximo ano lectivo. Por isso, a maioria deles, bem como os seus encarregados de educação, terão de passar pela plataforma.

Vários dos conselhos que estarão disponíveis na Mega constam da recomendação que, em 2017, foi aprovada por unanimidade no Parlamento, na sequência de uma petição com mais de 50 mil assinaturas

contra o peso das mochilas escolares. É este o caso da atribuição de salas fixas para cada turma e também da promoção do uso de cacos. Segundo o ministério, esta última medida está a transformar-se numa “prática cada vez mais frequente nas escolas”, mas os directores têm-se queixado de que as medidas propostas acabam por “esbarrar sempre na enorme quantidade de manuais, livros e cadernos que os alunos são obrigados a usar diariamente”.

O ministério vai, por isso, também pedir aos professores para “planificar as aulas”, de modo a prever “se os manuais serão utilizados para evitar que os alunos os transportem para a escola quando não fazem falta”. “É chegada a hora de desafiar todos a fazerem o que está ao alcance de cada um para que, em conjunto, seja possível que os alunos transportem mochilas cada vez mais leves”, afirma o ME a propósito da nova campanha.

O que acaba por estar em causa é um problema de saúde. Numa recente publicação, que também ficará disponível na plataforma dos manuais escolares, a Direcção-Geral da Saúde alerta que transportar tanto peso às costas “pode provocar lesões degenerativas da coluna que alteram o crescimento do corpo”. É só um dos perigos.

Nos agrupamentos em que já foram feitas avaliações práticas, chegou-se à conclusão de que mais de metade dos alunos transportam mochilas cujo peso é superior a 10% do peso total do corpo. Ora, a Organização Mundial de Saúde já fez saber que, entre os seis e os 18 anos, as mochilas só não acarretam perigos para a saúde quando aquele valor é inferior a 10%. Como não só são os manuais que pesam, embora sejam os principais responsáveis, o ministério irá ainda aconselhar os pais e alunos a que comprem materiais leves e optem por um caderno único ou por um só *dossier* com separações. Este último apelo também é feito aos professores.

A requisição de *vouchers* para a atribuição de manuais gratuitos está a ser feita desde o passado dia 9 de Julho. Estes vales vão sendo disponibilizados à medida que os dados dos alunos são exportados para a Mega pelas escolas. Este é um trabalho que ainda não está concluído.

cviana@publico.pt

MP investiga negócio de “barrigas de aluguer” em Portugal

Justiça
Alexandra Campos

Em causa estão empresas que funcionam em Portugal como intermediárias para o recurso a “barrigas de aluguer” no estrangeiro

O Ministério Público (MP) está a investigar, desde há mais de um ano, empresas estrangeiras que oferecem serviços de gestação de substituição pagos (“barrigas de aluguer”) em Portugal, onde esta prática é proibida.

“O inquérito, do qual já foi dada nota pública, é dirigido pelo Ministério Público do DIAP [Departamen-

to de Investigação e Acção Penal] de Lisboa, encontra-se em investigação e está sujeito a segredo de justiça”, esclareceu ontem a Procuradoria-Geral da República (PGR), depois de o *Correio da Manhã* ter adiantado que há empresas estrangeiras que chegam a pedir mais de 100 mil euros por um serviço deste tipo a casais portugueses e revelar, de novo, que o MP está a investigar esta prática.

A PGR já tinha adiantado, em Junho de 2018, que estava a investigar empresas que oferecem em Portugal este tipo de serviços e que funcionam como intermediárias para o recurso a “barrigas de aluguer” no estrangeiro, onde o procedimento é permitido.

Segundo adiantou então o *Jornal*

de Notícias, seriam duas as empresas em investigação e uma destas, a Tammuz, era justamente a que foi contactada agora pelos jornalistas do *CM*, que se fizeram passar por um casal infértil para obter informações. Outra seria a Go4Baby, com sede em Espanha, cujo responsável realizou uma palestra em Lisboa, na intenção de anunciar que podia ajudar casais portugueses a encontrarem “barrigas de aluguer” fora do país.

A Tammuz é uma agência internacional israelita, com presença em vários países. A PGR não confirma que estas sejam as empresas em investigação, alegando que o inquérito está em segredo de justiça.

acampos@publico.pt

PUBLICIDADE

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

Anúncio venda de imóvel propriedade da Universidade de Lisboa



Imóvel sito na Rua da Junqueira, n.ºs 12 a 18 e Escadinhas de Santo Amaro n.º 3, em Lisboa, freguesia de Alcântara, Concelho de Lisboa, composto por um edifício de 3 pisos, com área de terreno de 2950 m².

As candidaturas e propostas devem dar entrada até às 10h do dia 26 de setembro de 2019.

Todas as peças respeitantes ao procedimento estão disponíveis em www.ulisboa.pt



Peso a mais nas mochilas é um perigo para a saúde

Centro metalúrgico romano descoberto em Safara

Vestígios da Idade do Ferro poderão vir a identificar um grande centro de poder que se exercia sobre os pequenos povoados da planície hoje ocupada pelo regadio do Alqueva

Moura
Carlos Dias

As pequenas colinas que se salientam na extensa planície alentejana continuam a ser uma caixa de surpresas quando os arqueólogos as investigam à procura de vestígios que têm vindo a reescrever a história da região, como aconteceu no processo de instalação do projecto de regadio do Alqueva. A descoberta mais recente acaba de ser revelada pelos arqueólogos Mariana Nabais e Rui Monge Soares, que se “aventuraram” na identificação do sítio arqueológico localizado no Castelo Velho de Safara, freguesia do concelho de Moura, na margem esquerda do rio Ardila, afluente do Guadiana. Ao segundo ano de escavações, iniciadas em 2018, encontraram vestígios importantes de produção metalúrgica datados do século I a.C., do período romano republicano.

Em declarações prestadas ao PÚBLICO, Mariana Nabais descreveu a dimensão do acervo arqueológico: “Temos evidências de toda a cadeia de produção de metais: várias escórias de fundo de fornalha, pingos de fundição, tubeiras em cerâmica, alguns cadinhos de fundição e vários objectos em metal”. Contudo, ainda não é possível confirmar se a unidade metalúrgica que foi instalada durante o século I a.C. “trataria da produção de ferro ou bronze”.

Os trabalhos que estão a decorrer permitiram identificar imensos pregos da época romana e também vestígios de bronze, cobre e chumbo. “Pontualmente, temos descoberto vestígios do período calcolítico (cobre)”, salienta a arqueóloga, frisando que “só a análise química das escórias irá determinar se são de cobre ou de ferro”.

A presença de escórias indicia a realização de operações de produção de metais, que exigem temperaturas na ordem dos mil graus ou superiores. Os minérios fundidos seriam, muito provavelmente, provenientes das áreas mineiras envolventes do Castelo Velho de Safara, como as jazidas da serra da Preguiça, e talvez também da zona mineira de Barran-



As escavações tiveram início em 2018 e encontraram vestígios do período romano republicano

cos, onde existiram minas de cobre e de ferro, entre outros metais.

“Estamos a descobrir um povoado que pertence à memória de todos e

Os materiais recolhidos confirmam a presença romana, mas destacam também uma forte presença de populações da II Idade do Ferro (séculos IV a II a.C.), havendo igualmente vestígios do 3.º milénio a.C.

que é um património altamente relevante, sobretudo para a população do concelho de Moura”, acrescenta Mariana Nabais. Até ao momento, foram identificadas várias estruturas datadas da época romana republicana (século I a.C.) e também vários troços de muralha à qual estão “adosados diversos pequenos compartimentos provavelmente destinados ao armazenamento de recursos alimentares”, prossegue a arqueóloga.

Paralela à muralha, encontrou-se uma via de circulação junto da qual se terá desenvolvido a zona residencial do povoado. Os materiais recolhidos confirmam a presença romana, mas destacam também uma forte presença de populações da II Idade do Ferro (séculos IV a II a.C.), havendo igualmente vestígios cerâmicos datados do 3.º milénio a.C., de cronologia calcolítica, observa a investigadora.

O PÚBLICO questionou-a sobre a possibilidade de se estar perante um grande centro de poder que era exercido sobre pequenos povoados dis-

persos pela planície, como acontece noutros pontos do Alentejo. Um dos exemplos mais conhecido encontra-se no povoado do outeiro do Circo, que está situado numa elevação de terreno a cerca de uma dezena de quilómetros de Beja e que teria capacidade para suportar e proteger largas centenas de habitantes, que se dedicavam à exploração de um território circundante bastante rico.

“Guardião da planície”

Mariana Nabais diz que “ainda é muito cedo” para concluir se o Castelo Velho de Safara é um desses “guardiões da planície” que surgiram durante a Idade do Bronze e prevaleceram até à Idade do Ferro. “Possivelmente só dentro de dois ou três anos é que ficaremos a saber se estamos perante testemunhos dessa época”, observa a arqueóloga, frisando, no entanto, que a identificação do sítio com a Idade do Ferro “é o registo para onde estamos mais inclinados”.

Em reforço desta hipótese está o

trabalho realizado pelos dois arqueólogos noutros sítios do concelho de Moura, onde identificaram uma série de ocupações daquele período. As escavações que estão a decorrer no sítio arqueológico de Safara só permitiram, até ao momento, identificar vestígios da época romana. No entanto, já foram identificadas muralhas de “grande dimensão e muito densas, acompanhadas de três linhas de fossos reveladoras de preocupações com a defesa dos povoados que poderão ser da Idade do Ferro, mas ainda não há confirmação”, refere Mariana Nabais.

Em reforço desta possibilidade está o facto de, em 1989, o arqueólogo António Monge Soares (pai de Rui Monge Soares) se ter deparado com um abatimento no chamado “assenso do rei”, a escarpa mais alta do Castelo Velho de Safara, que revelou uma ocupação da Idade do Ferro. Fizeram-se recolhas de superfície e foram identificados vestígios do período romano republicano, mas “nunca houve uma intervenção sistemática porque o sítio é de grande dimensão” e tem sido sujeito à devassa constante dos detectoristas, indivíduos munidos de detectores de metais que esburacam os locais onde suspeitam que haja vestígios arqueológicos.

Os trabalhos arqueológicos têm o apoio de várias entidades, como o University College de Lonfres, o University College de Dublin, a Câmara de Moura, a União de Juntas de Freguesia de Safara e Santo Aleixo da Restauração, ADC Moura e a Empark. Durante a escavação têm vindo a decorrer actividades pedagógicas envolvendo grupos da comunidade local, com os alunos da Escola Primária de Safara e o ATL da Casa do Povo de Safara.

No final da campanha de escavações, entre 30 de Agosto e 1 de Setembro, será inaugurada na Casa da Moagem de Safara uma exposição sobre os trabalhos desenvolvidos no sítio arqueológico. Sábado realiza-se o Dia Aberto, em que todos os interessados estão convidados a participar numa visita guiada ao Castelo Velho de Safara e à escavação e a apreciar os artefactos descobertos no local.

Encontrado no Alentejo quinto anfiteatro romano conhecido na província da Lusitânia

Arqueologia

A cidade romana de Ammaia, monumento nacional, é o mais importante vestígio da sua época no Norte alentejano

O quinto anfiteatro romano conhecido na província da Lusitânia foi identificado por arqueólogos na cidade romana de Ammaia, no concelho de Marvão, no Alto Alentejo, foi anunciado ontem.

Num comunicado enviado à agência Lusa, a Câmara de Marvão, distrito de Portalegre, refere que, durante a actual campanha de escavações arqueológicas, “foi possível

confirmar a existência de um novo edifício público” na cidade, um anfiteatro.

A confirmação “é de particular relevância, porque se trata do quinto anfiteatro romano conhecido em toda a província da Lusitânia”, depois dos descobertos em Mérida (Espanha), Conímbriga (Coimbra), Bobadela (Oliveira do Hospital) e Caparra (Cáceres, Espanha), frisa o município.

Segundo a autarquia, o edifício do anfiteatro da cidade romana de Ammaia, do qual já “se pôde identificar uma das portas e parte da estrutura de assentamento das ban-

A cidade romana de Ammaia situa-se em pleno Parque Natural da Serra de S. Mamede



casas”, tem “uma estrutura com cerca de 60 metros de comprimento no seu eixo maior”.

A confirmação foi feita durante a campanha de escavações arqueológicas que decorre desde Junho e até final deste mês na cidade romana, no âmbito do projecto internacional Lusitânia: Investigação e Projecto Arqueológico na Cidade Romana de Ammaia.

O projecto, que se realiza pelo segundo ano consecutivo, resulta de uma colaboração entre a Fundação Cidade de Ammaia, a Universidade de Lisboa e a Fundación de Estudios Romanos e o Museo Nacional de Arte Romano, situados em Mérida, e tem o apoio da Câmara de Marvão.

Este ano, o objectivo do projecto era a exploração e a ampliação dos trabalhos nos espaços públicos da cidade romana de Ammaia. Por um lado, “deu-se continuidade aos trabalhos no fórum, alargando-se o conhecimento desta estrutura e das suas diferentes fases”. “Por outro lado, na área onde se presumia ser a localização de edifícios lúdicos da cidade, foram previamente realizadas prospecções geofísicas, com a colaboração do Instituto de Arqueologia de Mérida”, explica o município.

A cidade romana de Ammaia, classificada como monumento nacional em 1949, é o mais importante vestígio da sua época existente no Norte alentejano e situa-se em pleno Parque Natural da Serra de S. Mamede.

A zona central da cidade é constituída pela Quinta do Deão e pela Tapada da Aramenha e tem uma área de cerca de 25 hectares.

As ruínas de Ammaia estiveram abandonadas até finais de 1994, quando começaram as primeiras escavações arqueológicas sistemáticas. Três anos depois, a Fundação Cidade de Ammaia assumiu os trabalhos de estudo, escavação e de preservação do que resta da antiga cidade romana.

No espaço estão instalados um museu e um laboratório de conservação e restauro, que foi criado para conservar e salvaguardar os bens arqueológicos da cidade.

O laboratório funciona também como local de trabalho para investigadores que estão a estudar os materiais arqueológicos da cidade romana de Ammaia.



Os edifícios da Segurança Social estão em zonas nobres da cidade

Câmara decide hoje sobre compra de 11 imóveis da Segurança Social

Lisboa
Carolina Alves

A compra dos edifícios desocupados pela Segurança Social está orçada em 57 milhões de euros

A aquisição, por parte da Câmara Municipal de Lisboa (CML), de 11 imóveis do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) por 57 milhões de euros é hoje votada pelo executivo camarário. A compra estava prevista no memorando de entendimento, assinado em Julho de 2018 pela câmara e o MTSSS. O objectivo é criar 250 apartamentos e uma residência para estudantes.

Estes 11 imóveis pertenciam à Segurança Social e deixaram de ser utilizados quando esta transferiu todos os seus serviços para um outro edifício. Localizam-se em zonas nobres da cidade: seis na freguesia de Alfragide, dois no Areeiro, um nas Avenidas Novas, um na freguesia de Santo António e outro em Arroios.

O memorando indica que o MTSSS se encontrava disponível para arrendar os imóveis ao município, a preços de mercado, na condição de ser este realizar os projectos e as obras necessárias de reabilitação e adaptação ao uso habitacional, bem como a afectação destes edifícios ao Programa de Renda Acessível. A sua compra, no entanto, estava também prevista no documento.

Segundo a proposta a ser votada pela câmara, pretende-se “criar um novo programa de arrendamento acessível, com o objectivo de promover uma oferta alargada de habitação para arrendamento a custos acessíveis”. O objectivo é dar “resposta às necessidades das famílias de rendimentos intermédios que têm muita dificuldade em aceder ao mercado habitacional sem que isso comporte uma sobrecarga excessiva para o seu orçamento familiar”.

A medida vem no seguimento do objectivo do município de Lisboa de disponibilizar, até ao final do mandato, seis mil novas casas.

Na proposta apresentada, a CML afirma também que “para a prossecução deste programa de uma forma sustentável e dentro dos calendários pré-definidos não basta que o município mobilize bens imóveis do seu domínio privado, sendo necessária também a mobilização de outros recursos públicos, suportada na cooperação interadministrativa”.

A CML assinou, na semana passada, um acordo com o Governo para adesão ao programa 1.º Direito, com vista ao combate à habitação precária, do qual receberá 81 milhões de euros ao longo dos próximos cinco anos.

Este valor, cujo primeiro destino é custear obras já em curso ou ainda a começar nos bairros Padre Cruz, Boavista, Cruz Vermelha e outros, vai também entrar na compra e reabilitação dos imóveis do MTSSS. **Texto editado por Ana Fernandes**

carolina.alves@publico.pt

ECONOMIA

“PS quer gastar no Estado, nós queremos reduzir impostos”

Joaquim Miranda Sarmiento Porta-voz do PSD para a área das finanças públicas explica como o Partido Social Democrata aposta numa redução do IRC. O que, ao gerar mais crescimento, permitirá também um alívio no IRS, acredita

Entrevista Sérgio Aníbal

É um dos autores do programa do PSD para a área económica e as finanças públicas. Joaquim Miranda Sarmiento, professor universitário, defende que uma das principais diferenças entre o PS e o PSD está na forma como ambos os partidos pretendem usar o “dividendo” do crescimento económico. Para o PSD, privilegiar o controlo da despesa corrente primária, por forma a criar margem para a redução da carga fiscal, é a receita escolhida para os próximos quatro anos.

O PSD propõe mais investimento, menos carga fiscal e, mesmo assim, um excedente orçamental e uma descida mais rápida da dívida pública. Não é bom demais para ser verdade?

O nosso plano é credível porque temos um conjunto de medidas fiscais e não fiscais que vão ter impacto no aumento do investimento e nas exportações. E, nesse sentido, prevemos ter um pouco mais de crescimento do que aquilo que é a previsão actual do Governo. Havendo crescimento económico, há um dividendo orçamental, um crescimento da receita em termos nominais, e a questão aqui é saber o que é que queremos fazer com esse aumento da receita nominal. O Partido Socialista querará aumentar os gastos com o Estado, nós entendemos que o principal objectivo deve ser a redução da carga fiscal. E, portanto, quando se olha para o nosso programa o que se vê é menos despesa corrente primária, menos outras despesas de capital – que estão muito inflacionadas nos últimos anos pelas injeções na banca – e menos despesa com juros, sendo que aqui usámos a previsão de taxa de juro média do Conselho de Finanças

Públicas (CFP). Estas três reduções na despesa em percentagem do PIB permitem depois ter uma margem que nós entendemos dever ser sobretudo acomodada à redução da carga fiscal e ao aumento do investimento público.

Onde são feitos os cortes da despesa?

Não são cortes de despesa, são cortes do peso da despesa no PIB. **Mas mesmo isso não é fácil de se fazer e pode implicar dificuldades para a qualidade dos serviços...**

O que propomos no nosso quadro macroeconómico é que a despesa corrente primária, ou seja a despesa sem o investimento e sem os juros, cresça 2% ao ano, o que é ligeiramente acima da inflação, que rondará 1,5%, mas abaixo do crescimento do PIB nominal.

Como é que garantem isso?

Vamos apresentar [esta semana] um conjunto de medidas de controlo da despesa corrente primária. Por um lado, ao nível da reforma da gestão financeira do Estado, com aquilo que estava previsto em 2015 com a nova Lei de Enquadramento Orçamental e que não foi feito nestes últimos quatro anos, e com isso ter mais informação para que os gestores públicos possam decidir melhor. Por outro lado, através de medidas sectoriais ao nível da gestão pública que nos permitam otimizar a despesa e reduzir desperdício ao nível da saúde, da educação e da acção social.

Nos últimos quatro anos, o actual Governo também baixou o peso da despesa corrente primária no PIB e baixou o défice...

Relativamente ao défice, acho que é importante termos presente que foi realizada uma redução de cerca de três pontos percentuais, mas quando olhamos a redução da despesa com juros e para os dividendos do Banco de Portugal, que são dois efeitos da política

monetária do BCE que teriam acontecido estivesse quem estivesse no Governo, temos dois pontos percentuais do PIB de efeito orçamental. Portanto, dois terços da consolidação orçamental resultam da política monetária do BCE e não da actuação do Governo.

E a redução do peso da despesa?

A despesa foi canalizada para a reposição de salários e para as prestações sociais e isso obrigou a um aumento significativo das cativações e a uma redução significativa do investimento público. Isso depois traduz-se na qualidade dos serviços públicos que está neste momento a ser prestada. Temos um modelo que deu preferência redistributiva aos agentes que dependem do Estado, sejam os funcionários ou os receptores de prestações sociais, em vez de um modelo de desenvolvimento dos serviços públicos. É uma consolidação orçamental muito instável, porque temos a noção clara de que uma desaceleração ou uma entrada em recessão da economia portuguesa, o défice voltaria a subir provavelmente para valores acima dos 3%.

Tem sido evidente a insatisfação na opinião pública em relação à qualidade dos serviços públicos, nomeadamente na saúde. O próprio PSD tem feito disso uma bandeira. Isso é compatível com um discurso de “vamos poupar”?

O que nós dizemos é que vamos controlar o crescimento da despesa corrente primária. Existe uma margem de melhoria da despesa pública que permite melhorar os serviços públicos com a despesa apenas a crescer 2% ao ano. Não é preciso que ela cresça 4% ao ano como está no Programa de Estabilidade. E aqui há uma escolha política óbvia: privilegiar alguma melhoria dos serviços públicos porque vamos introduzir maior eficiência, mas sobretudo



A extrema-esquerda, e uma parte substancial do PS, colocou as PPP fora da saúde. O que nós dizemos é que, para a gestão pública, estamos receptivos a qualquer tipo de decisão

privilegiar o controlo da despesa corrente primária por forma a criar margem para a redução da carga fiscal. Obviamente que isto é difícil, mas o facto de termos um programa de reforma das finanças públicas e um conjunto de medidas, algumas previstas em 2015 mas não executadas nos últimos quatro anos, vai-nos permitir ter ganhos de eficiência. **Mas que tipo de medidas em concreto? Por exemplo, no sector da saúde?**

Ao nível do Ministério das Finanças, temos medidas que permitem melhorar a gestão financeira do Estado: terminar a implementação da contabilidade patrimonial, implementar uma contabilidade analítica para termos centros de custos em cada serviço público e isso vai permitir identificar ineficiências e gastos desnecessários, avançar com uma



Leia a entrevista na íntegra em
www.publico.pt



Nós não defendemos uma taxa de IRC de 10%. O país que tem a taxa mais baixa na Europa é a Bulgária com 10% e isso não torna a Bulgária necessariamente num país muito atractivo

Tanto o PS como o PSD prevêem mais crescimento nos próximos anos. A diferença é que o PS quer gastar no Estado, nos serviços públicos, nós queremos sobretudo reduzir impostos. Depois, a nossa abordagem é mais flexível. O Governo prevê aumentar a despesa corrente primária que é muito rígida – se não houver crescimento, essa despesa torna-se insustentável. O que nós dizemos com total flexibilidade é: vamos tomar medidas, se tiverem impacto no crescimento económico, vamos usar grande parte desse dividendo para reduzir impostos. Mas, se daqui a um ano, dois, três, a conjuntura externa piorar significativamente e a economia não crescer tanto como prevemos, aquilo que fazemos é ter menos margem para descer impostos e aumentar o investimento público. **Porque é que tem tanta confiança no efeito positivo no crescimento da redução dos impostos sobre as empresas? As empresas não têm identificado o nível dos impostos como o principal obstáculo à sua actividade...** Discordo. Quando olhamos para os inquéritos que são feitos, aquilo que os investidores identificam como pontos negativos de Portugal do ponto de vista de atracção do investimento é, sem dúvida, a morosidade da justiça, os custos de contexto burocráticos, a falta em alguns sectores de mão-de-obra especializada e o sistema fiscal. Dentro do sistema fiscal, tradicionalmente os investidores apontavam como factores

negativos a mudança constante das regras, a morosidade dos processos com a Autoridade Fiscal e os tribunais e os custos de cumprimento das obrigações declarativas. Mas nos últimos anos, desde há dez anos, as taxas passaram a também a estar no radar dos aspectos negativos. Nós não defendemos uma taxa de IRC de 10%. O país que tem a taxa mais baixa na Europa é a Bulgária com 10% e isso não torna a Bulgária necessariamente num país muito atractivo. Mas, da mesma maneira como não defendemos que Portugal seja um dos países com a taxa de IRC mais baixa, o que não podemos ter é Portugal como o segundo país da Europa com a taxa de IRC mais alta. E, neste momento, a taxa marginal de IRC (que inclui a derrama estadual) de 31,5% é a segunda mais alta da UE. Por isso defendemos que a taxa de IRC deve estar algures no meio da distribuição dos países da UE, o que significa uma taxa de IRC em torno de 25%. Com a nossa descida, passará para 27,5%, aproximando-se deste objectivo. E, depois, ter um conjunto de medidas em sede de IRC que beneficiem especificamente as empresas que invistam, que retenham os seus lucros e criem emprego.

Quem é que vai beneficiar com o vosso corte no IRS?

Será sobretudo a classe média, mas, como o imposto é progressivo, ao reduzirmos as taxas entre o segundo e o quinto escalão, obviamente isso também terá efeito no sexto e no sétimo. Todas as pessoas que neste momento pagam IRS serão beneficiadas.

Ainda não definiram a dimensão do alívio fiscal que estão a planejar?

Para as medidas em sede de IRS, temos para o total da legislatura, uma redução prevista de 1,2 mil milhões de euros, o que neste momento é 7% da receita de IRS. A forma como serão distribuídos e a forma como será calibrado é algo que só poderemos fazer quando chegarmos ao governo e tivermos acesso aos microdados da Autoridade Tributária.

sergio.anibal@publico.pt

DANIEL ROCHA

despesas com pessoal do que aquilo que o CFP tem. Nas prestações sociais, também seguimos os pressupostos do CFP. Se o cenário do CFP é exequível, como é que o cenário do PSD não é?

Até onde podem ir nos aumentos salariais e no número de efectivos?

O cenário do CFP assume aumentos ao nível da inflação. Nós também. E tendo mais 1,5 mil milhões de euros em 2023, temos margem para acomodar progressões e, em algumas áreas específicas, um pouco mais de recrutamento, sendo que o problema no Estado é o desequilíbrio na afectação dos recursos humanos. Há sectores com muita gente e há sectores com falta de gente.

Usam o crescimento mais forte para baixar impostos. Mas ao mesmo tempo, são as descidas de impostos que fazem com que acreditem que haverá mais crescimento. Não é um pouco a história do ovo e da galinha?

O que dizemos é que vamos baixar o IRC logo em 2020 em dois pontos percentuais (com efeito orçamental em 2021) e depois baixamos mais dois pontos em 2021 (com efeito em 2022). E, junto com outras medidas em sede de IRC, estimamos que tenha um efeito positivo no crescimento económico, sobretudo a partir de 2021 e 2022. E isso permitir-nos-á fazer uma redução do IRS ao longo da legislatura.

Portanto, primeiro baixam os impostos sobre as empresas e depois vêem se o efeito sobre a economia está mesmo a acontecer, antes de baixarem os impostos sobre os particulares...

Primeiro, o que fazemos é baixar o IVA sobre a electricidade, logo a partir de 1 de Janeiro de 2020. E para esse efeito, que estimamos de 500 milhões de euros, há margem orçamental e isso irá permitir uma poupança significativa nas famílias de menores rendimento. Depois mexidas de IRC durante o ano de 2020 e 2021. E, aquilo que dizemos aos portugueses é que, se de facto o crescimento aumentar, o dividendo orçamental será sobretudo canalizado para a redução do IRS a partir de 2021.

orçamentação por programas, dar uma maior flexibilidade e responsabilidade aos gestores sectoriais. Depois, não temos uma visão com qualquer tipo de preconceito ideológico na gestão pública. E a saúde é um bom exemplo. Existem vários estudos que mostram que os hospitais mais eficientes, quer do ponto de vista de custos, quer do ponto de vista da qualidade da prestação dos serviços médicos, são os hospitais PPP [parcerias público-privadas]. Mas a extrema-esquerda e uma parte substancial do PS colocou as PPP fora da saúde. O que nós dizemos é que, para a gestão pública, estamos receptivos a qualquer tipo de decisão. Obviamente não defendemos só hospitais privados, porque isso criaria problemas de captura de interesse e problemas regulatórios, mas também entendemos que não

devemos ter apenas gestão pública. Para cada situação, e para cada caso, temos a abertura ideológica para o que for a melhor solução para os contribuintes e para os utentes, seja ela pública, privada ou social.

Prevêem uma descida do peso da despesa com salários no PIB. Estão a levar em conta o efeito do descongelamento das carreiras?

Sim. No caso das despesas com pessoal, em percentagem do PIB, o valor que está no nosso quadro é exactamente o mesmo que o CFP tem. O CFP [Conselho de Finanças Públicas], no seu cenário de políticas invariantes – a despesa com pessoal a atingir em 2023 os 10% do PIB – é exactamente o mesmo valor que nós temos. Só que, como no nosso cenário o PIB cresce mais, temos nominalmente mais 1,5 mil milhões de euros para

ECONOMIA



DANIEL ROCHA

A Cresap tem a responsabilidade de avaliar o recrutamento de dirigentes da Administração Pública

Falta de recursos humanos deixa Cresap numa “posição de fragilidade”

Administração Pública
Raquel Martins

A presidente da comissão alertou, no Parlamento, que o problema mais relevante é falta de um jurista

A presidente da Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública (Cresap), Maria Júlia Ladeira, alertou ontem que a falta de recursos humanos é um “problema grave” com que este organismo se confronta. O problema não é de agora, mas tem vindo a agravar-se, o que deixa a comissão numa “posição de fragilidade”, afirmou a responsável durante uma audição na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças para analisar o relatório de actividades de 2018.

“Um problema grave tem a ver com a falta de recursos de suporte e com a forma como estão providos”, afirmou, reconhecendo que “é uma limitação a Cresap não ter neste momento um técnico jurista”.

“Estamos dependentes do apoio da secretaria-geral do Ministério das Finanças, o que nos deixa numa

posição de fragilidade e dependente de terceiros”, acrescentou, reforçando que “a falta de um jurista é muito relevante”.

A origem do problema está no diploma que cria a Cresap e que não prevê a existência de um quadro de pessoal ou de uma estrutura de suporte própria. Conclusão: a comissão – que é responsável pela selecção dos dirigentes de topo da Administração Pública e que tem de dar parecer (não vinculativo) sobre os gestores públicos – tem três trabalhadores do INA “numa situação semelhante ao destacamento” e duas pessoas da secretaria-geral das Finanças.

Cristóvão Crespo, deputado do PSD, lamentou a situação identificada no relatório e contas e acusou o Governo de “limitar” a independência da comissão, ao prever um orçamento deficitário e ao limitar os recursos humanos.

Nuno Sá, do PS, entendeu as declarações do deputado social-democrata como uma acusação de interferência política na Cresap e quis que Maria Júlia Ladeira esclarecesse a questão. “Houve interferência político-partidária na designação de cargos que não são de confiança política?”, questionou o socialista. “Nunca

tivemos nenhuma influência ou interferência de qualquer membro do Governo nos concursos da Cresap”, clarificou a presidente da comissão.

Mas o deputado independente Paulo Trigo Pereira também deixou a questão no ar. “A Cresap tem vindo a alargar o seu âmbito de actuação e os recursos humanos são uma coisa inacreditável. Essas pessoas estão em regime de requisição ou vão fazer um biscate à Cresap? É assim que se quer criar uma entidade independente?”, perguntou.

Maria Júlia Ladeira alertou ainda para a necessidade de fazer alguns ajustamentos ao processo de selecção dos dirigentes, em particular a clarificação das consequências quando os membros do Governo não nomeiam os dirigentes no prazo de 45 dias após o envio da lista com o nome dos três finalistas do concurso.

Embora o prazo esteja inscrito na lei, não é competência da Cresap apurar se ele é respeitado, não se conhece quem o verifica e também não estão previstas consequências para os membros do Governo que não o cumpram.

raquel.martins@publico.pt

Comissão da CGD fechou relatório entre o “medo das palavras” e uma “situação infantil”

Banca

A comissão chumbou a proposta do PSD para incluir no relatório final a ideia de indícios de práticas de gestão danosa

A proposta do PSD, que pretendia incluir no relatório final a ideia de que nos trabalhos foi apurado que não só a CGD não foi gerida de forma sã e prudente, como pode “indiciar práticas de gestão danosa”, contou com oito votos a favor de PSD e CDS-PP, oito contra de PS e PCP e uma abstenção do BE. Com os votos empatados (a votação é uninominal, por deputado) a votação foi repetida e, mantendo-se o empate, foi chumbada.

Segundo o deputado do PSD Duarte Pacheco, que apresentou a proposta, os deputados não podem ter “medo das palavras” e, apesar de caber aos tribunais comprovar factos, a comissão não pode demitir-se de dizer que houve demonstração de indícios de gestão danosa, considerando mesmo “lamentável” essa ideia ficar fora do relatório final.

Pelo PS, Rocha Andrade disse não ter medo das palavras, mas adiantou que os deputados não exercem “acção penal ou julgam pessoas pela prática de crime”, já que isso cabe a órgãos próprios. “Por termos sentido da nossa responsabilidade e não por ter medo mas respeito pelas palavras é que não podemos apoiar esta proposta”, afirmou o ex-secre-

tário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Já Cecília Meireles, do CDS-PP, disse que aprovava a proposta, mas com a ressalva de que isso não significa que haja uma suspeita sobre todos os que foram ouvidos. “Não somos procuradores nem juizes, prestamos um mau serviço à Justiça se tentarmos fazer julgamentos criminais nesta comissão”, venceu.

Pelo PCP, Paulo Sá afirmou que a quem cabe fazer esse trabalho é ao Ministério Público e a “comissão não se deve substituir” à Justiça, considerando “cuidadosa e responsável” a conclusão que já faz parte do relatório preliminar de que “os trabalhos da comissão permitiram o aprofundamento de diversas matérias que poderão ter relevância criminal”.

Já Mariana Mortágua, pelo BE, considerou que, com esta proposta, o PSD colocou a comissão “numa situação desconfortável e até infantil”, em que “quem disser a palavra mais forte ganha”.

Os deputados da II Comissão de Inquérito à Recapitalização e Gestão da CGD discutiram e votaram as propostas de alteração dos grupos parlamentares ao relatório final preliminar, que foi apresentado na segunda-feira pelo deputado-relator João Almeida (CDS-PP).

No início desta reunião houve a aprovação do texto-base do relatório final, que junta ao relatório preliminar as propostas de alteração consensualizadas (que contaram com o apoio de todos os deputados e partidos). **Lusa**

ANTÓNIO COTRIM/LUSA



O relatório final deverá ser aprovado na próxima sexta-feira

Venda de carros na Europa está em queda livre

Automóvel
Victor Ferreira

Mercado europeu baixou 7,8% em Junho. Em termos absolutos, a Alemanha é o único grande que sobe vendas no semestre

A Alemanha bem pode respirar de alívio: a indústria não anda bem, mas o importante sector automóvel é o único dos grandes mercados nacionais de carros na União Europeia (UE) em que as vendas cresceram no primeiro semestre de 2019 face ao período homólogo de 2018.

Em termos de vendas, Berlim regista um crescimento muito pequeno (+0,5%), de Janeiro a Junho. Mesmo assim, contraria o cenário nos restantes grandes mercados: em França, venderam-se menos 1,8% de viaturas; no Reino Unido a quebra foi de 3,4% e em Itália as compras de carros novos desceram 3,5%. O quinto maior mercado, a grande distância dos outros, é a Espanha, onde a quebra é de 5,7%.

Os números divulgados ontem confirmam que o sector é dos que melhor espelham o arrefecimento económico global. É o nono mês de quebra de vendas, nos últimos dez. A excepção foi Maio de 2019, que teve um aumento de 0,1% face ao mês precedente.

Os novos dados europeus mostram que, em Junho, as vendas entraram em queda livre. Nesse mês foram comprados 1.446.183 carros na UE, menos 7,8% face ao mesmo mês de 2018.

Em Portugal a variação também foi negativa (-3,5% para 25.305 unidades vendidas em Junho), porém muito longe da quebra na Suécia (-52%, para 31.830 carros) e da Rep. Checa (-15,5%, para 21.902 unidades). Desta onda de más notícias, salva-se a venda no segmento de carros eléctricos e híbridos – mas a quota de mercado ainda é tão pequena que não chega para dar alegrias aos industriais.

Nas vendas por construtor, voltam a ser os alemães a dominar, com a Volkswagen (VW) à frente. Porém, o grupo de Wolfsburg regista uma perda maior (de 4,3%) do que a generalidade dos restantes concorrentes, com excepção dos italo-americanos



As vendas automóveis já sentem o arrefecimento económico

da Fiat-Chrysler (-9,5%) e da Ford (-7,6%). Ainda assim, ninguém se aproxima do volume de vendas da VW, cujas marcas venderam 355 mil carros em Junho e 1,98 milhões no primeiro semestre. O grupo PSA é o que fica mais perto, com 234 mil unidades vendidas em Junho e 1,36 milhões no semestre.

Só mesmo as marcas nipónicas (e a Volvo, controlada por chineses) conseguiram aumentar as vendas na UE. A excepção chama-se Nissan, cujas vendas caíram 24% na Europa, o que pode explicar-se pelo facto de os modelos Juke e Qashqai terem perdido terreno para concorrentes do mesmo segmento como o Peugeot 3008 e o Renault Captur.

Para accionistas, as boas notícias do mercado alemão não são suficientes. A Daimler AG, detentora da Mercedes, voltou a alertar para quebras nos lucros, devido a custos acrescidos com a revisão forçada de 670 mil veículos com problemas no sistema de *airbags* e suspeitas de manipulação de resultados nos testes de emissões de motores diesel.

É a quarta vez no período de um ano que a gestão da Daimler alerta os accionistas para potenciais quebras. Um cenário que os accionistas da BMW, outro gigante alemão, já tiveram de provar no primeiro trimestre de 2019, o primeiro em dez anos com prejuízos na divisão de carros da marca bávara.

A indústria automóvel empregava 13,8 milhões de europeus em 2018.

voferreira@publico.pt



Breves

Impostos

Isenção de IMI nos centros históricos favorece conservação

O presidente da Associação Nacional de Proprietários, António Frias Marques, congratulou-se ontem com o reconhecimento pelas Finanças da isenção de IMI para prédios dos centros históricos classificados pela UNESCO, considerando que é um incentivo à recuperação e à conservação de património.

O *Jornal de Notícias* adiantou na sua edição de ontem que os proprietários de prédios em centros históricos classificados pela UNESCO já têm a isenção de imposto municipal sobre imóveis (IMI) reconhecida pelas repartições de Finanças numa circular divulgada pelo Governo.

Transportes

Motoristas propõem serviços mínimos de 25% na greve

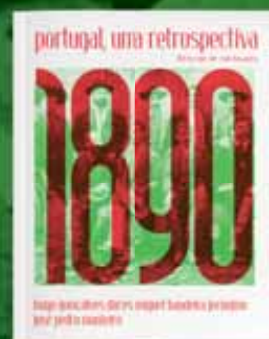
O pré-aviso dos sindicatos dos motoristas para a greve com início em 12 de Agosto propõe serviços mínimos de 25% em todo o território nacional, enquanto na greve de Abril eram de 40% apenas em Lisboa e Porto. A proposta de serviços mínimos a assegurar “tem por referência 25% dos trabalhadores” em cada empresa de abastecimento de combustíveis, por exemplo, a “portos, aeroportos e postos de abastecimento das empresas que têm por objecto a prestação de serviço público de transporte de passageiros, rodoviários, ferroviários e fluviais”, bem como a “estruturas residenciais para pessoas idosas, centros de acolhimento residencial para crianças e jovens”, entre outros.

Apoio

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Co-edição

TINTA DA CHINA



VOL. 7

O ANO EM QUE
ACORDAMOS
DO SONHO
COR-DE-ROSA.

+7,50€
SEXTA, 19 JUL
COM O PÚBLICO
P



COLEÇÃO "PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA"

Direcção de Rui Tavares

Em 1890, a ambição colonialista traçada no Mapa Cor-de-Rosa tropeça no Ultimato Inglês. E a humilhante retirada das tropas portuguesas torna-se uma das causas da crise política que faria cair a monarquia. Conheça a História de Portugal de frente para trás, que é como quem diz, contada do fim para o início. Não perca, todas as sextas com o Público, uma colecção que vai fazer História.

Colecção de 25 títulos. PVP unitário: 7,50 €. Preço total da colecção: 187,50 €. Periodicidade semanal às sextas-feiras, entre 7 de Junho e 22 de Novembro. Limitado ao stock existente. Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

2019
1998
1974
1961
1936
1910
1890
1851
1822
1759
1713
1694
1640
1603
1580
1535
1498
1460
1385
1290
1179
929
585
57
500 a.c.

Congresso censura Trump por “comentários racistas”

É a primeira vez, desde 1912, que uma câmara do Congresso condena um Presidente em exercício. Mas o Partido Republicano manteve-se unido, no debate de um dos temas mais sensíveis no país

EUA
Alexandre Martins

Os congressistas do Partido Democrata na Câmara dos Representantes dos EUA aprovaram uma moção de censura contra “os comentários racistas do Presidente Trump dirigidos a membros do Congresso”, a primeira condenação de um Presidente em exercício em 107 anos. Apenas quatro republicanos e um independente votaram com os democratas, e um deles foi William Hurd, o único congressista negro do Partido Republicano.

A moção aprovada na terça-feira não tem consequências para a forma como Trump exerce o cargo, mas é um sinal de como os dois grandes partidos norte-americanos estão cada vez mais afastados um do outro.

O voto foi uma resposta às declarações de Trump no Twitter, no domingo, quando disse que algumas mulheres congressistas da ala mais à esquerda do Partido Democrata deviam “voltar para de onde vieram”. Trump não disse nomes, mas sabe-se que falava de Alexandria Ocasio-Cortez, Ayanna Pressley, Rashida Tlaib e Ilhan Omar – e apenas uma delas, Omar, não nasceu nos EUA.

Apesar de o Partido Democrata ter aprovado a moção, ficou claro que Trump tem hoje o apoio da maioria do Partido Republicano, mesmo quando o debate é sobre questões tão sensíveis como o racismo. É uma grande diferença em relação à campanha para as eleições de 2016, quando várias figuras de topo do partido condenaram a postura do candidato e tentaram travar a sua nomeação.

Dois anos depois, o bom estado da economia e os sucessos do Presidente (redução de impostos, nomeação de juizes conservadores para o Supremo e taxa de aprovação a subir no eleitorado republicano) são pagos com a ausência de oposição contundente por parte de antigos rivais.

E Trump não perdeu a oportunidade para sublinhar essa nova realidade: “É fantástico ver um Partido Republicano tão unido na votação sobre as declarações que eu fiz sobre quatro congressistas do Partido Democrata”, disse no Twitter, apro-



O Presidente dos EUA queixou-se do “ódio” no Partido Democrata

“
É fantástico ver um Partido Republicano tão unido na votação das minhas declarações sobre as congressistas democratas

Donald Trump
Presidente dos EUA

veitando também para passar a mensagem aos eleitores de que a liderança dos democratas está nas mãos da ala progressista (os “socialistas”).

“Se quiserem ver declarações, olhem para as coisas horríveis que elas disseram sobre o nosso país, sobre Israel, e muito mais. Elas são agora as principais congressistas do Partido Democrata na Câmara dos Representantes, que se casou com este ódio e com esta amargura.”

Divisões entre democratas

Para além da união no Partido Republicano, o Partido Democrata atravessa um momento interno conturbado, com a luta entre os centristas e os progressistas a atrasar um consenso sobre que candidato é o mais indicado para vencer em 2020.

A ala centrista, representada pela líder da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, prefere um candidato mais moderado, como Joe Biden, para recuperar as perdas em estados como a Pensilvânia, o Michigan e o Wisconsin, onde muitos eleitores tradicionais do Partido Democrata votaram em Trump em 2016 – entre outras coisas, por se apresentar como um candidato antiglobalização e defensor dos trabalhadores, e por se opor ao discurso liberal e progressista das duas costas do país.

Na ala mais à esquerda, os candidatos preferidos são Bernie Sanders ou Elizabeth Warren, por defenderem políticas progressistas com apoio nas

sondagens, como o alargamento da protecção da saúde, o direito ao aborto ou o controlo na venda de armas.

Os centristas argumentam que o caminho para a vitória passa por reconquistar os estados do Midwest perdidos para Trump, e os progressistas dizem que os seus líderes estão desfasados da realidade do país, e que um candidato à esquerda pode galvanizar os eleitores mais jovens, que não votaram nas últimas eleições.

Apesar da união no Partido Democrata à volta das congressistas da ala progressista por causa dos *tweets* de Trump, as diferenças de fundo entre os dois campos vão manter-se. Pouco depois da votação de terça-feira, o congressista Al Green, do Partido Democrata, apresentou uma nova proposta para abrir um processo de destituição contra o Presidente – uma discussão que a sua liderança não quer alimentar, por receio de que Trump seja visto como uma vítima.

No final do debate, na terça-feira, os 235 congressistas do Partido Democrata votaram a favor da moção e 187 congressistas do Partido Republicano votaram contra. Apenas quatro republicanos e um recém-independente, Justin Amash, votaram ao lado dos democratas na condenação ao Presidente – entre eles esteve William Hurd, do Texas, o único negro na bancada do Partido Republicano.

Segundo um relatório de 2018 do Serviço de Investigação do Congresso norte-americano, Trump é apenas o 5.º Presidente na história dos EUA a ser censurado por uma das duas câmaras do Congresso (Câmara dos Representantes ou Senado), depois de Andrew Jackson (1834), James Buchanan (1860), Abraham Lincoln (1864) e William Howard Taft (1912).

Em quase 220 anos, houve apenas mais nove tentativas de condenação de um Presidente em exercício, todas sem sucesso. Três delas aconteceram nos últimos 20 anos, mais do que uma vez para cada Presidente, o que reforça a ideia de que a divisão na política dos EUA é cada vez maior: Bill Clinton (1998 e 1999), George W. Bush (2005, 2006 e 2007) e Barack Obama (2013, 2014 e 2016).

alexandre.martins@publico.pt

Salvini prepara expulsão de ciganos

Itália

Ministro do Interior ordena relatório sobre população sinti e roma. Quer que esteja pronto em duas semanas

O ministro do Interior de Itália, Matteo Salvini, ordenou um relatório sobre a população cigana no país com a intenção de “verificar a presença de campos ilegais para elaborar um plano de expulsão”, segundo uma nota do ministério.

Salvini anunciara, no ano passado, a ideia de fazer um recenseamento da população cigana para expulsar os que estivessem em situação irregular. “Os que são italianos, talvez tenhamos de ficar com eles”, disse na altura. O ministro ordenou agora que o relatório esteja pronto dentro de duas semanas.

O Conselho da Europa estima que haja entre 120 mil e 180 mil romas, sintis e viajantes em Itália, uma das menores percentagens na Europa. Os maiores grupos são os romas, tradicionalmente do Sul e Leste da Europa, e os sintis, tradicionalmente do Oeste e Centro europeus.

A organização de defesa de direitos dos ciganos Associazione 21 Luglio criticou aquela medida, por ser discriminatória, já que “não diz respeito, por exemplo, a campos formais ou informais habitados por pessoas que não sejam deste grupo étnico”.

Cerca de metade da população cigana do país tem cidadania italiana, empregos e casas, mas cerca de 25 mil estão a viver em alojamento de emergência ou campos, disse a associação, citada pela AFP, acusando ainda o Governo de “segregação na habitação” e de criar “guetos étnicos”.

Salvini está sob suspeita de financiamento russo ilegal ao seu partido, a Liga, de extrema-direita. Três assessores ter-se-ão reunido com três russos para negociar um contrato para pôr 65 milhões de euros num “saco azul” do partido.

Esta não foi a primeira vez que surgiram suspeitas de dinheiro russo financiar ilegalmente a Liga. Mas foi a primeira vez que foi mesmo lançada uma investigação judicial. Ontem, foram feitas algumas buscas.



A.K.K. e Von der Leyen cumprimentam-se, quando a nova ministra aceita a pasta da Defesa, em Berlim

Líder da CDU é a nova ministra da Defesa, após saída de Von der Leyen

Alemanha
Maria João Guimarães

Entrada de Annegret Kramp-Karrenbauer no Governo de Angela Merkel foi uma surpresa. A pasta é vista como um teste

De uma eterna sucessora para uma potencial sucessora: o Ministério da Defesa na Alemanha vai ser ocupado pela líder da União Demócrata Cristã (CDU), Annegret Kramp-Karrenbauer (A.K.K.), depois da saída de Ursula von der Leyen, eleita na terça-feira presidente da Comissão Europeia.

É uma nomeação inesperada, já que não se antevia que Kramp-Karrenbauer, que sucedeu a Merkel na liderança do partido, quisesse participar no Governo. Merkel, que sempre disse que a chefia do Governo e a do partido deveriam ser ocupados pela mesma pessoa, tem agora a líder do seu partido num ministério no seu executivo.

O Ministério da Defesa tem uma dupla qualidade: é uma rampa de lançamento para políticos ambiciosos (a imprensa alemã especulava que o escolhido poderia ser o minis-

tro da Saúde, Jens Spahn), porque lhes dá visibilidade, com visitas às tropas no estrangeiro, mas também pode ser uma pasta de desgaste, por ser um ministério com problemas estruturais, fruto de muitos anos de pouco financiamento.

No caso de Von der Leyen, foi na Defesa que se deu a fase descendente da sua popularidade: assumiu o ministério como potencial sucessora de Merkel em 2013; seis anos depois, era a segunda ministra menos popular de todo o Governo.

A própria A.K.K. (a imprensa alemã trata-a pelas iniciais do seu nome) tinha afirmado que preferia focar-se na liderança do partido sem assumir nenhum cargo governamental.

Este é, assim, um grande teste para Annegret Kramp-Karrenbauer, que venceu, no final do ano passado, uma campanha muito disputada com Friedrich Merz para a liderança da CDU. Este não tem estado totalmente ausente dos *media* e tem vindo a dar opiniões sobre desenvolvimentos políticos.

Kramp-Karrenbauer tem vindo a ter dificuldades em assumir-se na arena pública. Foi alvo de muitas críticas, como quando sugeriu que os *youtubers* deveriam ser sujeitos a restrições quando participam nos

debates eleitorais (depois de um conhecido *youtuber* ter apelado ao voto noutros partidos que não a CDU e o SPD, os partidos da “grande coligação”).

O resultado da CDU nas eleições europeias de Maio com a nova líder, com 22,6%, foi baixo. Mostrou que a mudança de liderança não foi suficiente para voltar a convencer muitos eleitores conservadores, contrariando a teoria de que a ida de Merkel para o centro – e a sua liderança – é que estava a prejudicar o partido. Nestas eleições, a chanceler não fez campanha. O resultado foi visto como responsabilidade de A.K.K..

Isto quando a coligação CDU-SPD será avaliada em breve (o SPD assinou o acordo de coligação com uma cláusula prevendo revisão a meio do mandato), com o episódio da proposta de Von der Leyen para líder da Comissão Europeia a ser novo motivo de divisão (a CDU apoiou, o SPD não). Tudo sob o espectro do afastamento anunciado de Merkel: apesar de, quando declarou que deixava a liderança do partido, a chanceler ter prometido cumprir o seu mandato até ao fim, muitos analistas antevêem que isso possa não acontecer.

mguimaraes@publico.pt



Breves

Narcotráfico

“El Chapo” condenado a prisão perpétua mais 30 anos

Joaquín Guzmán Loera, o narcotraficante mexicano que se celebrou como “El Chapo”, foi condenado em Nova Iorque a prisão perpétua e mais 30 anos. Terá ainda de pagar indemnizações no valor de 12,6 mil milhões de dólares (11,2 mil milhões de euros). O ex-chefe do cartel de Sinaloa foi descrito pela acusação como “o maior criminoso do século XXI”. Transportou droga em submarinos, evadiu-se duas vezes de prisões de alta segurança no México, matou e torturou, corrompeu polícias e políticos. Em Novembro de 2018, começou a ser julgado nos EUA e foi considerado culpado de todos os dez crimes de que foi acusado.

Sudão

Conselho militar e oposição assinam acordo político

O conselho militar do Sudão e uma aliança da oposição assinaram um acordo político, após meses de avanços e recuos na sequência dos protestos que culminaram com o afastamento, pelos militares, do ex-Presidente Omar al-Bashir em Abril, que esteve três décadas no poder. Prevê-se a partilha de poder num conselho soberano, no poder por período de transição de três anos. Nos primeiros 21 meses seria liderado pelos militares e nos restantes 18 por um civil – e um governo independente, tecnocrata, para gerir o país, além de uma investigação independente à violência. Conselho militar e oposição estão a trabalhar numa declaração constitucional que poderá ser assinada amanhã.

Mísseis: Turquia vira as costas aos Estados Unidos e abraça a Rússia



Análise
Jorge Almeida Fernandes

A decisão turca de comprar à Rússia o sistema antimíssil S-400 é um desafio aos Estados Unidos e à NATO. Os primeiros componentes começaram a chegar a uma base aérea turca na semana passada e os 120 mísseis deverão ser enviados no prazo de um ano. É uma viragem estratégica e diplomática de Ancara que faz prever um realinhamento de forças no Médio Oriente. Confirma a ideia de uma “frente comum” entre a Turquia, o Irão e a Rússia, e um claro distanciamento em relação aos Estados Unidos e à Europa. E significa uma crise na NATO.

Observa, na *Foreign Policy*, o analista Nick Danforth: “Para um país que outrora acreditou que o caminho para a fortaleza e para a prosperidade passava pela NATO e pela UE, isto representa uma drástica viragem.” A Turquia deixou de confiar nos Estados Unidos e já não os encara como “a potência indispensável” para realizar os seus interesses nacionais. É o “declínio e queda de uma aliança”.

A decisão foi tomada em 2018 e os Estados Unidos tentaram dissuadir Ancara, tendo lançado, inclusive, um ultimato em Junho passado. Mas Ancara reafirmou a recusa das condições impostas pelos EUA para lhe fornecer baterias de mísseis Patriot e os Awacs, aviões furtivos de reconhecimento. O presidente Erdogan quer ter o seu próprio sistema independente da NATO.

A Turquia expõe-se a sanções americanas. Para já, Washington suspendeu a venda de cem caças F-35 destinados a equipar a força aérea turca, tal como a participação das empresas turcas no seu programa. O Pentágono argumenta que, através do sistema S-400, a Rússia poderia ter acesso a segredos dos F-35. Também a UE ameaça impor sanções, por uma razão completamente



“**Para um país que outrora acreditou que o caminho para a fortaleza e a prosperidade passava pela NATO e pela UE, isto representa uma drástica viragem**”

diferente: a Turquia começou a prospecção de gás nas águas territoriais do Norte do Chipre.

O factor sírio

Num artigo na *Foreign Affairs*, Aaron Stein, especialista no Médio Oriente, resume a questão numa fórmula simples: “A Turquia virou as costas aos Estados Unidos e abraçou a Rússia.” Porquê?

Os motivos de atrito entre os dois Estados agravaram-se com a eleição presidencial de Erdogan,

mas têm raízes mais fundas, umas de teor geopolítico, como a invasão do Iraque, as “primaveras árabes” e, sobretudo, a guerra síria. E também em ressentimentos pessoais de Erdogan, como a recusa de extradição do seu “arqui-inimigo”, Fetullah Gülen, o líder religioso que limitava o seu poder e a quem atribui o estranho golpe de Estado de 2015. Os americanos exigiram “provas”.

A partir da invasão do Iraque, Ancara começou a considerar os EUA como uma “força desestabilizadora no Médio Oriente”, na medida que proporcionou a “quase independência” do Curdistão iraquiano. Depois, a América de Obama privilegiou a luta contra o terrorismo do Estado Islâmico, enquanto a Turquia de Erdogan tinha como prioridade a luta contra o independentismo curdo. Ora, na Síria, as milícias curdas foram o mais eficaz aliado dos EUA, o que lhes permitiu dominar um território importante junto da fronteira turca.

As flutuações da política síria, tanto dos americanos como de Erdogan, levaram ao conflito. Antes da “primaveras árabes”,

Damasco era o primeiro aliado regional de Ancara. Perante a eclosão da guerra civil, Ancara tudo fez para evitar. Depressa estalou um outro conflito, agora entre Assad e Erdogan, sempre com os curdos no horizonte. Ancara, anota Stein, “tentou persuadir os EUA a usar a força militar para derrubar Assad ou, pelo menos, para barrar ao seu regime o acesso ao Nordeste do país”, onde a Turquia queria ter mãos livres. Falhado este objectivo, Ancara volta-se para Moscovo, que emerge como o seu mais seguro aliado militar na Síria. Moscovo não desperdiçou a oportunidade.

Por fim, a Rússia, o Irão e a Turquia decidiram levar a cabo o que os ocidentais não conseguiam: sustentar a guerra síria. Ancara e Teerão têm um interesse comum na contenção dos curdos. Por isso acordaram numa estabilização da Síria, mantendo Assad no poder.

O sonho de Erdogan

Já antes, o fim das “primaveras árabes” tinha agravado as divergências entre Ancara e Washington. Erdogan apoiou a Irmandade Muçulmana, que

tomou o poder e depois foi esmagada no Egipto. Por outro lado, em 2013, uma “miniprimavera turca” eclodiu em Istambul, o protesto do “Parque Gezi”, aplaudido no Ocidente. Abre-se então uma nova brecha entre Ancara e os ocidentais. Erdogan endurece o regime e a imprensa ocidental começa a denunciar a sua deriva autoritária.

Outro factor importante é a visão do novo papel geopolítico da Turquia e a aspiração de ascender ao estatuto de grande potência. O teórico Ahmet Davutoglu, conselheiro de Erdogan e depois ministro dos Negócios Estrangeiros e primeiro-ministro, elaborou a doutrina de um “Médio Oriente pós-americano”, em que a Turquia assumiria a liderança. Esta ambição, firmemente adoptada por Erdogan, foi posta em causa pelo torvelinho das “primaveras árabes”, que puseram em xeque toda a diplomacia turca.

Esta doutrina sofreu grandes revezes, mas está a ser retomada numa base antiamericana. “Os dois antigos ‘inimigos hereditários’ partilham um horizonte, o ressentimento antiocidental”, escreve Marie Jégo, correspondente do *Le Monde* em Istambul. “Falamos de ‘multilateralismo’, da luta contra ‘a hegemonia do dólar’ e do declínio da civilização ocidental”. Uma politóloga turca explica ao mesmo jornal: “A Turquia e a Rússia querem contrabalançar a influência dos Estados ocidentais no Médio Oriente. Ambos pensam que o outro é o bom aliado. A Rússia conta restaurar o seu estatuto de grande potência. Para a Turquia, a Rússia é essencial ao reequilíbrio das suas relações com o Ocidente.”

Ignoram-se os efeitos no realinhamento das forças regionais. Para já, é uma viragem estratégica de Ancara, uma vitória da Rússia e um pequeno conforto para o Irão. Acontece que a História aconselha prudência. A Rússia foi um tradicional inimigo do Irão e da Turquia. Une-os agora a América. No Médio Oriente, as alianças fazem-se e desfazem-se a ritmo acelerado.

O discurso que pôs o país a pensar

Dêem-nos
alguma coisa
em que acreditar
**O discurso
do 10 de Junho
e outros textos**

INÉDITO

+7,90€
TERÇA, 23 JULHO
COM O PÚBLICO
P

**João Miguel
Tavares**



Este livro é o resultado do discurso, proferido por João Miguel Tavares, que agitou os portugueses nas comemorações do Dia de Portugal em Portalegre e em Cabo Verde. Aqui encontra uma compilação dos dois discursos, vários artigos e entrevistas, que transmitem uma reflexão pessoal, que se mistura com a história da nação, desvendam os bastidores do próprio processo de escrita e respondem a algumas das críticas dirigidas

CULTURA

Durante o Festival de Almada, os dias têm a duração de três peças

Na sua 36.^a edição, o Festival de Almada abre um parêntesis na vida dos espectadores mais fiéis. Durante duas semanas, é o teatro que manda nas suas agendas

Teatro
Gonçalo Frota

Durante duas semanas, as suas vidas são ditadas pelo Festival de Almada. Rabiscam e anotam os calendários da programação para gerirem a sua agenda, com um objetivo simples em mente: diante do maior ou menor tempo que têm em mãos, ginasticam as suas horas para tentar ver o maior número de espectáculos possível. Entre os espectadores fiéis do Festival de Almada, sobretudo aqueles que compram a assinatura que lhes dá acesso a qualquer uma das peças apresentadas (mediante a capacidade das salas), é normal assistir a três peças num só dia; e é pouco surpreendente chegar ao fim de um festival que dura duas semanas com mais de duas dezenas de espectáculos para digerir.

Para quem está de fora, pode parecer uma sobredose quase contrária ao amor pelo teatro. Mas é, na verdade, uma voragem motivada por um desejo desmedido de travar conhecimento com companhias, encenadores, peças e produções que, muitas vezes, só podem mesmo ser vistos neste contexto. Afonso Pinto, professor de música, de 26 anos, reconhece que este frenesim do lado dos espectadores cria, por vezes, uma situação “um pouco injusta, porque são tantas as peças que pode dar-se o caso de não estarmos preparados para enfrentar todas”. Daí que, neste seu segundo ano de assinatura, tenha optado por, sempre que as reservas o permitam, assistir a um máximo de duas peças diárias, para não sentir que entra na sala cansado e sem disponibilidade total para fruir cada peça. Neste dia em que o encontramos, acompanhado pelo irmão mais novo (19 anos), João Pinto, estudante de Belas Artes, acaba(m) de sair da sala do Teatro Municipal Joaquim Benite rendido(s) a *Estação Seca*, da criadora francesa Phia Ménard. Em seguida, e porque falhou na edição

passada, juntar-se-á ao público que no Palco Grande da Escola D. António da Costa se deleitará com *Dr. Nest*, criação da companhia de marionetas alemã Familie Flöz.

Dr. Nest é o “espectáculo de honra” deste 36.º Festival de Almada. O que equivale a dizer que, há um ano, foi aquele que reuniu maior entusiasmo do público através de uma votação que cria uma linha de continuidade entre as várias edições e permite aferir das preferências daqueles que preenchem as plateias do festival. Essa vontade de criar uma relação com os espectáculos é evidente em quem frequenta o Festival de Almada: o correr de boca em boca faz com que a sessão única em que *Dr. Nest* renascerá em Almada esteja esgotada (672 lugares), trazendo tanto aqueles (como Afonso) que falharam a peça em 2018 como os outros (como João) que ficaram tão deslumbrados que quiseram ver-se, de novo, diante da Familie Flöz. A medida de expectativa e ansiedade diante de um espectáculo é, aliás, fácil de observar nos momentos programados para o Palco Grande: uma hora antes do início é frequente ver um “caracol” de público que começa a desenhar-se no pátio que precede a entrada na sala.

É precisamente aí, a alongar esse “caracol” (a acumulação de público leva a que se vá dispondo em torno do pátio, num efeito de espiral) que encontramos Isabel José e João Limão, ela topógrafa, ele doutorando em Estudos de Comunicação (44 e 46 anos, respectivamente), que se tornaram devotos do Festival de Almada nas últimas edições, depois de terem vivido em Lisboa durante alguns anos e voltado a assentar vida na Margem Sul. Isabel, na verdade, cresceu com vista para o festival. Os pais vivem ainda na rua da Escola D. António da Costa e do Teatro Joaquim Benite, e viu ser construído o Palco Grande para a nona edição, em 1992, numa altura em que as obras na zona antiga da cidade obrigaram a direcção (então a cargo de Joaquim Benite,



“
Às vezes os espectáculos estrangeiros não são tão fascinantes quanto isso. Não sou fascinada e acho que chegamos a ser um bocadinho provincianos

Isabel Pacheco
Professora

hoje entregue a Rodrigo Francisco) a encontrar uma solução alternativa aos palcos que eram usados até então – o novo teatro municipal, baptizado com o nome do ex-director do festival e da Companhia de Teatro de Almada, só foi inaugurado em 2005.

Nessa altura, no entanto, “as companhias e as amizades” que rodeavam Isabel José não a motivavam para descer e adentrar na programação do festival. Em vez disso, a curiosidade ficava-se pela transformação daquele espaço próximo, pela observação de “camarote” (a varanda) dos concertos que integravam a programação paralela e da chegada da gente que ali se desloca(va) para tomar contacto com alguns dos nomes maiores do teatro europeu. Hoje, Isabel e João fazem parte desse público informado que discute com propriedade companhias e encenadores com os quais vão criando relações

de admiração. E citam a Familie Flöz, os Peeping Tom, os dramaturgos Marius von Mayenburg e Pascal Rambert, ou os encenadores Christoph Marthaler e Jan Lauwers – Isabel lamenta que *O Quarto de Isabella*, que não lhe deu descanso durante um ano e a foi conquistando cada vez mais, não tenha voltado como “espectáculo de honra” – como exemplos de criadores que passaram a acompanhar durante as duas semanas do festival, mas também a procurar fora deste contexto.

Para muito do público do Festival de Almada esta é também a oportunidade para assistir a grandes produções, como acontece com *Mary Said What She Said*, protagonizado pela actriz Isabelle Huppert e dirigido pelo encenador Bob Wilson, como aconteceu este ano, da mesma maneira que foi acontecendo com criações de Peter Stein, Thomas Ostermeier,

Na edição deste ano, 250 pessoas compraram a assinatura para o Festival de Almada antes sequer de conhecerem a programação

FOTOS: NUNO FERREIRA SANTOS



Patrice Chéreau, Josef Nadj, Christophe Marthaler, Claude Régy ou Peter Brook. “A encenação do Peter Brook em 2007 [*Sizwe Banzi Moresu*]”, recorda João Limão, “é um dos meus espectáculos de referência aqui no festival.”

Para as pessoas de Almada

Isabel Pacheco ultrapassa em passo estugado a reportagem do PÚBLICO e aproveita para acrescentar à conversa anterior que *Estação Seca*, de Phia Ménard, foi um daqueles espectáculos que lhe encheram as medidas. Antes, Isabel contava-nos que já perdeu a conta ao número de anos em que frequenta o Festival de Almada, mas lembra-se perfeitamente do dia em que “estava muito aborrecida em casa” quando viu “no jornal uma notícia sobre o Festival de Almada” e começou o seu percurso de espectadora. “A partir daí, vim sempre.” E é

uma espectadora tão fiel que, não pertencendo ao grupo daqueles que compram a assinatura antes sequer de conhecer a programação (este ano houve 250 pessoas a praticar esse voto de confiança), chegam a telefonar-lhe do teatro para saber se contam consigo mais um ano.

Professora de Ciências aposentada, Isabel Pacheco fala de espectáculos como *Hedda Gabler*, de Juni Dahr, como especialmente marcantes nos seus anos de espectadora, mas junta também às suas preferências as produções do Circolando, do Teatro Meridional ou as encenações de Rogério de Carvalho e de António Pires. Isabel faz parte daqueles espectadores de Almada que se relacionam com o teatro desde há muito, tendo frequentado um curso de Adolfo Gutkin – para quem trabalhou como costureira na encenação de *Gilgamesh* – e o mestrado em Estudos de

Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, assim como dinamizado grupos de teatro escolar. E trava qualquer deslumbramento com as produções internacionais que aportam em Almada. “Francamente, às vezes os espectáculos estrangeiros não são tão fascinantes quanto isso”, diz. “Não sou fascinada e acho que chegamos a ser um bocadinho provincianos.”

Deslocando-se até aos espaços do festival a partir de Lisboa, Isabel Pacheco faz-se acompanhar quase sempre por amigas com quem partilha o interesse pelo teatro. E pertence a uma faixa etária que Rui Afonso, de 68 anos, biógrafo e historiador reformado – autor de *Aristides de Sousa Mendes, Um Homem Bom* – aponta ao PÚBLICO como uma característica do público do festival. “Os espectadores já têm uma certa idade e eles estão agora a tentar interessar um público mais jovem para assegurar a continuação desta tradição”, diz. A viver no Canadá desde os seis anos, Rui organiza a sua vida para poder estar em Almada todos os anos, em Julho, e assistir ao maior número de peças que consiga encaixar nos seus dias. Não é caso único – muitos, como Isabel José, tiram férias neste período para se poderem dedicar por inteiro ao Festival de Almada –, e confessa inclusivamente preferir Almada ao Festival de Avignon, onde esteve em diversas ocasiões. “É mais acessível e muito mais aberto ao grande público”, compara.

Espectador do Festival de Almada desde a terceira edição (1986), quando assistiu a *Farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente, numa encenação de José Peixoto, Rui enaltece a possibilidade de tomar contacto com espectáculos “da Rússia, da Bulgária, da Noruega [encontramo-nos à entrada de *Joana d’Arc*, da norueguesa Juni Dahr, no Seminário de São Paulo], de toda a parte do mundo”, lamentando que o resto do mundo não conheça ainda o festival. E desabafa que, por vezes, sente que não é até devidamente valorizado para lá da Ponte 25 de Abril – um comentário que se refere tanto ao público que se desloca de Lisboa quanto aos problemas de financiamento nos últimos anos. “É essencialmente um festival para as pessoas de Almada”, afirma. “Claro que também vamos ver peças a Belém e ao Teatro Nacional, mas é sobretudo um festival, muito bom, aqui da cidade.”

Não tendo uma assistência exclusivamente almadense, e tendo-se afirmado como o grande acontecimento anual do teatro em Portugal, a verdade é que o Festival de Almada soube cativar e formar um público local com um apetite que ultrapassa, de dentro para fora, as fronteiras da cidade. Desde que o espectáculo de Lluís Pasqual *Haciendo Lorca*, a partir da poesia do autor espanhol, foi apresentado no Teatro da Trindade, em 1997, a programação passou a integrar de forma continuada as salas da capital. Este ano, pela primeira vez, e a reboque da homenagem a Carlos Avilez, Almada estende-se até Cascais para as apresentações de *O Sonho*, de Strindberg, pelo TEC (Teatro Experimental de Cascais). Tanto Rui Afonso como Edison Dias, natural do Seixal mas médico em Almada há 20 anos, incluíram Cascais nas suas expedições motivadas pela programação do festival.

Aos 72 anos, médico aposentado mas ainda a exercer – “os médicos, como os padres, nunca se reformam”, garante –, Edison aproximou-se do teatro ainda “menino e moço”, tendo passado por uma “experiência transitória muito superficial” quando estudava em Coimbra e se juntou ao TEUC (Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra). Pertencendo, nas suas palavras, “a uma época do teatro político e de intervenção”, aquilo que procura no palco é uma reflexão sobre a forma como os afectos e o poder contaminam e ditam as regras relacionais do nosso tempo. E Edison é um bom exemplo da latitude de registos que o festival vai alimentando nos espectadores de Almada, quase indiferentes a tratar-se de clássicos ou criações contemporâneas, entrando para a sala com a mesma disposição para se deixarem encantar diante de um Shakespeare ou de um Ostermeier. À espera da hora para o começo de *Estação Seca*, a desafiadora coreografia de Phia Ménard, e pronto a repetir Dr. Nest, o médico só lamenta não se ter despachado mais cedo, a tempo de ir ver *Que Boa Ideia, Virmos para as Montanhas*, do Teatro da Cidade.

Enquanto dura o Festival de Almada, para muitos espectadores um dia é tão precioso quanto consiga encaixar mais uma peça. E essa é uma conquista que nem sempre se consegue descortinar ao olhar as plateias cheias.

“Os espectadores já têm uma certa idade e eles estão agora a tentar interessar um público mais jovem para assegurar a continuação desta tradição”

Rui Afonso
Biógrafo e historiador reformado

CULTURA

Sona Jobarteh faz ouvir o secular som da kora na costa alentejana

FMM Sines
Gonçalo Frota

O Festival Músicas do Mundo arranca hoje e tem na instrumentista da Gâmbia um dos seus principais atractivos

Sona Jobarteh passou anos a preparar o momento em que, finalmente, pediu ao seu pai, Sanjally Jobarteh, que se tornasse o seu professor de kora, uma espécie de harpa de 21 cordas. Nascida na Gâmbia, numa das principais famílias griots, que há mais de 700 anos asseguram a tradição da kora e a transmissão das histórias do seu povo, Sona estudou violoncelo clássico e piano em Inglaterra, seguindo um percurso que só mais tarde iria revelar-se um círculo perfeito e devolvê-la ao primeiro instrumento que tocou, em criança.

A certeza de que a kora era o único instrumento com o qual se sentia completa foi-se tornando evidente, mas só depois de anos a ter aulas com um irmão mais velho se sentiu preparada para abordar o pai, sabendo que a kora é habitualmente vedada às mulheres. Sanjally transmitiu-lhe todo o seu conhecimento e deu-lhe apenas um conselho: “Certifica-te de que tocas realmente bem, não o faças de maneira a que as pessoas possam comentar que és mulher.”

Sona Jobarteh fez dessas palavras lei, acabando por tornar-se a primeira instrumentista profissional de kora. Já muito se passou desde que

actuou pela primeira vez em público, numa cerimónia organizada pela família. “Precisei de criar um espaço para poder estudar e me concentrar no que tinha a fazer”, conta ao PÚBLICO dias antes de actuar em Porto Covo, no arranque do 21.º Festival Músicas do Mundo (FMM). “Sabia que atrairia muita atenção, de que não gostava mesmo nada, e por isso estudar tornou-se algo muito privado. Esperei muito até sentir que era boa o suficiente para tocar em público, para começar e não recuar.”

Dado esse passo, começou a confrontar-se com o rótulo de “primeira tocadora de kora profissional” e a indignar-se com esse *zoom* que incidia no seu género e não na sua música. Até porque se a aprendizagem da kora foi árdua, o grande desafio viria depois, ao tentar acrescentar a sua “voz” a uma tradição de sete séculos. Foi de novo o pai a dizer-lhe que alcançara a sua autonomia. Ponto em que se perguntou: “Qual é o meu contributo para esta música, o meu papel nesta tradição essencial para as nossas vidas e para a nossa sociedade?”

A resposta foi usar a música como “ferramenta cultural”: “Para levantar questões e criticar coisas de que nem sequer podemos falar em voz alta nas nossas comunidades.”

Antes de rumar a Sines, o FMM instala-se em Porto Covo até sábado, com concertos de Sona Jobarteh, Barmer Boys (Índia), The Tune (Coreia do Sul), Keziah Jones (Nigéria), Gaiteiros de Lisboa (Portugal), Dobet Ghanoré (Costa do Marfim) ou Vaudou Game (Togo).



Hip-hop, melancolia e rock q.b.: Super Bock Super Rock está de volta ao Meco

Festival
Hugo Geada

À 25.ª edição, o festival vai contar também com o regresso de Lana del Rey e a estreia em Portugal do rap de Migos

Há quatro regressos a marcar, hoje, o início da 25.ª edição do Super Bock Super Rock: o regresso à praia do Meco, depois de quatro edições no Parque das Nações, em Lisboa; os de Lana del Rey e dos Disclosure, que aí tinham actuado em 2014 e 2016, respectivamente; e o da continuada aposta no hip-hop com as estreias em Portugal de nomes inconfundíveis deste género (apesar de bastante diferentes), como o grupo de rap Migos e o produtor Kaytranada.

Na primeira noite, teremos Lana del Rey (00h15), sob o signo do seu novo álbum, *Norman Fucking Rockwell*, a lançar em Agosto. Quem se poderá juntar a Lana no Palco Super Bock (19h15) será Cat Power, uma vez que a cantora fez uma aparição especial no seu álbum *Wanderer*, editado em Outubro de 2018.

A música para adolescentes tristes não se ficará por estes dois nomes, já que a banda de Manchester The 1975 (22h30) promete deixar a areia do Meco molhada de lágrimas. Os Jungle (21h) quererão fazer o mesmo, mas desta vez com o suor dos corpos cansados de tanto dançar ao som do seu contagiante soul moderno.

De resto, o nome mais mediático deste primeiro dia será o dos Metrovone (23h30), no Palco EDP, que conta também com uma forte aposta em artistas nacionais que se encontram num grande momento, como os Glockenwise (18h45), que no ano passado lançaram *Plástico*, o seu quarto álbum e o primeiro cantado em português; Dino d'Santiago (20h), que este ano teve especial atenção mediática pela sua contribuição em *Madame X*, de Madonna; e Branko (21h45), o ex-membro dos Buraka Som Sistema que lançou em 2019 um dos mais elogiados álbuns na cena musical portuguesa, *Nosso*.

Destaque ainda para a presença de Conan Osiris (22h30), no palco Somersby – desta vez não é para ir



Lana del Rey no festival do Meco em 2012

à praia comer sandes de carne assada, um rissol e uns bolinhos, mas para um concerto que promete ser dos mais animados da jornada.

Equilíbrio é a palavra-chave do segundo dia. Sem um cabeça de cartaz mediático como Lana del Rey ou Migos, sexta-feira contará, apesar de tudo, com a qualidade dos Phoenix (23h), autores de *Wolfgang Amadeus Phoenix*, álbum egrégio do indie rock do final da primeira década do séc.

Conan Osiris, desta vez, não está no Meco para ir à praia comer sandes de carne assada

XXI e que arrecadou o Grammy de Melhor Álbum Alternativo, acontecimento inédito para uma banda francesa. E também Kaytranada (1h15), um dos mais respeitados e inventivos produtores do hip-hop.

Depois do grande concerto dos Idles no Nos Alive na semana passada, o Super Bock vai ter também um nome muito forte do punk rock inglês, os jovens Shame (19h15), que no ano passado lançaram o seu primeiro álbum, *Songs of Praise*, de resto apresentado em Paredes de Coura. A também francesa Christine and the Queens (21h), que em 2018 viu o *The Guardian* distinguir *Chris* como melhor álbum do ano, completa o elenco do palco principal.

O Palco EDP, neste segundo dia, vai acolher um multi-instrumentista

também vindo de França, FKJ (00h), e dois dos mais fortes nomes da música alternativa portuguesa (apesar de se situarem em géneros completamente opostos): os Capitão Fausto (20h30), que este ano acrescentaram à sua discografia *Invenção do Dia Claro*; e o Conjunto Corona (17h15), autores do *Santa Rita Lifestyle*, que celebra através da rima o estilo de vida dos clientes de uma bomba de gasolina do conselho de Valongo.

Apesar de coincidir com o concerto de Kaytranada, os Ezra Collective (01h) são um dos nomes mais fortes da nova vaga de jazz britânico.

O último dia vem confirmar que este festival é uma das maiores instituições em Portugal a apostar no hip-hop e no rap, com a estreia de Migos (23h30), grupo constituído por Takeoff, Offset e Quavo, e um dos nomes mais influentes do hip-hop moderno; a eclética cantora e atriz Janelle Monáe (21h30), que no ano passado lançou o aclamado *Dirty Computer*; e o português Profjam (19h35), que este ano se estreou nos álbuns de longa duração com *#####*. O *dj set* dos Disclosure (01h15) irá encerrar os concertos neste palco.

Para além de Profjam, o hip-hop português está representado pelo justiceiro Mike El Nite (00h30), autor de *Inter-Missão*; e por Pedro Mafama (17h15), TNT (18h45) e Estraca (22h45). Fora deste género, o projecto multinacional Superorganism é um dos destaques do Palco EDP neste último dia do festival. **Texto editado por Paula Barreiros**

Pela primeira vez, há três realizadores portugueses na competição principal de Locarno

Cinema
Jorge Mourinha

Pedro Costa, João Nicolau e Basil da Cunha entre as escolhas do importante festival de cinema

Não é a maior presença portuguesa de sempre no Festival de Locarno, que decorre entre 7 e 17 de Agosto, mas é a mais forte: seis filmes, cinco deles a concurso nas três competições principais do festival suíço. E, pela primeira vez, três filmes de realizadores nacionais no Concurso Internacional, a mais prestigiada secção do festival.

À cabeça, Pedro Costa, que regressa a Locarno depois de ter recebido o prémio de Melhor Realizador em 2014 por *Cavalo Dinheiro*. *Vitalina Varela*, o filme que tem vindo a preparar desde então, terá estreia mundial em Locarno, destacando-se desde já como “ponta-de-lança” de entre os 17 títulos na competição.

João Nicolau e Basil da Cunha apresentam, respectivamente, a terceira e segunda longas. *Technoboss*, o sucessor de *A Espada e a Rosa* (2010) e *John From* (2015), vê Nicolau ascender pela primeira vez à competição de um festival de classe A, com uma ficção à volta de um sexagenário (interpretado por Miguel Lobo Antunes) à espera da reforma. *O Fim do Mundo*, depois de *Até Ver a Luz* (2013), é uma nova ficção de Cunha ancorada nos subúrbios lisboetas; trata-se de uma pro-

dução suíça, e curiosamente a única longa-metragem “da casa” no concurso principal do festival.

É também sob a bandeira da Suíça que a dupla luso-suíça formada por Maya Kosa e Sérgio da Costa concorre na competição de novos autores Cineastas do Presente. Depois de *Rio Corgo*, que venceu em 2015 o Doclisboa, a dupla apresenta a sua segunda longa, *L'île aux oiseaux*.

A secção de curtas-metragens Pardi di Domani recebe este ano apenas um título nacional – *Vulcão: O Que Sonha um Lago?*, da romena Diana Vidrascu, produzida numa residência artística no festival Walk&Talk Azores. Finalmente, fora de concurso, o investigador e documentarista José Filipe Costa, autor de *Linha Vermelha* (IndieLisboa 2011), apresentará *Prazer, Camaradas!*, sobre os estrangeiros que vieram a Portugal viver o 25 de Abril.

A 72.ª edição de Locarno marca a estreia da directora artística Lili Hinstin, mas a “linha editorial” do festival, atenta às cinematografias minoritárias e aos novos talentos sem deixar de se mostrar aberto ao cinema popular, mantém-se. A prová-lo, a exibição na Piazza Grande, a sala ao ar livre no centro de Locarno, de *Era uma Vez... em Hollywood*, de Quentin Tarantino, e do documentário de Asif Kapadia (Senna, Amy) sobre Diego Maradona.

O júri será presidido pela cineasta francesa Catherine Breillat. A abertura do festival far-se-á com *Magari*, estreia na realização da produtora Ginevra Elkann, e o encerramento com *To the Ends of the Earth*, de Kiyoshi Kurosawa.



O filme de Pedro Costa: *Vitalina Varela*

Haverá sobre o acordo ortográfico uma clara posição parlamentar? Ou para lamentar?



Em Público
Nuno Pacheco

No sábado, o *Expresso* noticiou, e outros jornais disso fizeram eco, que o relatório final do Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico (só o nome, pela sua extensão, espelha bem o pesadelo que rodeia a coisa) aponta para “novas negociações”. E alinhava, de forma sintética, o que estaria na base da tal recomendação. Ora a notícia baseou-se no documento que, elaborado (naturalmente) pelo coordenador e relator desse grupo, o deputado José Carlos Barros (PSD), circulava já pelos partidos e, portanto, começava a ser público. Problema? O do costume. Apesar de este grupo de trabalho já existir desde 20 de Janeiro de 2017, cessando funções nesta legislatura, parece muito difícil chegar a consenso sobre tão magno tema. O relatório, nas suas dezenas de páginas, enumera os muitos contactos e depoimentos prestados, a favor e contra o AO. Aí, mostra-se descritivo, como deveria ser. Porém, no final, ousa: tem conclusões e recomendações. E isso é sinal de que trabalhou bem; ouviu, analisou e sugeriu. Não é para isso que serve um grupo de trabalho?

Nem todos pensarão o mesmo. O PS, na reunião da Comissão de Cultura de ontem, exerceu o seu direito potestativo para adiar a discussão. Que vai realizar-se amanhã, de manhã cedo, talvez para que os deputados meditem bem durante o sono da véspera. Ao fim de quase dois anos de trabalhos e consultas, foi preciso ainda empurrar o assunto para um quase “abismo”. Porque dia 19 é o último dia de trabalho no Parlamento. Depois, férias e eleições.

O que concluí, então, o relatório, que tanta ponderação exige? Primeiro, que “a aplicação do acordo ortográfico, bem como a concretização dos objectivos que se propunha atingir, continuam longe de ser uma realidade do ponto de

vista político e social.” Alguém duvida? Depois, que “o tom da discussão entre opositores e defensores do acordo continua aceso, com posições, em regra, extremadas e argumentos, de um e outro lado, inconciliáveis.” Óbvio e incontestável. Depois, alinhando pacientemente os argumentos pró e contra o AO (retirados dos depoimentos, que cita), a vários níveis, jurídico e diplomático, educativo e político, bem como “a comprovada existência de opções discutíveis, incongruências e ambiguidades do acordo ortográfico do ponto de vista técnico” (e isso até os defensores do AO admitem), recomenda, em traços gerais, o seguinte: 1) “Que o Governo dê início a uma



Um acordo é um acordo: faz-se, se é útil; desfaz-se, se é inútil. O que sair do Parlamento deve ser claro. Só que isso implica coragem. Haverá?

negociação político-diplomática” na CPLP “com vista à discussão da situação actual ao nível da aplicação do acordo ortográfico de 1990 e a ponderação das decisões mais adequadas neste domínio, incluindo a possibilidade e o interesse de se dar início a um processo de alteração ou aperfeiçoamento do actual acordo ou à negociação de um novo acordo ortográfico.” 2) “A constituição de uma Comissão Científica Independente para a Ortografia” que acompanhe tal processo; 3) “A realização de estudos, envolvendo os serviços do Estado e as comunidades académica, científica, literária e profissionais, com vista à avaliação das implicações da aplicação do acordo ortográfico no sistema educativo, no mercado editorial e na imprensa, bem como ao nível da estabilidade ortográfica nos

serviços públicos e nas publicações oficiais.” Seria bonito, pelo que se conhece, ler o resultado de tal estudo...

Mas o que está aqui em causa é uma coisa bastante simples: ou o Grupo de Trabalho cumpre a sua missão, honrando o Parlamento (goste-se ou não das conclusões e recomendações – mas isso, com eleições à vista, há-de ficar para outro Governo), ou arrumarão todo o trabalho que teve, e não foi pouco, na gaveta das decisões para lamentar. Deixemo-nos de rodeios: de todos os temas submetidos ao Parlamento, o único a que se pede “chui”, o único tratado como tabu, é o deste acordo ortográfico. Tem-se discutido abertamente (e bem!), esgrimindo argumentos opostos, o aborto, a eutanásia, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adopção, mas quando se chega ao acordo ortográfico, logo surge uma barreira, um temor, um incómodo. E, no entanto, a palavra escrita é algo diário, quotidiano, corrente, a que nunca deixamos de estar ligados, seja em que área for. E quem diz a escrita, diz a forma como ela se vai desfigurando, a ponto de doutos senhores afirmarem publicamente que já não sabem bem como se escreve.

Foi para isto que um punhado de seres se bateu acerrimamente por um acordo ortográfico? Não, não foi. Mas é para isso que o temos. Para escrever a calar. Razões, que as leve o vento! O tema da Língua Portuguesa, da sua ortografia (e das necessárias variantes nos países onde ela é falada e escrita) e do seu futuro, apesar das declarações enfáticas de vários governantes, há-de ser tratado como um não-tema ou coisa não discutível, e seria até colocado a seguir à definição da composição da alpista para canários se tal tema fosse agendado no Parlamento.

Pois bem: contrariemos o tabu. É urgente discutir, questionar, pôr em causa o que alguns têm por intocável e imutável. Um acordo é um acordo: faz-se, se é útil; desfaz-se, se é inútil. O que sair amanhã do Parlamento deve, pois, ser claro. Só que isso implica coragem. Haverá?

Jornalista. Escreve à quinta-feira
nuno.pacheco@publico.pt

Australopitecos eram amamentados no primeiro ano de vida

Fósseis de dentes com cerca de dois milhões de anos que pertenciam à espécie *Australopithecus africanus* revelam que, tal como os humanos modernos, estes antigos homínidos também amamentavam os bebés

Evolução humana
Andrea Cunha Freitas

O comunicado da Universidade de Monash, na Austrália, sobre o estudo publicado na revista *Nature* anuncia que este trabalho desvenda os “segredos maternos” dos nossos ancestrais mais antigos. O título do artigo na revista científica é menos apelativo referindo que as assinaturas [químicas] nos dentes de *Australopithecus africanus* revelam um stress sazonal na dieta. Os dois títulos são, obviamente, verdadeiros. De facto, através da análise dos fósseis de dentes desta espécie os cientistas chegaram a algumas conclusões sobre a sua dieta e, a partir daqui, perceberam que as mães australopitecas amamentavam as suas crias até, pelo menos, um ano de idade, socorrendo-se desta opção mesmo depois disso, nos períodos de escassez de alimentos.

Outros estudos têm enfrentado o desafio de reconstruir a dieta dos homínidos extintos. O caso do *Australopithecus africanus* será um dos mais difíceis, uma vez que, adiantam os autores deste artigo, esta espécie deixou um rasto muito variado de morfologia dental que sugere uma dieta diversificada. Ainda assim, já sabíamos que comia frutas, folhas, gramíneas e raízes. Agora, sabemos mais. Os fósseis dos dentes de dois *Australopithecus africanus*, que terão vivido há cerca de 2,6 e 2,1 milhões de anos, mostram que devemos incluir o leite materno nesta dieta.

O *A. africanus* é uma das primeiras espécies de homínidos que combinam características de humanos e símios e que viveram na região onde hoje encontramos a África do Sul, há entre três e dois milhões de anos. “Pela primeira vez, obtivemos novas percepções sobre como os nossos ancestrais criaram os seus filhotes e como as mães tinham que complementar a ingestão de alimentos sólidos com leite materno quando os recursos eram escassos”, nota o geocímico Renaud Joannes-Boyau, do grupo de investigação de geoarqueologia e arqueometria na Universidade de Southern Cross, na Austrália. Luca Fiorenza, outro dos autores da mes-



JOSE GARCIA E RENAUD JOANNES-BOYAU



UNIVERSIDADE DE MONASH

Ilustração de *A. africanus*, divulgada pelos autores do trabalho; e os cientistas Luca Fiorenza e Justin Adams, da Universidade de Monash, com os fósseis estudados

ma universidade, acrescenta ainda que “estas descobertas sugerem pela primeira vez a existência de um laço materno-infantil duradouro no *Australopithecus* e isso faz-nos repensar as organizações sociais entre os nossos primeiros ancestrais”.

Os dentes como as árvores

Tal como olhamos para os anéis que marcam o tronco de uma árvore, é possível retirar uma série de informações destes fósseis de dentes medindo os biomarcadores químicos registados e que foram preservados ao longo do tempo. Os dentes, tal como as árvores, vão acumulando elementos nas suas várias camadas de tecidos de esmalte e dentina que (insistimos, tal como nas árvores) contam uma

história. A dieta é, assim, encarada como uma parte significativa do chamado exossoma – a história que qualquer indivíduo guarda sobre a sua exposição ambiental, desde o nascimento até à morte. Nas marcas deixadas nos dentes é possível encontrar, por exemplo, o “stress nutricional”, que afecta a saúde e desenvolvimento.

“O padrão de crescimento dos dentes, que se assemelha aos anéis das árvores, permitiu que os investigadores determinassem as concentrações de bário, um elemento encontrado no leite, que se acumulava nos dentes ao longo do tempo e que fornece informação sobre os padrões maternos e de dieta”, nota um comunicado do Hospital do Monte Sinai (EUA), também da equipa. Christine Austin, uma das autoras do estudo, explica: “Os nossos resultados mostram que esta espécie está um bocadinho mais próxima dos humanos do que outros grandes símios que têm comportamentos diferentes na amamentação.” Os humanos têm longas infâncias e períodos de amamentação relativamente curtos, quando comparados como os símios, e por isso este resultado, sublinha, é importante do ponto de vista evolutivo, ainda que não seja possível perceber quando e como as mudanças neste comportamento aconteceram.

Os “segredos maternos” com mais de dois milhões de anos vão além da amamentação. Os resultados mostram ainda que os australopitecos seriam capazes de um cuidado parental prolongado, uma das marcas da evolução humana. “Isso provavelmente reduziu o número potencial de filhos, por causa do período de tempo em que os bebés dependiam de leite materno. O forte vínculo entre mães e filhos por vários anos tem implicações para a dinâmica de grupo, a estrutura social da espécie, relação entre mãe e filho e a prioridade que teve de ser dada à garantia de acesso a alimentos confiáveis”, conclui Renaud Joannes-Boyau. Assuntos de família e infância com mais de dois milhões de anos daquela que é também a nossa história.

acfreitas@publico.pt

Edif. Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa
pequenosa@publico.pt

Tel. 21 011 10 10/20 Fax 21 011 10 30
De seg a sex das 09H às 19H
Sábado 11H às 17H

CLASSIFICADOS

loja
P
CONHEÇA
A NOSSA
SÉRIES
SELECÇÃO DE FILMES E SÉRIES
loja.publico.pt
INFO: 210 111 010

REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO

PEGY PONTABRY DE OLIVEIRA FARELA, que também usa PEGY PONTABRY DE OLIVEIRA FARELA, contribuinte n.º 283.537.213, natural de França, portadora do Cartão de Cidadão com número e letras 314616772 ZY1, válido até 14/02/2021, emitido pela República Portuguesa e residente em Eschentzwiller, França; e

CÉDRIC DE OLIVEIRA FARELA, contribuinte n.º 244.367.450, natural de França, portador do documento de identificação n.º 110968300831, válido até 28/09/2021, emitido pela República Francesa, residente em Staffelfelden, França.

Revogam, a partir desta data, a procuração outorgada a vinte e sete de Dezembro de dois mil e dez, no Cartório Notarial de Aveiro do Exmo. Sr. Dr. António Amaral Marques, em que foi mandatária **Maria da Conceição de Oliveira Farel Machado**, viúva, natural da freguesia de S. Bernardo, concelho de Aveiro e residente na Rua da Cabreira, n.º 52/54, em Aveiro. Porto, 11 de Maio de 2019

Assinaturas Ilegíveis

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

No dia 11 de Maio de 2019, perante mim, Emanuel Teixeira, Advogado, Contribuinte Fiscal n.º 161.844.847, titular da cédula profissional n.º 5246 do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, com escritório na Praça da República, n.º 93, 6.º, sala 2, no Porto, compareceram como outorgantes:

A) PEGY PONTABRY DE OLIVEIRA FARELA, contribuinte n.º 283.537.213, natural de França, portadora do Cartão de Cidadão com número e letras 314616772 ZY1, válido até 14/02/2021, emitido pela República Portuguesa e residente em Eschentzwiller, França;

B) CÉDRIC DE OLIVEIRA FARELA, contribuinte fiscal n.º 244.367.450, natural de França, portador do documento de identificação n.º 110968300831 válido até 28/09/2021, emitido pela República Francesa, residente em Staffelfelden, França.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos documentos referidos.

DECLARAM:
Que para fins de autenticação me apresenta a revogação da procuração anexa, declarando estarem inteirados do seu conteúdo e que a mesma exprime a sua vontade.
Este termo foi lido e o seu conteúdo explicado em voz alta aos outorgantes.
O presente termo não ressalva qualquer deficiência ou inexactidão do conteúdo do documento apresentado.
Este termo de autenticação foi por mim lavrado e mostra-se registado on-line dos actos dos Advogados sob o n.º 5246P/747.

Emanuel Teixeira, Advogado

REVOGAÇÃO DE PROCURAÇÃO

PAULETTE MICHÈLE SIEGLER DE OLIVEIRA FARELA, contribuinte fiscal n.º 272.620.637, natural de França, portadora do Cartão de Cidadão com o número 100168300401, válido até 28.01.2020, emitido pela República Francesa e residente em Hirtzfelden, França, revoga, a partir desta data, a procuração outorgada a doze de Setembro de dois mil e dezassete, na Chancelaria do Consulado Geral de Portugal em Estrasburgo, em que foi mandatária **Maria da Conceição de Oliveira Farel Machado**, viúva, natural da freguesia de S. Bernardo, concelho de Aveiro e residente na Rua da Cabreira, n.º 52/54, em Aveiro. Porto, 11 de Maio de 2019

Assinatura Ilegível

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

No dia 11 de Maio de 2019, perante mim, Emanuel Teixeira, Advogado, Contribuinte Fiscal n.º 161.844.847, titular da cédula profissional n.º 5246 do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, com escritório na Praça da República, n.º 93, 6.º, sala 2, no Porto, compareceu como outorgante:

PAULETTE MICHÈLE SIEGLER DE OLIVEIRA FARELA, contribuinte fiscal n.º 272.620.637, natural de França, portadora do Cartão de Cidadão com o número 100168300401, válido até 28.01.2020, emitido pela República Portuguesa e residente em Hirtzfelden, França.

Verifiquei a identidade da outorgante por exibição do documento referido.

DECLAROU:
Que para fins de autenticação me apresenta a revogação da procuração anexa, declarando estar inteirada do seu conteúdo e que a mesma exprime a sua vontade.
Este termo foi lido e o seu conteúdo explicado em voz alta à outorgante. O presente termo não ressalva qualquer deficiência ou inexactidão do conteúdo do documento apresentado.
Este termo de autenticação foi por mim lavrado e mostra-se registado on-line dos actos dos Advogados sob o n.º 5246P/748.

Emanuel Teixeira, Advogado

**Consulado Geral de Portugal em Estrasburgo
INSTRUMENTO DE REVOGAÇÃO**

No dia vinte e sete de maio de dois mil e dezanove, nesta Chancelaria do Consulado Geral de Portugal em Estrasburgo, perante mim, Lucília Maria dos Santos Nogueira, Assistente Técnico, autorizada nos termos dos artigos 33.º, 52.º e 56.º do regulamento consular (Dec-Lei n.º 71/2009, de 31 de março), compareceu como outorgante:

MICHAEL DE OLIVEIRA FARELA, que também usa MICHAEL DE OLIVEIRA FARELA, solteiro, maior, natural de Mulhouse, Alto-Reno, França, residente em 43 Rue Bartholdi, 68400 Riedelsheim, França, portador do Cartão de Cidadão n.º 31450054-5Z28 válido até 18-06-2019, contribuinte n.º 283 410 671.

Verifiquei a identidade do outorgante pela exibição do referido documento de identificação.

Pelo outorgante foi dito que pelo presente Instrumento revoga, considera nula e de nenhum efeito a partir desta data, a procuração outorgada a vinte e sete de dezembro de dois mil e dez, no Cartório Notarial de Aveiro do Exmo. Sr. Dr. António Amaral Marques, em que foi mandatária **Maria da Conceição de Oliveira Farel Machado**, viúva, natural da freguesia de S. Bernardo, concelho de Aveiro e residente na Rua da Cabreira, n.º 52/54, em Aveiro, cujo original se encontra em poder do mandatário. Assim o disse e outorgou. Fiz ao outorgante, em voz alta e na sua presença, a leitura e a explicação do conteúdo deste instrumento.

O Outorgante, Assinatura Ilegível
A Assistente Técnico, Assinatura Ilegível

Público, 18/07/2019 - 1.º Pub.

Iceland Liechtenstein Norway grants

REPUBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Secretaria-Geral

AVISO DE CONCURSO: Projetos para o desenvolvimento de standards no Setor da Construção que promovam a Economia Circular

No âmbito dos EEA Grants 2014-2021, a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, na qualidade de Doadores, financiam em 15 Estados-Membros da União Europeia, iniciativas e projetos que pretendem reduzir as disparidades sociais e económicas, reforçando as relações bilaterais com os estados beneficiários.

A Secretaria-Geral do Ambiente e da Transição Energética (SGMATE) foi designada Operadora do Programa Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono (Programa Ambiente), sendo o seu Parceiro de Programa, a Innovation Norway (IN).

Através deste Programa serão financiados projetos inovadores e estruturantes para o País nas áreas do Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono, elegendo o sector da construção como um dos sectores a privilegiar neste programa, em linha com o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC).

O Aviso tem uma dotação total de 1.000.000 euros e a duração dos projetos e a duração dos projetos deverá ser de 12 meses.

As candidaturas devem ser submetidas usando o formulário eletrónico de candidatura e anexos no sítio web dos EEA Grants <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/programas/ambiente/>

O período para apresentação de candidaturas decorrerá entre o dia 18 de julho até às 12:00 (GMT) do dia 31 de outubro de 2019.

REPUBLICA PORTUGUESA
GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE

40 ANOS

SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

SNS+ PROXIMIDADE

CENTRO HOSPITALAR

AVISO

Assistente Operacional-Áreas Não Assistenciais/ Recrutamento (extrato)

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 10 de julho de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis, a contar da data de publicação do presente extrato, o procedimento concursal com vista à constituição de reserva de recrutamento de Assistente Operacional - áreas não assistenciais, designadamente para o Serviço de Instalações e Equipamentos e Armazém do Serviço de Aproximação e Logística. Trata-se de recrutamento para celebração de Contrato Individual de Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro). Os requisitos, gerais e especiais e o perfil de competências exigido, a composição do júri, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal em apreço, constam da publicação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica do Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE, in www.chpvc.pt

O Presidente do Conselho de Administração
Dr. José Gaspar Pinto de Andrade Pais

EMPREGO

PESQUISE EMPREGO AQUI

INSCREVA-SE EM EMPREGO.PUBLICO.PT

P EM PARCERIA COM **trabalhando.pt**

Iceland Liechtenstein Norway grants

REPUBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Secretaria-Geral

AVISO DE CONCURSO: Projetos para a promoção da Economia Circular no Setor da Construção

No âmbito dos EEA Grants 2014-2021, a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, na qualidade de Doadores, financiam em 15 Estados-Membros da União Europeia, iniciativas e projetos que pretendem reduzir as disparidades sociais e económicas, reforçando as relações bilaterais com os estados beneficiários.

A Secretaria-Geral do Ambiente e da Transição Energética (SGMATE) foi designada Operadora do Programa Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono (Programa Ambiente), sendo o seu Parceiro de Programa, a Innovation Norway (IN).

Através deste Programa serão financiados projetos inovadores e estruturantes para o País nas áreas do Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono, elegendo o sector da construção como um dos sectores a privilegiar neste programa, em linha com o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC).

O Aviso tem uma dotação total de 3.500.000 euros e a duração dos projetos deverá ser entre 12 a 24 meses.

As candidaturas devem ser submetidas usando o formulário eletrónico de candidatura e anexos no sítio web dos EEA Grants <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/programas/ambiente/>

O período para apresentação de candidaturas decorrerá entre o dia 18 de julho até às 12:00 (GMT) do dia 31 de outubro de 2019.

Iceland Liechtenstein Norway grants

REPUBLICA PORTUGUESA
AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Secretaria-Geral

AVISO DE CONCURSO: Projetos para a prevenção e sensibilização do lixo marinho

No âmbito dos EEA Grants 2014-2021, a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, na qualidade de Doadores, financiam em 15 Estados-Membros da União Europeia, iniciativas e projetos que pretendem reduzir as disparidades sociais e económicas, reforçando as relações bilaterais com os estados beneficiários.

A Secretaria-Geral do Ambiente e da Transição Energética (SGMATE) foi designada Operadora do Programa Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono (Programa Ambiente), sendo o seu Parceiro de Programa, a Innovation Norway (IN).

Através deste Programa serão financiados projetos inovadores e estruturantes para o País nas áreas do Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono, elegendo a redução de plásticos nos oceanos e a promoção da sensibilização para os desafios relativos aos plásticos nos oceanos como atividades a privilegiar neste programa. Serão apoiadas iniciativas com vista à prevenção de produção de Lixo Marinho, particularmente no caso dos plásticos, em sinergia com o programa EEA Grants 'Crescimento Azul'.

O Aviso tem uma dotação total de 1.000.000 euros e a duração dos projetos deverá ser entre 12 a 24 meses.

As candidaturas devem ser submetidas usando o formulário eletrónico de candidatura e anexos no sítio web dos EEA Grants <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/programas/ambiente/>

O período para apresentação de candidaturas decorrerá entre o dia 18 de julho até às 12:00 (GMT) do dia 31 de outubro de 2019.

alzheimer

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país. Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade. Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamento.

Contactos: Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 608 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org • Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00 • Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org • Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 / 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org • Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Rual Testa Fortunado n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org • Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E. 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org • Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org • Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveira Nova, 3810 Aveiro - Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimerportugal.org



COMUNICADO

Beneficiação do Pavimento A2/A6/A13 – Vendas Novas (A6)

Durante os meses de julho de 2019 a fevereiro de 2020

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que irá efetuar obras de beneficiação do pavimento, no Sublanço A2/A6/A13 – Vendas Novas, da A6 – Auto-estrada Marateca-Caia. Os trabalhos ocorrerão durante sete meses. De forma a minimizar os incómodos para os automobilistas que ali circulam, os trabalhos com maior impacto na circulação irão decorrer, em período noturno, entre as 22h e as 6h da manhã.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma auto-estrada melhor adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.viaverde.pt.

www.brisaconcessao.pt

Melhoramos a pensar em si

Serra D'El Rei



Dr. MANUEL AUGUSTO CÂNCIO DA GAMA LEAL

MISSA DE 7º DIA

A família participa o seu falecimento no passado dia 14. As Missas de 7º Dia serão rezadas na sexta feira, dia 19 às 18:00 horas na Igreja de Serra D'El Rei (Peniche) e sábado, dia 20 às 19:00 horas na Basílica da Estrela em Lisboa.

Agência Funerária Barata
Servilusa - Número Verde Grátis 800 204 222
Funerária Serra das Minas - Telf. 216006994/969442880
Serviço Funerário Permanente 24 Horas

**REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**
Consulado-Geral do Brasil em Lisboa
EDITAL DE CASAMENTO
Doralice Lincoln, Vice-Cônsul do Brasil em Lisboa, usando das atribuições que lhe confere o art.º 18 da Lei de Introdução ao Código Civil, faz saber que pretendem casar Douglas Werneck Bagio natural de Curitiba, Paraná, Brasil nascido a 01/09/1994, residente e domiciliado na Rua Martins Sarmento, n.º 20 - 1.º DLº, Lisboa, Portugal, Código Postal: 1170-230, nesta jurisdição consular, filho de Eliana Werneck Bagio e Juliana de Oliveira natural de Curitiba, Paraná, Brasil nascida a 20/02/1993, residente e domiciliada na Rua Martins Sarmento, n.º 20 - 1.º DLº, Lisboa, Portugal, Código Postal: 1170-230, nesta jurisdição consular, filha de Julieta de Oliveira.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art.º 1.525 do Código Civil.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavrado o presente para ser afixado em lugar visível da Chancelaria deste Consulado-Geral.
Vera Lúcia Espírito Santo Cardoso
Oficial de Registro Civil "ad-hoc"



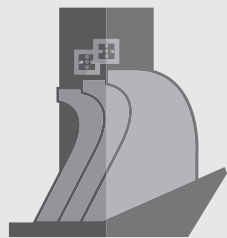
BENTO JOSÉ GOMES FERREIRA MURTEIRA

A família informa que a Missa do ano será realizada no próximo dia 19 de Julho, na Igreja de Santo António do Estoril, pelas 19.00h.

Agradecemos a todos que puderem participar.



OFEREÇA
HISTÓRIA



MAIS INFORMAÇÕES: loja.publico.pt | 210 111 010



11 motivos para celebrar o Verão



Esta semana apresentamos um vinho de cor rosa intenso, com um aroma de frutos do bosque aliado a notas de violeta e rosmaninho. Na boca é fresco, longo e muito mineral. Descubra, semana após semanas, os 11 motivos para brindar ao Verão e compartilhar com a família e amigos o bom sabor da vida.

Características:

Acompanha bem com:

saladas, frutos do mar, peixes variados e massas

Castas:

100% Touriga Nacional

Sugestão para servir:

servir à temperatura de 10º a 12ºC

11€
SÁBADO,
20 JULHO
COM O PÚBLICO
P

JK Elpenor Rosé 2016 • Dão • 11€ • 20 JUL

Casa de Compostela Alvarinho • Vinhos Verdes • 12€ • 27 JUL

Crasto Rosé 2018 • Douro • 9,90€ • 03 AGO

Herdade São Miguel Rosé 2018 • Alentejo • 5€ • 10 AGO

Dez Tostões branco 2018 • Alentejo • 8€ • 17 AGO

Cabo da Roca Syrah Tinto 2016 • Lisboa • 7,99€ • 24 AGO

Fagote Reserva Branco 2018 • Douro • 7,90€ • 31 AGO

Ceirós Reserva Tinto 1996 • Douro • 12€ • 07 SET

Cabo da Roca Arinto Bucelas 2017 • Lisboa • 7,99€ • 14 SET

Casa de Compostela Sauvignon Blanc • Vinhos Verdes • 12€ • 21 SET

Branco da Gaiçosa 2018 • Douro • 9,90€ • 28 SET

Colecção de 11 vinhos. PVP unit.: variável. Preço total da colecção: 103,68€. Periodicidade semanal ao sábado. De 20 de Julho a 28 de Setembro de 2019. Limitado ao stock existente. É proibida a venda de álcool a menores de 16 anos. Seja responsável, beba com moderação

loja P
loja.publico.pt

Loucura de verão

Stannah

Stannah Siena

- A AVALIAÇÃO DAS SUAS ESCADAS É GRATUITA!
- INSTALAÇÃO EM 1 DIA!*
- 3 ANOS DE GARANTIA

Subir e descer as escadas nunca custou tão pouco!



*Previsão baseada numa instalação em condições normais



ELEVADORES DE ESCADAS

Vença as escadas! Suba e desça em segurança!

Práticos, seguros e muito confortáveis: assim são os elevadores de escadas Stannah. A pista aplica-se nos degraus ou na parede e a cadeira transporta-o entre os andares da sua casa, sejam umas escadas curvas ou retas, no interior ou no exterior. A cor dos estofos fica à sua escolha para combinar perfeitamente com a sua decoração. Utilize as escadas em casa, sem dores, nem risco de cair.

ESTA SEMANA!

COM DESCONTO
ATÉ **1000€**

EM TODOS OS ELEVADORES DE ESCADAS STANNAH



Ligue já para tel:

808 918 388

Custo de chamada local

NOVO CATÁLOGO 2019
Solicite o seu! Envio gratuito.



Campanhas válidas até 19 de julho de 2019 sem efeitos retroativos. Não são acumuláveis com outras campanhas ou descontos em vigor.

CINEMA

Sniper Americano Hollywood, 21h30

Com realização de Clint Eastwood, um filme sobre valentia e coragem que adapta a obra autobiográfica em que Chris Kyle descreve a formação e treino dos SEAL, assim como as batalhas no terreno. Nascido e criado no Texas, Chris Kyle (Bradley Cooper) aprendeu a usar as armas com o pai, um caçador experiente. Antes de se alistar na Marinha, era já um atirador experiente. Após os atentados do 11 de Setembro, foi lançado nas linhas da frente contra o terrorismo, onde, como comandante naval de Operações Especiais da Marinha dos Estados Unidos (SEAL), demonstrou capacidades fora de série como atirador furtivo, com registos extraordinários, mesmo debaixo de fogo. Entre 1999 e 2009, Kyle obteve o maior número de baixas como atirador da história militar norte-americana, o que lhe valeu o cognome de *A Lenda*. Porém, na sua vida privada, enfrentava uma luta tão ou mais difícil: ao mesmo tempo que se esforçava por ser um bom pai e marido, via-se incapaz de deixar as batalhas para lá “das linhas do inimigo”. Chris Kyle morreu em Fevereiro de 2013, assassinado por um veterano de guerra, num campo de tiro, no Texas.

Um Ritmo Perfeito 3 TVC1, 21h30

Desde que terminaram a universidade que as Barden Bellas, vencedoras do concurso de canto *a capella*, não fazem nenhuma aparição pública. Agora, cada uma das raparigas tenta encontrar o seu lugar no mundo, esforçando-se por sobreviver com o pouco que ganha com os seus empregos medíocres. É então que, depois de uma noite de copos, decidem inscrever-se no *USO Tour*, uma *tournee* de concertos cuja finalidade é animar as tropas norte-americanas instaladas por toda a Europa. Mas o maior problema para as Bella será competir com grupos que, para além da sua inegável qualidade, não se restringem de fazer batota. Uma comédia musical de Trish Sie.

DOCUMENTÁRIOS

Gatos Contra Cães: Qual é o Melhor? Odisseia, 19h02

Quando alguém diz que gosta de gatos, há sempre uma voz que se ergue a afirmar que prefere cães.



Televisão

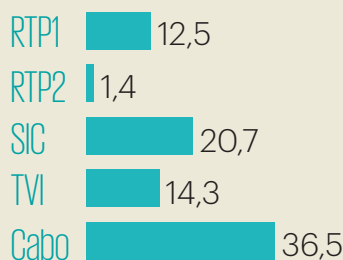
lazer@publico.pt

Os mais vistos da TV

Terça-Feira, 16 de Julho

		%	Aud.	Share
Golpe de Sorte II	SIC	12,2	24,8	
Amar Depois de Amar	TVI	9,5	19,4	
Jornal da Noite	SIC	9,4	21,3	
Alma e Coração	SIC	8,7	22,7	
Quem Quer Namorar...	SIC	8,7	24,7	

FONTE: CAEM



RTP 1

6.30 Bom Dia Portugal **10.00** Férias Cá Dentro: Foz do Arelho **13.00** Jornal da Tarde **14.10** Ciclismo: Volta a França 2019 **16.44** Portugueses pelo Mundo: Construção e Projectos **17.30** Portugal em Directo **18.46** Fatura da Sorte **18.55** O Preço Certo **19.54** Direito de Antena **19.59** Telejornal **21.00** Linha da Frente: Corrida Contra o Tempo **21.50** Joker **22.47** Cosido à Mão **0.25** Eléctrico: X-Wife e Parkinsons **1.35** Fronteiras XXI: Porque é Que Somos o Que Comemos? **3.11** De Lisboa a Helsínquia **3.29** Europa Minha **3.49** Ciclismo: Volta a França 2019 - Resumos **4.19** Água de Mar

RTP 2

7.00 Espaço Zig Zag **12.09** Sangue de Lobo **12.36** Ruas com História e Memória: Coimbra **13.05** O Mundo de Paolo Sorrentino **14.00** Folha de Sala **14.06** Inesquecíveis Viagens de Comboio: Suíça **15.00** A Fé dos Homens **15.32** Portugal Culto e Oculto: Os Templários **16.01** Momentos de Encantamento: Lorraine, França **16.54** Espaço Zig Zag **20.59** Sangue de Lobo **21.30** Jornal 2 **22.04** Folha de Sala **22.13** Madiba **23.00** Resistência: Os Castelos Franceses **23.56** Mil Palavras Não Fazem Uma Árvore **0.45** Eurodeputados **1.16** Agência Clandestina **2.11** Universidade Aberta **2.31** Euronews

SIC

6.00 Edição da Manhã **9.15** Alô Portugal **10.15** O Programa da Cristina **13.00** Primeiro Jornal **15.00** Amor Maior **16.15** Júlia - Emoções Fortes **18.15** Avenida Brasil **19.10** Quem Quer Namorar com o Agricultor? **19.57** Jornal da Noite **21.45** Golpe de Sorte **22.35** Alma e Coração **23.55** A Dona do Pedaço **0.35** Passadeira Vermelha **2.00** Cartaz Cultural **2.50** Volante **3.05** Investigação Criminal: Los Angeles

TVI

6.30 Diário da Manhã **10.14** Você na TV! **13.30** Jornal da Uma **14.42** Belmonte **16.15** A Tarde é Sua **18.45** O Chef é Você **19.57** Jornal das 8 **21.50** Amar depois de Amar **23.00** Prisioneira **0.00** Like Me - Diários **1.00** Autores - Aureliano de Aguiar **2.22** Meu Amor **3.23** Remédio Santo **4.17** Saber Amar

TVC1

12.00 Arranha-Céus (2018) **13.45** O Mistério da Casa do Relógio **15.35** Só Para Bravos **17.50** A Forma da Água **19.55** Querido Ditador **21.30** Um Ritmo Perfeito 3 **23.05** A Vida de um Génio **0.55** António e Catarina **1.40** O Instituto Rosewood **3.15** Vazante

FOX MOVIES

10.23 O Último Apache **11.46** Homens de Gelo **13.14** Arma Mortífera 3 **15.06** Cabine Telefónica **16.18** Victor Frankenstein **17.57** Assalto Infernal **19.38** Polícias em Grandes Apuros **21.15** Arma Mortífera 4 **23.17** Mad Max 3: Além da Cúpula do Trovão **0.54** Desaparecido em Combate **2.31** Mad Max 2 - O Guerreiro da Estrada **4.00** Força Delta

CANAL HOLLYWOOD

10.00 Filomena **11.40** As Vantagens de Ser Invisível **13.25** Não há Família Pior! **15.10** Os Instrumentos Mortais: Cidade dos Ossos **17.15** A Rede Social **19.20** Laços de Sangue (2013) **21.30** Sniper Americano **23.40** Killer Joe **1.25** Primitivo **3.00** Os Segredos da Minha Família **4.20** Fuga

AXN

13.23 Arma Mortífera **15.44** Homem-Aranha 2 **17.55** Arma Mortífera **20.25** Mentos Criminosas **22.05** Candice Renoir **23.05** Riddick - A Ascensão **1.10** A Cidade **3.20** Candice Renoir **4.14** Exterminador Implacável - A Salvação **5.57** The Blacklist

AXN BLACK

14.15 Melhor é Impossível **16.32** Resident Evil: Retaliação **18.02** O Caloiro da Droga **19.45** Encomenda Armadilhada **21.14** Shoot 'Em Up - Atirar a Matar **22.41** Loucos em Alabama **0.32** Anónimo **2.39** O Feitiço do Tempo **4.21** O Patriota

AXN WHITE

13.30 O Mentalista **14.15** Eddie **15.55** Sommersby, o Regresso de um Estranho **17.58** O Mentalista **19.28** A Teoria do Big Bang **21.24** Timeless **22.10** Que Se Lixem as Notícias **0.05** Kiss & Kill - Beijos & Balas **1.42** Timeless **3.12** Descobrindo Nina

FOX

11.22 Chicago P.D. **12.52** C.S.I. Miami **14.20** Investigação Criminal: Los Angeles **15.51** Hawai Força Especial **17.21** C.S.I. Miami **18.52** Investigação Criminal: Los Angeles **20.32** Hawai Força Especial **22.15** Investigação Criminal: Los Angeles **23.56** Hawai Força Especial **1.37** C.S.I. Miami **4.34** Investigação Criminal: Los Angeles

FOX LIFE

13.01 Anatomia de Grey **13.47** New Amsterdam **14.33** No One Would Tell **16.05** O Pacto da Cinderela **17.39** My Husband's Secret Wife **19.11** Lei & Ordem: Unidade Especial **20.49** Anatomia de Grey **21.42** New Amsterdam **22.30** Rainha do Sul **23.24** Vis a Vis **0.28** His Perfect Obsession **2.00** Star **3.30** Anatomia de Grey **4.12** New Amsterdam **4.55** Lei & Ordem: Unidade Especial

DISNEY

15.23 Star Contra as Forças do Mal **16.11** Bizaardvark **16.59** A Raven Voltou **17.46** Coop & Cami **18.09** Patoaventuras **18.35** Rua Dálmatas 101 **18.58** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **19.20** Os Green na Cidade Grande **19.44** Gravity Falls **20.30** A Irmã do Meio

DISCOVERY

17.30 A Minha Família Vive no Alasca **19.15** Tesla, o Génio **21.00** Texas Metal **22.55** Jóias Sobre Rodas **0.40** Texas Metal **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** Já Estavas Avisado! **4.30** Negócio Fechado **5.00** Leilões Sem Limites

HISTÓRIA

17.21 Forjado no Fogo **0.20** Jogos de Impérios **2.49** Top 10 da Antiguidade **5.00** Os Ficheiros de Tesla

ODISSEIA

17.19 Cuba, Paraíso em Risco **18.11** Titãs das Profundezas **19.02** Gatos Contra Cães: Qual é o Melhor? **20.02** Resgate na Praia **20.46** Power **21.37** Engenharia Letal **22.30** Power **23.21** Aviões SOS Viral **0.09** Engenharia Letal **1.02** Power **1.53** Aviões SOS Viral **2.41** Engenharia Letal **3.35** Aviões SOS Viral **4.22** Resgate na Praia **5.07** Mr. Tachyon

Afinal, qual deles é o melhor para ter como animal de estimação? Neste episódio, revela-se qual das duas espécies é mais fácil de treinar, como interagir com cada uma delas, qual a mais benéfica para evitar o stress e qual a mais independente.

Resistência: Os Castelos Franceses RTP2, 23h

Durante a Segunda Guerra Mundial, o património francês correu o risco de desaparecer: quer pela ofensiva beligerante, quer pela ânsia de Hermann Goering, um apaixonado coleccionador de arte, que organizou uma extensa pilhagem de obras de arte para enriquecer a sua colecção privada. O certo é que a maioria sobreviveu graças a mulheres e homens que, envolvidos numa rede clandestina, resistiram e organizar-se para salvar a preciosa herança.

INFORMAÇÃO

Linha da Frente: Corrida Contra o Tempo RTP1, 21h

Pela primeira vez desde que assumiu o mandato, o secretário-geral da ONU fala abertamente dos principais conflitos globais. António Guterres, o homem que desempenha a função diplomática mais importante do mundo, diz que a luta contra as alterações climáticas é a batalha das nossas vidas e assume que a crise financeira está a colocar em risco algumas missões de paz no mundo.

Fronteiras XXI: Porque é Que Somos o Que Comemos? RTP1, 1h35

Cada vez perdemos menos tempo na cozinha e menos tempo com as refeições. O problema, defendem os médicos, é que a má alimentação está na origem de muitos dos problemas dos portugueses. E, para complicar as escolhas alimentares, vivemos numa era de desinformação que leva algumas pessoas a recorrerem a dietas publicitadas como sendo boas para a sua longevidade, que, na realidade, podem causar complicações médicas sérias. Como fazer as melhores escolhas é o tema em debate com a professora e especialista em nutrição e metabolismo Conceição Calhau e a neurocientista Ana Domingos. A moderação está a cargo da jornalista Ana Lourenço.

Classe de Fábio Vieira deixa Portugal a um ponto das “meias”

Após uma vitória clara contra a Itália na estreia do Europeu de sub-19, os jovens portugueses conseguiram um ponto valioso com a Espanha. No sábado, um empate garante a qualificação à equipa de Filipe Ramos

Portugal 1
Fábio Vieira 49'

Espanha 1
Juan Miranda 41'

Banants Stadium, na Arménia

Assistência não-disponível

Portugal Celton Biai, Gonçalo Loureiro, Gonçalo Cardoso, Tiago Lopes (Costinha, 65'), Diogo Capitão, João Mário (António Gomes, 83'), Vítor Ferreira (Samuel Costa, 76'), Fábio Vieira 73', Félix Correia 43', Tomás Tavares, Tiago Rodrigues (Tiago Gouveia, 65'). **Treinador** Filipe Ramos

Espanha Tenas, Ricard Sánchez, Eric García, Guillaumon, Miranda, Blanco, Moha (Mollejo, 84'), Torres, Sergio Gómez (Berrenetxea, 80'), Bryan Gil (Sanz, 85'), Abel Ruiz (Marqués, 90'). **Treinador** Santi Denia

Árbitro Anastasios Papapetrou (Grécia)



Futebol David Andrade

A Espanha teve mais bola e criou mais perigo durante quase toda a partida, mas um excelente gol de Fábio Vieira no início da segunda parte garantiu ontem um importante ponto a Portugal na segunda jornada do Grupo A do Campeonato da Europa de sub-19. Com o empate (1-1) frente aos espanhóis em Erevan, capital da Arménia, Portugal tem praticamente garantida a presença nas meias-finais da competição pelo terceiro ano consecutivo. No outro jogo do grupo, a Itália, que tinha sido batida pelos portugueses na partida de estreia (3-0), goleou a selecção anfitriã, por 4-0, e vai discutir com Portugal e a Espanha, no sábado, o apuramento para as meias-finais da competição.

Na véspera do segundo embate no Europeu de sub-19, o seleccionador português Filipe Ramos tinha definido a Espanha como uma “equipa que gosta de ter muito a bola com paciência” e alertou que seria preciso retirar a bola dos pés espanhóis

Portugal chegou ao intervalo a perder, mas um livre bem marcado pelo médio Fábio Vieira deu o empate nos primeiros minutos da segunda parte

CLASSIFICAÇÃO

GRUPO A

Jornada 2						
Portugal-Espanha						1-1
Arménia-Itália						0-4
	J	V	E	D	G	P
Espanha	2	1	1	0	5-2	4
Portugal	2	1	1	0	4-1	4
Itália	2	1	0	1	4-3	3
Arménia	2	0	0	2	1-8	0

Última jornada (sábado, às 18h00)
Portugal-Arménia e Espanha-Itália

para que o rival não fizesse “um jogo eficaz”. Para isso, o antigo médio, que fez grande parte da carreira de jogador no Sporting, realizou uma alteração em relação ao primeiro jogo: Gonçalo Ramos foi substituído por Tiago Rodrigues.

O início de jogo, no entanto, não correu de feição para os planos de Filipe Ramos. Como gostam, os espanhóis rapidamente assumiram o controlo e, sem que Portugal conseguisse retirar a bola ao rival, o perigo começou a rondar com assiduidade a baliza de Celton Biai.

Aos 13', o ponta-de-lança do Barcelona Abel Ruiz foi o primeiro a estar perto do golo; em cima da meia hora os espanhóis reclamaram grande penalidade por mão de Tiago Lopes; aos 41', após Ruiz acertar no poste, outro jogador formado em La

Masia (Juan Miranda), o centro de formação do Barcelona, aproveitou a recarga para colocar a bola no fundo da baliza portuguesa.

Ao intervalo, nenhum dos treinadores mexeu nos “onzes”, mas a vantagem espanhola acabou por durar muito pouco. Com apenas quatro minutos da segunda parte, Fábio Vieira foi derrubado à entrada da área e o médio do FC Porto encarregou-se da marcação do livre, colocando a bola em arco por cima da barreira e no canto da baliza de Arnau Tenas.

O empate agradava mais a Portugal, que na última jornada terá um jogo teoricamente mais acessível contra a Arménia, e os espanhóis voltaram a assumir o controlo. Todavia, com o avançar da partida a equipa treinada por Santi Denia foi per-

dendo fulgor e nos últimos dez minutos foram os portugueses que estiveram mais perto de garantir os três pontos.

Com o empate entre portugueses e espanhóis, e o triunfo da Itália contra a Arménia, no sábado a selecção nacional de sub-19 precisa apenas de empatar contra os arménios para garantir pelo terceiro ano consecutivo a presença nas meias-finais da competição.

Há um ano, Portugal sagrou-se pela primeira vez campeão europeu de sub-19 após derrotar em Seinajoki, na Finlândia, a Itália por 4-3, numa equipa em que se destacavam jogadores como Florentino, Domingos Quina, Francisco Trincão ou Jota.

dandrade@publico.pt

DESPORTO

Portugal quer acusar Rui Pinto por novos factos

Justiça

Ministério Público pretende investigar factos e indícios apurados na investigação que não constam no mandado original

O Ministério Público (MP) pediu à Hungria o alargamento do mandado de detenção europeu de Rui Pinto para assim poder acusar o colaborador do *Football Leaks* por novos factos apurados na investigação relacionada com a Doyen e o Sporting, confirmou o ontem a Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em prisão preventiva desde 22 de Março, Rui Pinto, de 30 anos, foi detido em Janeiro na Hungria e entregue às autoridades portuguesas, com base num mandado que apenas abrange os acessos ilegais aos sistemas informáticos do Sporting e do fundo de investimento Doyen Sports, estando indiciado pela prática de quatro crimes: acesso ilegítimo, violação de segredo, ofensa à pessoa colectiva e extorsão na forma tentada.

Como o arguido nunca renunciou ao princípio da especialidade, para que a justiça portuguesa possa vir a acusar e a julgar Rui Pinto por outros factos e crimes, o MP teve de pedir a extensão do mandado às autoridades húngaras, com base em novos factos e indícios entretanto apurados no decorrer da investigação – que não constam no mandado original.

Entre estes factos, estão acessos ao correio electrónico de “largas dezenas de ofendidos”, nomeadamente, magistrados do MP, elementos da Administração Interna, PSP, escritórios de advogados, FIFA, FC Porto, Nacional e da confederação sul-americana de futebol (Conmebol).

Este é o principal argumento do despacho do MP, a que a agência Lusa teve acesso, a pedir ao juiz de instrução criminal que declarasse a especial complexidade do processo, o que daria mais seis meses à investigação e, conseqüentemente, poderia manter em prisão preventiva Rui Pinto, pelo menos, até 22 de Março de 2020 – pretensão negada, fazendo com que o MP tenha de deduzir acusação contra Rui Pinto pelos factos relacionados com a Doyen e o Sporting até 22 de Setembro ou Rui Pinto terá de ser posto em liberdade.



Ryan Gauld (à esquerda) num dos poucos jogos que fez com a principal equipa do Sporting

Ryan Gauld ainda vai a tempo de valer ouro?

Futebol Marco Vaza

Cinco anos depois de ter chegado a Portugal, o escocês desvinculou-se do Sporting e vai prosseguir a carreira no Farense

No futebol mundial, já é quase impossível um talento jovem passar despercebido. O “scouting” já está demasiado desenvolvido para que tal aconteça. E, por isso, a estreia de Ryan Gauld, aos 16 anos e quatro meses, na primeira equipa do Dundee United, equipa da Premier League escocesa, colocou-o no radar. O seu desenvolvimento passaria a ser monitorizado. Pelo seu físico (baixo e franzino) e pela sua habilidade com o pé esquerdo, chamaram-lhe o “Mini-Messi escocês”, uma alcunha excessiva a colocar a expectativa em patamares impossíveis.

Em 2014, o Sporting chegou-se à frente com 3,5 milhões de euros e Gauld, que supostamente tinha equipas como o Manchester United interessadas, escolheu o Sporting. Cinco anos depois, aquele a quem chamaram “Messi” desvinculou-se do Sporting e vai dar continuidade à sua carreira noutra equipa: o Sporting Clube Farense.

Ryan Gauld ainda só tem 23 anos, mas já tem meia década no futebol português. Garantem fontes próximas do jogador que, na cabeça do escocês, não há qualquer arrependimento na mudança da Escócia para Portugal. “Não, de todo. Ele adora Portugal, o futebol e o estilo de vida”, diz uma pessoa que o conhece bem. E “está feliz” com a perspectiva de ir jogar para a II Divisão portuguesa, agora sem qualquer vínculo ao clube que foi a sua porta de entrada em Portugal. Gauld, na verdade, só precisa de continuidade e de minutos, algo que nunca teve em grandes quantidades nos últimos cinco anos.

O Sporting apresentou-o como uma aposta de futuro a 2 de Julho de 2014. Tirou a fotografia habitual com o então presidente Bruno de Carvalho entre imagens de Luís Figo e Cristiano Ronaldo, e era neste ambiente onde cresceram dois futuros Bolas de Ouro que o jovem escocês queria aprender. Os 3,5 milhões que o Sporting pagou faziam dele, à altura, a contratação mais cara na gestão de Bruno de Carvalho, um investimento que podia até dar rendimento imediato no plantel principal às ordens de Marco Silva, mas iria, sobretudo, cumprir uma fase de adaptação na equipa B – havia muitos projectos destes no Sporting que também acabariam por fracassar, como o francês Naby Sarr, o egípcio Ramy Rabia ou o búlgaro Slavchev.

Fez a pré-época com Marco Silva, mas andou, sobretudo, na formação secundária. Teve uma utilização episódica na equipa principal, que teve o seu ponto alto num jogo da Taça da Liga frente ao Belenenses, no Restelo. O escocês marcou dois golos em 19 minutos num jogo em que os “leões” acabariam por perder (3-2) – fez um total de cinco jogos na equipa principal, dois como suplente utilizado no campeonato, três como titular na Taça da Liga. Esta foi a única época em que jogou na equipa principal do Sporting.

Nas três seguintes, Jorge Jesus nunca contou com ele. Em 2015-16, andou pela equipa B, em 2016-17 passou a primeira parte da época emprestado ao Vitória de Setúbal (onde chegou a ter algum protagonismo), regressando de urgência, depois de um desentendimento entre os dois clubes. Na época seguinte, rumou ao Desportivo das Aves e, na época passada, foi duas vezes cedido, primeiro ao Farense, depois ao Hibernians, de Edimburgo. Parecia que Ryan iria finalmente ter continuidade, mas lesionou-se e acabou por jogar pouco. É de estabilidade que Ryan Gauld vai à procura no Sporting algarvio, que lhe definiu a cláusula de rescisão mais alta da história do clube – quatro milhões de euros.

mvaza@publico.pt



Breves

Futebol

Atlético de Madrid contrata Kieran Trippier ao Tottenham

O futebolista inglês Kieran Trippier vai representar o Atlético de Madrid, da I Liga espanhola, nas próximas três temporadas, após ter actuado no Tottenham nos últimos quatro anos, anunciaram ontem os dois clubes. Aos 28 anos, o internacional inglês vai jogar fora de Inglaterra pela primeira vez na sua carreira, tornando-se no sétimo reforço para a equipa orientada pelo argentino Diego Simeone, depois das chegadas de Marcos Llorente, Héctor Herrera, Felipe, João Félix, Renan Lodi e Saponjic. De acordo com imprensa espanhola, Trippier ingressa nos “colchoneritos” por um valor a rondar os 20 milhões de euros.

Xadrez

Favoritos apurados para as meias-finais do Grand Prix de Riga

Nos encontros da segunda eliminatória do Grand Prix que se está a realizar em Riga, capital lituana, os jogadores mais cotados prosseguiram para a meia-final da competição. Seguiram em frente o francês Maxime Vachier-Lagrave, o azerbaijano Shakhriyar Mamediarov e o russo Alexander Grischuk. O encontro mais equilibrado foi o que opôs o norte-americano Wesley So ao russo Serguei Karjakin, que, depois de seis empates consecutivos, apenas se decidiria nas partidas-relâmpago (cinco minutos com três segundos de acréscimo por movimento efectuado), com So a vencer a sétima partida e empatando a oitava. Nas meias-finais defrontam-se Mamediarov-So e Lagrave-Grischuk.

Mais um final ao *sprint*, mais um vencedor diferente

O pelotão do Tour chega hoje aos Pirenéus, terreno onde os candidatos ao triunfo em Paris terão que mostrar ao que vêm. Será o primeiro teste a sério ao camisola amarela Alaphilippe

Ciclismo
Jorge Miguel Matias

Seis sprints, seis vencedores diferentes, de cinco países distintos. É também esta diversidade que faz da Volta a França em bicicleta a melhor e mais seguida prova de ciclismo do mundo. Ontem, foi a vez do australiano Caleb Ewan (Lotto Soudal) juntar o seu nome aos dos holandeses Teunissen e Groenewegen, do italiano Viviani, do eslovaco Sagan e do belga Van Aert na lista de vencedores de etapas do Tour discutidas nos derradeiros metros.

Com uma ponta final cumprida a uma velocidade próxima dos 70km/h, Ewan demonstrou a razão por que tem a alcunha de “fogueto de bolso” no pelotão internacional. Com apenas 1,65m de estatura e 60kg de peso, o frágil *sprinter* quase passa pelo vento sem oferecer resistência. Um físico franzino que o ajuda a ganhar quando tudo se decide poucos metros antes da linha de meta. E, com a vitória de

ontem, Ewan passou a integrar o restrito lote de ciclistas que já venceram etapas nas três grandes Voltas: no Giro soma três (uma em 2017 e duas já este ano), uma na Vuelta (em 2015) e agora uma também no Tour. Num triunfo discutido ombro a ombro, Ewan impôs-se a Dylan Groenewegen, impedindo o homem da Jumbo-Visma de se tornar no primeiro a bisar nesta edição da Volta a França.

Apesar de mais um final ao *sprint*, a etapa de ontem do Tour teve um momento de inesperado *frisson* quando, a cerca de 30 quilómetros da meta, uma queda no interior do pelotão fez com que Nairo Quintana (Movistar) e Richie Porte (Trek-Segafredo), entre outros, fossem ao chão e perdessem momentaneamente o contacto com o grupo dos candidatos ao triunfo em Paris. Apesar do susto e do sangue visível no corpo do colombiano, foi o próprio Quintana a tranquilizar: “Não é nada. Um raspão apenas. Vi a queda acontecer à minha frente e tive tempo de travar um pouco antes de cair.” E, quer Quintana, quer Porte foram capazes de se recolocar ao pelotão.

No topo da classificação, a etapa de ontem não trouxe alterações, com o francês Julian Alaphilippe (Deceuninck-QuickStep) a manter a posse da camisola amarela e a mesma vantagem sobre o britânico Geraint Thomas e o colombiano Egan Bernal, ambos da INEOS.

Mas hoje as coisas podem começar a alterar-se. A 12.ª etapa, que se corre entre Toulouse e Bagnères-de-Bigorre, num percurso de 209,5 quilómetros, terá três contagens de montanha, duas de primeira categoria já na segunda metade da tirada – o Peyresurd e o Hourquette d’Ancizan –, numa aproximação aos Pirenéus. E Bernal já deixou o seu aviso: “Chega a montanha e chega o meu terreno. Sentimo-nos aliviados por termos ultrapassado estas primeiras etapas sem problemas.”

jmatias@publico.pt



A luta ombro a ombro entre Caleb Ewan e Dylan Groenewegen pela vitória ao *sprint* na 11.ª etapa do Tour

Histórias do Tour A loucura do amigo dos animais

Diogo Cardoso Oliveira

Niccolò Bonifazio, em estreia no Tour, é um ciclista que balança entre a filantropia animal e a loucura na bicicleta. E até junta as duas coisas.

Em Maio, durante um treino, ouviu um som a vir da berma da estrada e, entre arbustos, lá estava um pequeno gato. Bonifazio pegou no animal, aninhou-o nos braços e levou-o, de bicicleta, confirmando, mais tarde, que adoptou o pequeno *Bissous*.

Mas a paixão animal, salvando a vida de um gato, contrasta com a loucura desportiva, na qual arrisca a própria vida.

Já neste ano, na Milan-Sanremo, Bonifazio fê-lo utilizando a lógica de “jogar em casa”. Tendo crescido a menos de dez quilómetros da famosa descida de Cipressa, o ciclista da Direct Energie mostrou que conhece

cada curva daquele segmento de corrida e afastou-se do pelotão.

“Sempre sonhei atacar ali. Aquela zona era o meu ‘ginásio’ e o meu ‘escritório’. Rolava ali todos os dias”, justificou.

Bonifazio usou este conhecimento da estrada para arriscar bastante, adoptando posições e velocidades perigosas. Chegou, mesmo, a ultrapassar umas das motos da corrida e rolar a 85 km/h.

A vantagem ganha acabou por valer de pouco já que, com vento de frente, teve dificuldades em manter a diferença para um pelotão beneficiado pelas condições meteorológicas.

“Os meus amigos dizem que fiz um ‘Bonifazio’. Rolei a 85km/h e mal toquei nos travões – talvez duas ou três vezes. Em corrida, pouco precisamos deles”, explicou um homem com paixões restringidas.

“Adoro motos e foi nelas que

aprendi os truques de descida. Não posso andar de moto, por causa do meu contrato, mas, quando me retirar, vou andar bastante”.

Todo este entusiasmo e orgulho de Bonifazio, após a corrida, acabou por ser esfriado mais tarde.

“De cabeça fria, fiquei assustado pela forma como aquele ataque mexeu com as pessoas na Internet. Já houve pessoas a darem-se mal ao tentar imitar-me naquela descida. Relembro esses ‘génios’ para não arriscarem a própria vida sem motivo nenhum. Antes de tentarem bater um recorde de tempo, analisem os riscos dessas acções”, diz.

Esta foi uma aplicação prática e ciclística do clássico “faz o que eu digo e não o que eu faço”, por parte de um ciclista que, neste Tour, poderá tentar fazer a diferença em chegadas ao *sprint* e, tal como Matej Mohoric, nas descidas.

CLASSIFICAÇÃO

11.ª ETAPA (167 KM)

1. Caleb Ewan (Lotto Soudal)	3h51m26s
2. Dylan Groenewegen (Jumbo-Visma)	m.t.
3. Elia Viviani (Deceuninck)	m.t.
(...)	
99. Rui Costa (UAE Emirates)	a 2m15s
122. Nelson Oliveira (Movistar)	a 2m40s
113. José Gonçalves (Katusha)	3m57

GERAL

1. J Alaphilippe (Deceuninck)	47h18m41s
2. Geraint Thomas (Ineos)	a 1m12s
3. Egan Bernal (Ineos)	a 1m16s
(...)	
57. Rui Costa (UAE Emirates)	a 38m04s
94. Nelson Oliveira (Movistar)	a 1h06m51s
133. José Gonçalves (Katusha)	a 1h28m34s

BARTOON LUÍS AFONSO



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Gente que não sabe em que acreditar



João Miguel Tavares

Boa parte dos leitores do PÚBLICO acha que não existem culturas superiores a outras e ficou muito indignada com o meu texto de terça-feira. Muitos concluíram mesmo (longo bocejo) que eu era xenófobo e racista, apesar de ter dito claramente no artigo que “a superioridade cultural de uma dada sociedade não tem relação com a superioridade intelectual dos indivíduos que a compõem”, porque a diferença não está no QI de noruegueses e sudaneses, mas na qualidade das instituições na Noruega e no Sudão. Como agora o acesso aos meus artigos é pago, admito que muitas pessoas não tenham passado do primeiro parágrafo. Para os que passaram do primeiro parágrafo, e ainda assim se indignaram, proponho um pequeno teste de lógica, para verificar a força das suas convicções.

No meu artigo defini cultura

como “o conjunto de valores, leis, crenças ou costumes que caracteriza uma determinada sociedade”. Estabeleci diferenças culturais não só entre a Europa e a África, mas também entre os países europeus, porque Portugal não é com certeza igual à Alemanha. E ao utilizar a palavra “superior”, aquilo que fiz – um atrevimento, nos dias que correm – foi dizer: não sou relativista; considero que há hierarquias; nem todas as culturas se equivalem. Muita gente respondeu: nem pensar; isso é uma visão etnocêntrica; está a ignorar a riqueza de outras culturas, que considera inferiores.

Reparem: eu não estou a ignorar coisa alguma. Da mesma forma que George Harrison pediu a cítara a Ravi Shankar para embelezar a música dos Beatles, a diversidade cultural é uma enorme riqueza. Mas o facto de ser uma riqueza não significa que não possamos estabelecer hierarquias, porque, de facto, a literatura zulu é inferior à literatura britânica. (Já agora: a literatura portuguesa também é inferior à literatura britânica, e juízo que não quero com isso dizer que *Os Lusíadas* devam ser trocados pelo *Romeu e Julieta*.)



“Quando deixamos de ser capazes de hierarquizar práticas culturais para não ofendemos os outros, é porque estamos em vias de perder qualquer orientação ética e moral”

O caso agrava-se quando deixamos de falar de cultura no sentido estrito, e passamos a falar de cultura no sentido lato – ou seja, envolvendo instituições, sistemas políticos, direitos humanos. Neste caso, ver tanta gente defender que não há qualquer hierarquia de valores, crenças ou costumes entre culturas, não só é chocante, como demonstra bem a desorientação generalizada que vai por aí.

Proponho que verifiquemos a solidez dessa bela tese com o meu pequeno teste de lógica, a partir de um exemplo extremo – a

cultura fascista. Como sabem, o fascismo, como todos os sistemas totalitários, tinha leis e valores próprios e a ambição de intervir de cima a baixo no tecido social. Tinha uma arquitectura, um cinema, uma estética. Se todas as culturas se equivalem, caros leitores indignados, posso concluir que para vocês a cultura de extrema-direita é equivalente à cultura demoliberal? Que é apenas uma questão de gosto, de perspectiva e de etnocentrismo?

“Ah, não, isso é completamente diferente!”, ouço dizer. Talvez seja – mas só se a lógica for uma batata. Ouçam: eu sei que as intenções de quem me atacou são boazinhas. Recusam a expressão “culturas superiores” porque ela pode confundir-se com a ideia de que há pessoas superiores a outras. Caros leitores indignados: não sejam básicos. Não foi isso que disse, nem é nisso que acredito. Mas, de facto, convém acreditar nalguma coisa. Quando deixamos de ser capazes de hierarquizar práticas culturais para não ofendemos os outros, é porque estamos em vias de perder qualquer orientação ética e moral.

Jornalista
jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Totoloto 4 15 26 32 38 8 **1.º Prémio 4.500.000€**

P Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | 7910ADE6-D530-41C9-B9F3-1D449782CF8: Ângelo Paupério Vogais: Cláudia Azevedo, Cristina Soares E-mail publico@publico.pt Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 21011015; Dir. Editorial 21011006; Redacção 21011008; Publicidade 21011013/21011014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedrosa, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telef.: 214345400 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Agualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Junho 30.946 exemplares Membro da APCT



VISAPRESS
Direitos de Autor Protegidos

PUBLICIDADE

CONHEÇA NOVAS FORMAS DE TER ACESSO A TODOS OS CONTEÚDOS



aponte para aqui a câmara ou aplicação do seu telefone e carregue no link que aparece

OU CONTACTE-NOS

publico.pt/assinaturas | assinaturas@publico.pt
808 200 095 (DIAS ÚTEIS DAS 9H ÀS 18H)



Assine o Público e escolha um mundo melhor

